



IX GOVERNO CONSTITUCIONAL DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

2027

**Reforçar a Resiliência
através da Transformação:**

**Diversificar a economia,
assegurar um futuro sustentável**

RELATÓRIO ORÇAMENTAL

Índice

ELEMENTO DO RELATÓRIO ORÇAMENTAL POR ENTIDADE RESPONSÁVEL	3
ABREVIATURA	4
RESUMO EXECUTIVO	6
1. DESENVOLVIMENTO MACROECONÓMICO E ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL	11
ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL	11
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA E SOCIAL RECENTE	13
ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL	47
DECLARAÇÃO SOBRE RISCOS ORÇAMENTAIS E PASSIVOS CONTINGENTES	49
2. PRIORIDADES E REFORMAS DO GOVERNO	61
PARTE I: DECLARAÇÃO SOBRE AS DOTAÇÕES RELATIVAS ÀS NOVE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO	61
<i>Progressos, políticas existentes e dotações estratégicas</i>	61
<i>Políticas e serviços governamentais existentes</i>	67
<i>Subsídios e transferências para empresas públicas</i>	72
<i>Subsídios e programas sociais</i>	73
<i>Investimento nos Municípios e no Desenvolvimento Territorial</i>	74
PARTE II: DECLARAÇÃO SOBRE AS PRIORIDADES POLÍTICAS DO GOVERNO	77
<i>Prioridades Políticas do Governo e Medidas-chave para 2027</i>	77
PARTE III: DECLARAÇÃO SOBRE AS REFORMAS ORÇAMENTAIS	80
<i>Objetivo e Orientação da Reforma Orçamental</i>	80
<i>Medidas de política orçamental e fiscal</i>	80
<i>Um Quadro Integrado de Gestão das Finanças Públicas</i>	81
3. POLÍTICA ORÇAMENTAL	85
REVISÃO E LIMITE MÁXIMO DAS DESPESAS	85
DOTAÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2027	92
4. RECEITAS E FINANCIAMENTO	107
VISÃO GERAL DAS RECEITAS E DO FINANCIAMENTO	107
RECEITAS DOMÉSTICAS	107
<i>Composição das receitas domésticas</i>	107
<i>Evolução recente das receitas</i>	107
<i>Projeções para 2026–2031</i>	109
<i>IVA e integração na ASEAN</i>	109
FUNDO PETROLÍFERO	110
EMPRÉSTIMOS, LIMITES DE ENDIVIDAMENTO, PPP E SUBVENÇÕES	116
<i>Empréstimos</i>	116
OPERAÇÕES DE TESOURARIA E SALDO DE CAIXA	133
FINANCIAMENTO	136
ANEXO I: METODOLOGIA E PRESSUPOSTOS	139
ANEXO II: INFORMAÇÃO FINANCEIRA DAS EMPRESAS PÚBLICAS	144

Elemento do Relatório Orçamental por Entidade Responsável

Elementos	Entidade
Estratégia orçamental	GMF
Projeções dos principais indicadores macroeconómicos com influência no OGE e na sua evolução	DGPO
Evolução da situação financeira da Administração Pública e dos seus subsectores	DGT
Desempenho da execução orçamental do exercício anterior	DGT
Evolução e sustentabilidade do Fundo Petrolífero	UPGFP
Evolução e sustentabilidade da dívida pública	DGGMRE
Situação das operações de tesouraria e das contas da tesouraria	DGT
Previsão de receitas fiscais e de receitas fiscais perdidas	DGPO
Orientações gerais da política orçamental e programas	DGPO
Medidas de racionalização da gestão orçamental	DGPO
Medidas de política fiscal temporárias e permanentes	DGPO
Análise de risco orçamental	DGPO
Informação sobre passivos contingentes das Administrações Públicas	DGPO
Despesas anuais e plurianuais no âmbito de parcerias público-privadas e a respetiva situação global de endividamento	DGGMRE
Informações sobre atrasos de pagamento da Administração Pública	DGT
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões elaboradas por organismos internacionais de referência	DGPO
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para o exercício orçamental anterior e a evolução real observada	DGPO

Abreviatura

Nome completo	Abreviatura
Administração Central	AC
Banco Asiático de Desenvolvimento	ADB
Adaptação e Mitigação	AM
Autoridade Nacional de Minerais	ANM
Autoridade Nacional do Petróleo	ANP
Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais	ANPM
Apoio Orçamental Direto	AOD
Associação das Nações do Sudeste Asiático	ASEAN
Banco Central de Timor-Leste	BCTL
Banco Mundial	BM
Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste	BNCTL
Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste (BNDTL)	BNDTL
Bee Timor-Leste, E.P.	BTL
Conselho de Administração do Fundo de Infraestruturas	CAFI
Classificação das Funções do Governo	COFOG
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	CPLP
Conceição, Construção, Financiamento, Operação, e Transferência	DBFOT
Dalan Ba Futuru (Timor-Leste)	DBFTL
Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos	DGMRE
Direção-Geral de Planeamento e Orçamento	DGPO
Direção Nacional de Política Económica	DNPE
Direção Nacional de Parcerias Público-Privadas	DNPPP
Dotação do Governo	DTG
Equipa de Avaliação de Projetos	EAP/PET
Electricidade de Timor-Leste, E.P.	EDTL
Estados Unidos da América	EUA
Formação Bruta de Capital Fixo	FBCF
Despesas de Consumo Final	FCE
Fundo Consolidado de Timor-Leste	FCTL
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	FDCH
Fundo Especial de Desenvolvimento de Atauro	FEDA
Fundo de Infraestruturas	FI
Decisão Final de Investimento	FID
Fundo Monetário Internacional	FMI
Sistema de Informação de Gestão Financeira	FMIS
Fundo do Petrólífero	FP
Fundo de Reserva da Segurança Social	FRSS
Government Resource Planning (Sistema de Planeamento de Recursos do Governo)	GRP
Governo de Timor-Leste	GoTL

Nome completo	Abreviatura
Fundo de Infraestruturas	IF
Sociedade Financeira Internacional	IFC
Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste	INETL
Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste	INSP-TL
Instituto Nacional de Segurança Social	INSS
Índice de Preços no Consumidor	IPC
Imposto sobre o Valor Acrescentado	IVA
Agência de Cooperação Internacional do Japão	JICA
Kuda Tasi e Jahal	KTJ
Ministérios setoriais	LMs
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas	MALFF
Ministério do Comércio e da Indústria	MCI
Micro, Pequenas e Médias Empresas	MPME
Taxa de Câmbio Nominal Efetiva	NEER
Operações e Manutenção	O&M
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	ODS
Orçamento Geral do Estado	OGE
Planos de Ação Anuais	PAA
Programa Integrado de Desenvolvimento Municipal	PDIM
Produto Interno Bruto	PIB
Unidade de Gestão de Projetos	PMU
Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos	PNDS
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Prioridades Políticas do Governo	PPG
Parcerias Público-Privadas	PPP
Contrato de Partilha de Produção	PSC
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	RAEOA
República Democrática de Timor-Leste	RDTL
Taxa de Câmbio Efetiva Real	REER
Rendimento Sustentável Estimado	RSE
Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P.	RTTL
Plano de Desenvolvimento Estratégico	SDP/PED
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	SEFOPE
Segurança Social	SS
Unidades Equivalentes a Vinte Pés	TEUs
Transferências Públicas	TP
Unidade de Serviços de Exploração e Gestão do Porto de Tibar	TP-OMSU
Timor Port S.A.	TPSA
Relatório de Sustentabilidade Técnica	TSR
União Europeia	UE
Água, Saneamento e Higiene	WASH

Resumo Executivo

Visão geral. O Orçamento Geral do Estado para 2027 foi elaborado em conformidade com a Lei do Quadro Orçamento e de Gestão das Finanças Públicas (Lei n.º 3/2025, de 23 de abril). Sob o tema **“Reforçar a resiliência através da transformação: diversificar a economia para um futuro sustentável”**, o Orçamento visa reforçar a resiliência económica, melhorar os serviços públicos, apoiar a diversificação económica e proteger a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

Dimensão do Orçamento. O orçamento consolidado total para 2027, após a eliminação da dupla contagem das transferências entre entidades, ascende a 2.568,5 milhões de dólares americanos, o que representando um aumento de 7,4% em relação ao Orçamento Rectificado de 2026. Composto por:

- 2.487,4 milhões de dólares para a Administração Central, um aumento de 7,6%;
- 186,6 milhões de dólares para a Segurança Social, um aumento de 9,5%; e
- 56,1 milhões de dólares para a Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno (RAEOA), o que representa uma diminuição de 12,2%.

Após deduzir as transferências entre a Administração Central e a RAEOA, as despesas consolidadas combinadas é de 2.505,7 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de 6,8% em comparação com o Orçamento Rectificado de 2026.

Prioridades de despesas. Para a Administração Central e a RAEOA, os salários e vencimentos estão orçamentados em 520,7 milhões de dólares americanos, os bens e serviços em 548,5 milhões de dólares americanos e as transferências públicas em 901,2 milhões de dólares americanos. As despesas de capital aumentam 21%, para 535,3 milhões de dólares americanos, incluindo 505,8 milhões de dólares americanos para projetos de capital e de desenvolvimento. Estas dotações apoiam serviços públicos essenciais, proteção social, infraestruturas e investimento na capacidade produtiva da economia.

Perspetivas económicas. Prevê-se que o PIB real não petrolífero cresça 4,3% em 2026 e 4,6% em 2027, antes de aumentar gradualmente para 5,0% até 2031. Espera-se que o crescimento seja sustentado pelo investimento público e privado, pela melhoria das infraestruturas, pelo desenvolvimento do setor financeiro, pela integração regional e pelas reformas do ambiente empresarial. Prevê-se que a inflação se mantenha moderada, em cerca de 1,8% em 2027. A dívida pública deverá aumentar de 15,0% do PIB em 2026 para 17,0% em 2027, mantendo-se abaixo do limiar de 40% estabelecido pelo Governo.

Prioridades do Governo. O Orçamento de 2027 apoia o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 e o Programa do IX Governo Constitucional. Visa consolidar os progressos em matéria de infraestruturas, serviços básicos, proteção social e desenvolvimento institucional, ao mesmo tempo que aborda os desafios persistentes na diversificação económica, no emprego, na qualidade dos serviços e na sustentabilidade orçamental. As prioridades estratégicas do Orçamento centram-se na transformação económica, no desenvolvimento humano e , nos setores produtivos, nas infraestruturas, no desenvolvimento territorial e no reforço das instituições públicas.

Orçamentação baseada em políticas. O Orçamento de 2027 é o primeiro orçamento elaborado ao abrigo do quadro de orçamentação baseada em políticas do Governo. As Estimativas Futuras identificam o custo da continuação das políticas e serviços aprovados, enquanto os Ajustes de Despesas de Referência/Base atualizam essas estimativas e as Prioridades Políticas do Governo identificam políticas significativas novas ou alargadas. Esta abordagem proporciona uma ligação

mais clara entre as prioridades do Governo, as dotações orçamentais, a execução e os resultados esperados.

Receitas e financiamento. Prevê-se que as receitas domésticas aumentem 10%, passando de 271,4 milhões de dólares americanos em 2026 para 298,6 milhões de dólares americanos em 2027. Juntamente com o rendimento sustentável estimado do Fundo Petrolífero, no valor de 540,5 milhões de dólares americanos, estas receitas financiarão parte do Orçamento. A necessidade de financiamento remanescente de 1.666,6 milhões de dólares, equivalente a aproximadamente 61% do PIB não petrolífero, será financiada através de:

- **1.350,4 milhões de dólares** em levantamentos do Fundo Petrolífero acima da Rendimento Sustentável Estimado;
- **230,0 milhões de dólares** dos saldos de caixa do Tesouro;
- **75,0 milhões de dólares americanos** em desembolsos de empréstimos; e
- **11,2 milhões de dólares americanos** em apoio orçamental direto dos parceiros de desenvolvimento.

Fundo Petrolífero e sustentabilidade fiscal. O total de levantamentos do Fundo Petrolífero em 2027 está orçamentado em 1.890,9 milhões de dólares americanos, compreendendo a Rendimento Sustentável Estimado de 540,5 milhões de dólares americanos e levantamentos excedentários de 1.350,4 milhões de dólares americanos. O levantamento proposto é mais de três vezes superior à Rendimento Sustentável Estimado. De acordo com os pressupostos políticos atuais, o Fundo do Petrolífero poderá esgotar-se até 2039. A redução deste risco exigirá uma mobilização mais forte das receitas domésticas, uma gestão disciplinada das despesas, investimento público de melhor qualidade e um crescimento sustentado do setor privado.

Reformas fiscais e orçamentais. O Governo reforçará a administração fiscal e preparará a introdução prevista do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a partir de 2028, sujeita à aprovação da legislação necessária. As medidas para conter as despesas correntes incluem a reforma obrigatória aos 65 anos, restrições ao recrutamento em setores não prioritários, revisões da folha de pagamentos e da força de trabalho, e uma gestão mais rigorosa das transferências públicas. As reformas na gestão dos contratos públicos e do investimento público melhorarão a preparação dos projetos, a execução orçamental e a otimização dos recursos.

Transformação económica. O Governo continuará a apoiar os setores produtivos, a inclusão financeira, a conectividade digital, o turismo, a agricultura, as pescas e o investimento privado. O Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste (BNDTL) irá alargar o acesso a financiamento acessível para os setores prioritários. A integração regional de Timor-Leste criará também oportunidades para o comércio, o investimento e laços económicos mais estreitos com as economias da ASEAN.

Orientação a médio prazo. O Orçamento de 2027 combina o investimento no desenvolvimento nacional com reformas destinadas a reforçar a gestão orçamental. O seu sucesso dependerá de uma implementação eficaz, de uma melhor execução orçamental e de resultados mensuráveis. A médio prazo, o Governo trabalhará no sentido de reduzir a dependência do Fundo Petrolífero, alargar a base de receitas domésticas, melhorar a qualidade das despesas e apoiar uma economia mais diversificada, produtiva e resiliente.

Tabela 1. Tabela Fiscal do Orçamento Retificativo de 2026 e Orçamento de 2027

Despesas por subsetores do setor público administrativo (em US\$ milhões)	Nota	OR 2026	Orç. Proposto para 2027
Administração Central (AC)	1=2+3+4	2.311,9	2.487,4
<i>Despesas líquidas de transferências para a RAEOA e para a Segurança Social</i>	2	2.157,8	2.325,8
<i>Transferência para a Segurança Social</i>	3	124,1	123,8
<i>Transferência para a RAEOA</i>	4	30,0	37,8
Segurança Social (SS)	5 = 6 + 7 + 8	170,4	186,6
<i>Despesas financiadas pelas receitas do INSS</i>	6	46,0	62,4
<i>Despesas do FRSS financiadas por transferências do INSS</i>	7	0,3	0,3
<i>Despesas financiadas por transferência da Administração Central</i>	8	124,1	123,8
Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (RAEOA)	9=10+11	63,9	56,1
<i>Despesas financiadas pela RAEOA (receitas não fiscais + saldo de caixa)</i>	10	33,9	18,3
<i>Despesas financiadas por transferência da Administração Central</i>	11	30,0	37,8
Despesas globais totais	12 = 1 + 5 + 9	2.546,2	2.730,1
Despesas totais consolidadas	13=12-3-4	2.392,1	2.568,5
Despesas correntes	14=15+16+17	1.951,0	2.033,2
<i>Salários e vencimentos</i>	15	487,2	522,8
<i>Bens e serviços</i>	16	686,0	550,3
<i>Transferências públicas</i>	17	777,8	960,2
Despesas de capital	18 = 19 + 20	441,1	535,3
<i>Despesas de capital menores</i>	19	40,8	29,5
<i>Capital de desenvolvimento</i>	20	400,3	505,8
Receitas totais	21 = 22 + 23 + 24 + 25	861,1	901,9
<i>Receitas domésticas - Administração Central</i>	22	265,6	297,3
<i>Receitas não fiscais cobradas pela RAEOA</i>	23	5,9	1,3
<i>Receitas cobradas pela Segurança Social</i>	24	46,3	62,8*
<i>Rendimento Sustentável Estimado (RSE) - FP</i>	25	543,3	540,5
Saldo orçamental	26 = 21 – 13	(1.531,0)	(1.666,6)
Financiamento do défice	27=28+29+30+31	1.531,0	1.666,6
<i>Levantamentos em excesso do RSE</i>	28	1.175,9	1.350,4

Despesas por subsetores do setor público administrativo (em US\$ milhões)	Nota	OR 2026	Orç. Proposto para 2027
<i>Utilização do saldo de caixa do Tesouro</i>	29	294,7	230,0
<i>Desembolso de empréstimos</i>	30	52,6	75,0
<i>Apoio Orçamental Direto (Subvenções)</i>	31	7,9	11,2
<i>Nota: *inclui transferência interna do INSS para administração do FRSS 0,3 milhões de dólares americanos</i>			

Tabela 2. Tabela Fiscal da Administração Central e da RAEOA, em US\$ milhões

	OR 2026	Orç. Proposto para 2027
Despesas totais da Administração Central (1)	2.311,9	2.487,4
<i>Transferência para a RAEOA (1.1)</i>	30,0	37,8
Despesas totais da RAEOA (2)	63,9	56,1
Despesas totais consolidadas da Administração Central + RAEOA (1+2 -1.1)*	2.345,8	2.505,7
Recorrentes	1.904,7	1.970,5
<i>Salários e vencimentos</i>	485,2	520,7
<i>Bens e serviços</i>	684,5	548,5
<i>Transferências públicas</i>	735,0	901,2
Capital	441,1	535,3
<i>Capital menor</i>	40,8	29,5
<i>Capital e Desenvolvimento</i>	400,3	505,8
Receitas	814,8	839,1
Receitas nacionais	271,4	298,6
<i>Receitas domésticas da Administração Central</i>	265,6	297,3
<i>Receitas não fiscais retidas pela RAEOA</i>	5,9	1,3
Rendimento Sustentável Estimado (ESI)	543,3	540,5
Saldo orçamental	(1.531,0)	(1.666,6)
Défi ce de financiamento	1.531,0	1.666,6
Levantamentos em excesso	1.175,9	1.350,4
Utilização do saldo de caixa	294,7	230,0
Empréstimos	52,6	75,0
Apoio Orçamental Direto	7,9	11,2

*Nota: * Total de despesas da CA + Total de despesas da RAEOA – Transferência da CA para a RAEOA para evitar dupla contagem.*

Tabela 3. Tabela Fiscal da segurança social, em US\$ milhões

	OR 2026	Orç. Proposto para 2027
Total do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) — Não consolidado	170,4	186,6
Total do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) – Consolidado	170,4	186,2
Correntes	170,4	186,2
<i>Salários e vencimentos</i>	<i>2,0</i>	<i>2,0</i>
<i>Bens e serviços</i>	<i>1,5</i>	<i>1,8</i>
<i>Transferências públicas</i>	<i>166,9</i>	<i>182,3</i>
Capital	0,0	0,0
<i>Capital menor</i>	<i>0,0*</i>	<i>0,0*</i>
<i>Capital e Desenvolvimento</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Administração do FRSS	-	0,3
<i>Bens e serviços</i>	<i>-</i>	<i>0,3</i>
Receitas e financiamento	170,4	186,6
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	<i>46,3</i>	<i>62,4</i>
<i>Multas e sanções</i>	<i>0,0*</i>	<i>0,0*</i>
<i>Receitas</i>	<i>0,1</i>	<i>0,0*</i>
<i>Transferências da Administração Central</i>	<i>124,1</i>	<i>124,1</i>
<i>Transferências recorrentes do FRSS</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Transferências de países terceiros</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Utilização do saldo em dinheiro</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Nota: O montante não consolidado para 2026 incluiu as despesas com a administração do FRSS. *Montante inferior a 50.000 dólares americanos</i>		

1. Desenvolvimento Macroeconómico e Estratégia Orçamental

Estratégia Orçamental

- 1.1. **Tema do orçamento.** O Orçamento de 2027 articula-se em torno do tema **”Reforçar a resiliência através da transformação: diversificar a economia para um futuro sustentável”**. Protege os serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo que lança as bases para uma economia mais produtiva e diversificada. O orçamento proposto apoia o investimento do setor privado, o emprego e a integração regional, além de reformas das receitas e despesas necessárias para reforçar a sustentabilidade orçamental.
- 1.2. **Planos de despesas.** O Orçamento de 2027 baseia-se no custo estimado da continuação das políticas e serviços existentes, com ajustamentos para poupanças decorrentes da eficiência, novas prioridades políticas do Governo e outras necessidades aprovadas. A dotação para a Administração Central e a RAEOA, após a transferência entre ambas, ascende a 2.505,7 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de 6,8% em relação a 2026. As Tabelas 1 e 2 apresentam 2.568,5 milhões de dólares americanos para o Setor Público Administrativo, 7,4% a mais do que em 2026, após as transferências da Administração Central para a Segurança Social e a RAEOA. As prioridades de despesa apoiam o Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011–2030) e o Programa do IX Governo Constitucional.
- 1.3. **Crescimento.** Prevê-se que a economia não petrolífera cresça 4,6% em 2027, apoiada pelo consumo das famílias, pelo investimento público e privado e pela expansão da atividade do setor privado. As despesas de capital aumentam 21%, para 535,3 milhões de dólares, incluindo 505,8 milhões de dólares para projetos de capital e de desenvolvimento. Prevê-se que o crescimento atinja 5,0% até 2031, à medida que as reformas na administração fundiária, no acesso ao financiamento e no ambiente empresarial, juntamente com a melhoria da conectividade, a integração regional e outras reformas económicas, apoiem o comércio, o investimento e a diversificação económica. As reformas nos contratos públicos e na gestão do investimento público irão melhorar a seleção, preparação e implementação de projetos, permitindo que a despesa pública produza resultados económicos e sociais mais sólidos.
- 1.4. **Melhorar a qualidade da despesa.** O Governo reforçará a gestão da despesa, protegendo simultaneamente os serviços essenciais e os programas prioritários. Em 2027, as despesas com salários e vencimentos da Administração Central e da RAEOA estão orçamentada em 520,7 milhões de dólares americanos, as transferências públicas em 901,2 milhões de dólares americanos e os bens e serviços em 548,5 milhões de dólares americanos. Espera-se que as reformas da força de trabalho e uma gestão mais rigorosa do recrutamento e dos contratantes moderem o crescimento da massa salarial do setor público a médio prazo. Uma melhor orientação das transferências, uma verificação mais rigorosa dos beneficiários e um acesso alargado ao financiamento através do Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste (BNDTL) irão melhorar a relação custo-benefício e reduzir progressivamente a dependência do apoio direto do governo para o desenvolvimento empresarial.
- 1.5. **Reforço das receitas domésticas.** Prevê-se que as receitas domésticas aumentem 10%, passando de 271,4 milhões de dólares americanos em 2026 para 298,6 milhões de dólares

americanos em 2027. O Governo continuará a melhorar a administração fiscal e aduaneira, os serviços prestados aos contribuintes e os sistemas digitais, a fim de reforçar o cumprimento das obrigações fiscais e alargar a base de receitas. A introdução prevista do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a partir de 2028, sujeita à aprovação da legislação necessária, proporcionará uma fonte mais ampla e sustentável de receitas domésticas, incentivando simultaneamente mais empresas a registarem-se e a operarem formalmente. A sua conceção incluirá medidas para limitar o impacto nas famílias de rendimentos mais baixos e nos bens essenciais

- 1.6. **Reduzir a dependência do Fundo Petrolífero.** As necessidades de financiamento estão projetadas em 1.666,6 milhões de dólares americanos em 2027, o que equivale a aproximadamente 61% do PIB não petrolífero. Os levantamentos propostos do Fundo Petrolífero totalizam 1.890,9 milhões de dólares americanos, compreendendo o Rendimento Sustentável Estimado de 540,5 milhões de dólares americanos e levantamentos excedentários de 1.350,4 milhões de dólares americanos. A continuação de levantamentos substancialmente superiores à Rendimento Sustentável Estimado reduziria os recursos disponíveis para financiar orçamentos futuros. Por conseguinte, o Governo reforçará a mobilização de receitas domésticas, melhorará a qualidade das despesas e apoiará o crescimento impulsionado pelo setor privado, a fim de reduzir progressivamente a dependência orçamental do Fundo Petrolífero.
- 1.7. **Estatísticas-chave.** As principais estatísticas macroeconómicas e orçamentais são apresentadas na Tabela 4, incluindo o crescimento, a inflação, o défice orçamental e a dívida em percentagem da economia. Prevê-se que o défice atinja 61,2% do PIB não petrolífero em 2027, descendo para 52,2% em 2028 e para cerca de 52% em 2031, enquanto se prevê que a dívida aumente de 15,0% do PIB em 2026 para 17,0% em 2027.

Tabela 4. Principais estatísticas macroeconómicas e orçamentais, %

Estatística	Valor real							Previsão			
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
PIB real (excluindo o petróleo)	3,3	4,2	2,5	4,3	4,3	4,3	4,6	4,4	4,7	4,9	5,0
Crescimento do consumo das famílias	-3,0	14,6	3,8	3,6	3,8	4,1	3,0	3,3	3,2	3,4	3,6
Crescimento do consumo público	2,9	-0,3	-0,8	0,9	7,1	3,3	3,6	3,4	3,8	3,9	2,9
Crescimento do investimento	-3,3	28,3	12,5	41,8	2,5	8,1	6,5	4,3	4,7	5,1	6,1
Crescimento das exportações	79,3	30,3	31,8	13,3	63,9	11,0	9,3	8,7	10,1	4,2	6,1
Crescimento das importações	-8,6	22,9	5,0	14,6	6,9	5,9	3,2	2,4	2,5	2,1	1,8
Inflação IPC (média anual)	3,8	7,0	8,4	2,1	0,5	0,7	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8

Estatística	Valor real							Previsão				
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
Inflação IPC (final do período)	5,3	6,9	8,7	-0,4	1,0	1,3	1,9	1,9	1,8	1,8	1,8	
Défice orçamental* % do PIB	42,6	58,1	42,4	47,6	48,5	59,8	61,2	52,2	51,9	51,8	51,9	
Dívida pública em % do PIB	14,7	14,8	14,2	13,8	13,7	15,0	17,0	18,9	20,0	19,8	18,9	

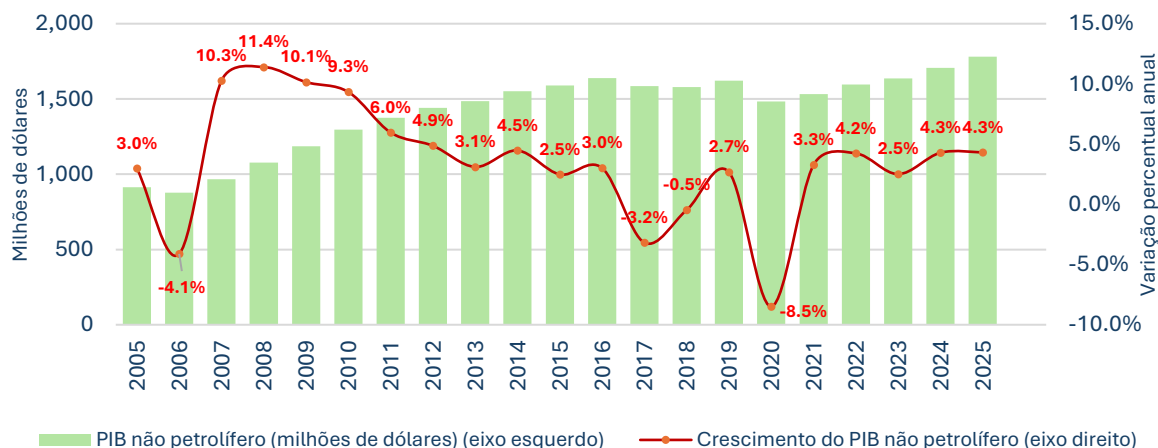
Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças

Análise da evolução macroeconómica e social recente

Crescimento histórico do PIB

- 1.8. A economia não petrolífera de Timor-Leste cresceu, em termos reais, a uma taxa média de 3,5% ao ano entre 2005 e 2025, quase duplicando de cerca de 914 milhões de dólares americanos para 1.780 milhões de dólares americanos a preços constantes. O crescimento foi mais forte entre 2007 e 2011, quando um investimento público substancial em eletricidade, estradas e outras infraestruturas essenciais sustentou um crescimento anual de 9 a 11%. Estes investimentos colmataram lacunas críticas nas infraestruturas e lançaram as bases para a melhoria dos níveis de vida e o desenvolvimento do setor privado. No entanto, o crescimento abrandou posteriormente. Isto demonstra a necessidade contínua de traduzir os ativos públicos em maior produtividade, investimento privado e emprego.

Figura 1. PIB real não petrolífero: nível e crescimento, 2005–2025



Fonte: Contas Nacionais, INETL IP, Ministério das Finanças, 2026

- 1.9. **Dois fases de crescimento.** Como mostra a Figura 1, o crescimento ocorreu em duas fases distintas: uma expansão rápida impulsionada pelo investimento público até 2011, seguida de um crescimento mais lento e volátil. Entre 2015 e 2025, o PIB real não petrolífero cresceu, em média, apenas 1,3% ao ano, com contrações em 2017, 2018 e 2020. A maior contração ocorreu em 2020, quando a economia encolheu 8,5%, num contexto de atrasos na aprovação

do Orçamento Geral do Estado, incerteza política e pandemia da COVID-19, que reduziram o consumo e o investimento.

- 1.10. **A recuperação teve início em 2021.** O PIB real não petrolífero cresceu 3,3%, após a queda acentuada registada em 2020. A recuperação foi sustentada pelo aumento das despesas correntes do Estado, que cresceram cerca de 1,8% em termos reais, nomeadamente em bens e serviços e em salários e vencimentos.
- 1.11. **Crescimento mais forte em 2022.** O crescimento atingiu 4,2%, impulsionado por um aumento do investimento público e privado. As despesas das famílias aumentaram 14% em termos reais, apoiadas por maiores transferências do Estado e pela recuperação contínua da COVID-19, enquanto a despesa pública atingiu um valor recorde de 1,74 mil milhões de dólares americanos. No entanto, as importações reais aumentaram 22,9%, refletindo uma procura interna mais forte e uma capacidade produtiva interna limitada.
- 1.12. **O crescimento moderou-se em 2023.** O crescimento real abrandou para 2,5%. A elevada inflação reduziu o consumo público real em 0,8%, apesar de as despesas com salários, bens e serviços terem aumentado 2% em termos nominais. O crescimento do PIB manteve-se positivo, impulsionado principalmente por um aumento de 11,9% no investimento público e de 14,4% no investimento privado. No entanto, isto foi parcialmente compensado por um aumento de 5% nas importações.
- 1.13. **O crescimento acelerou em 2024.** O crescimento económico real acelerou para 4,3%, apoiado por um aumento de 44,3% no investimento público. As despesas de capital e de desenvolvimento aumentaram 60%, incluindo as despesas com a construção e reabilitação de estradas, enquanto o investimento privado cresceu 32,9%. O consumo das famílias e do Estado também aumentou 3,6% e 0,9%, respetivamente, enquanto as exportações não petrolíferas cresceram 13,3%. No entanto, as importações aumentaram 14,6%, compensando parcialmente a contribuição da procura interna e das exportações para o crescimento.
- 1.14. A recuperação refletiu uma procura interna mais forte, em particular no investimento. O aumento do investimento público e privado sustentou a atividade económica, mas o forte aumento das importações sugere que parte da procura adicional foi satisfeita através de bens e serviços importados, limitando a sua contribuição imediata para o valor acrescentado interno. O crescimento sustentado dependerá, portanto, da capacidade do investimento se traduzir numa maior capacidade produtiva, numa atividade mais forte do setor privado e num aumento das exportações. As Figuras 2 e 3 ilustram esta evolução.

Figura 2. Consumo e investimento por setor, 2019-2025 (Índice, 2019=100)

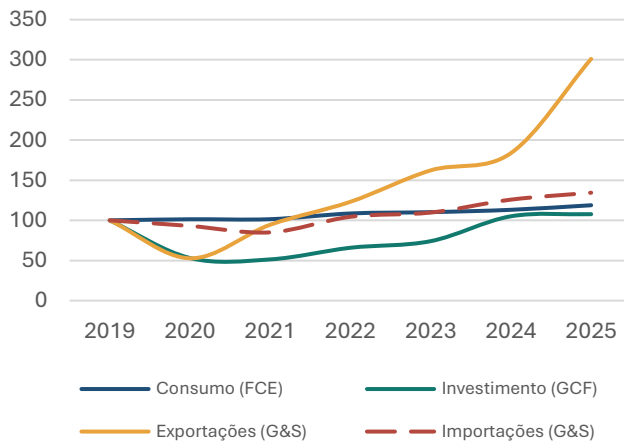
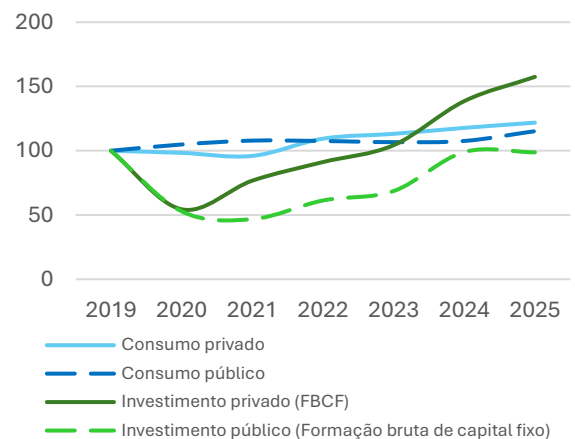


Figura 3. Evolução das componentes do PIB, 2019-2025 (Índice, 2019=100)



Fonte: Contas Nacionais, INETL IP, Ministério das Finanças, 2026

- 1.15. **Evolução desde 2019.** As Figuras 2 e 3 comparam a atividade económica com a de 2019, tendo cada componente sido fixado num índice de 100 nesse ano.
- 1.16. A Figura 2 mostra que a atividade económica registou uma queda acentuada durante a pandemia, mas recuperou posteriormente. Em 2025, o PIB real não petrolífero atingiu 110, o que significa que a economia era 10% maior do que em 2019. O consumo total aumentou para 119, enquanto o investimento recuperou para 108. As importações cresceram mais rapidamente, atingindo 134, o que indica que a produção interna não se expandiu suficientemente para satisfazer o aumento da procura. As exportações registaram o crescimento mais forte, atingindo 301, impulsionadas principalmente pelas viagens, outros serviços e café.
- 1.17. A Figura 3 apresenta a repartição do consumo e do investimento nas suas componentes privada e pública. O consumo privado foi a fonte de crescimento mais constante, atingindo 122 em 2025, ou seja, 22% acima do seu nível de 2019, enquanto o consumo público registou um aumento mais modesto, para 115. A diferença foi maior no caso do investimento: o investimento privado recuperou para 158, enquanto o investimento público recuperou para 99. Apesar de permanecer abaixo do seu nível de 2019, a recuperação do investimento público foi a principal responsável pelo crescimento do investimento privado.
- 1.18. **O que isto significa para a economia.** A recuperação desde 2019 tem sido generalizada, apoiada pelo consumo, pelo investimento e pelas exportações. O consumo das famílias e do Estado continuam a ser fontes importantes de atividade económica, enquanto a forte recuperação do investimento privado e o rápido crescimento das exportações, impulsionados principalmente pela exportação de serviços de viagens e café, são sinais encorajadores de uma economia mais diversificada. No entanto, as importações aumentaram consideravelmente mais depressa do que o PIB real não petrolífero, , indicando que a produção interna ainda não se expandiu suficientemente para satisfazer a procura crescente. Consequentemente, uma parte significativa das despesas adicionais continua a

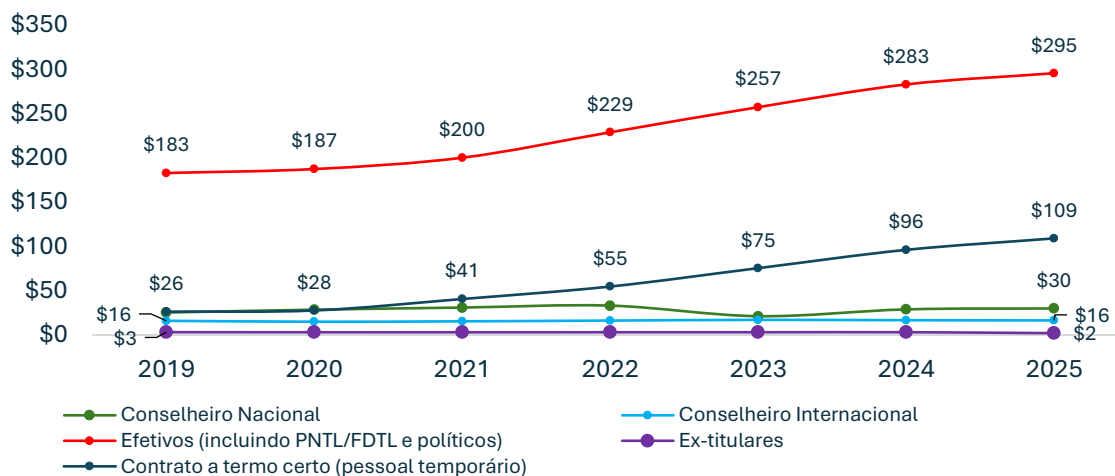
beneficiar a produção no estrangeiro, enquanto a economia interna e a base tributária captam apenas uma parte da atividade resultante.

- 1.19. Reforçar a qualidade e a execução do investimento público, particularmente em infraestruturas que apoiam os setores produtivos, mantendo simultaneamente as condições para um investimento sustentado do setor privado, será fundamental para expandir a produção interna, reduzir a dependência das importações e alargar a base de receitas domésticas à medida que a economia cresce.

Motores do crescimento do PIB em 2025

- 1.20. Em 2025, a economia cresceu 4,3%, uma das taxas mais elevadas da última década e o quinto ano consecutivo de crescimento desde a contração de 2020. O crescimento foi sustentado pelo consumo das famílias e do Estado, juntamente com o aumento do investimento privado e das exportações.
- 1.21. **O consumo público** aumentou 7,1%, contribuindo com 4,0 pontos percentuais para o crescimento económico. Este aumento foi impulsionado principalmente pelo aumento das despesas com salários e vencimentos e com bens e serviços. O aumento das despesas com salários reflete o aumento das dotações tanto para o pessoal temporário como para os funcionários públicos efetivos, tendo as despesas com pessoal a termo certo/temporário aumentado, em parte, devido ao recrutamento de professores adicionais pelo Ministério da Educação. As despesas com salários para outras categorias de emprego mantiveram-se, em geral, inalteradas entre 2024 e 2025, conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4. Discriminação dos dados relativos à folha de pagamentos do Governo por tipo de emprego, em US\$ milhões



Fonte: Government Resource Planning (GRP), Ministério das Finanças, junho de 2026

- 1.22. **Consumo das famílias e transferências.** O consumo das famílias foi outro fator-chave do crescimento, tendo aumentado 3,8% e contribuído com 2,7 pontos percentuais para o crescimento. As despesas das famílias foram sustentadas pelo aumento das transferências do Estado, pelo aumento dos salários e vencimentos do setor público e pela expansão do

crédito bancário. As transferências a veteranos aumentaram substancialmente em 55% em 2025, em comparação com o ano anterior, refletindo principalmente os pagamentos a beneficiários adicionais registados em 2009, enquanto quase metade do crédito bancário comercial em dívida foi concedido a particulares para fins de consumo. A secção *Setor Financeiro* apresenta uma análise mais aprofundada da evolução do crédito.

- 1.23. **Investimento público e privado.** O investimento também sustentou o crescimento. Embora o crescimento do investimento público tenha abrandado, o seu nível manteve-se próximo do registado em 2024, com a continuação das despesas em estradas e pontes e um aumento de 21,3% no investimento em irrigação. O investimento em irrigação sustentou a produção agrícola: a produção de arroz e milho¹ aumentou 57,5% e 13,2% em 2025, respetivamente. O fortalecimento da produção interna foi acompanhado por um declínio significativo nas importações de cereais², principalmente de arroz, que caíram de 95,7 milhões de dólares em 2024 para 66,3 milhões de dólares em 2025.
- 1.24. O investimento privado aumentou 13,6%, apoiado pela melhoria das infraestruturas, por um crescimento mais forte do crédito e por um ambiente empresarial em gradual melhoria.
- 1.25. **Serviços do setor privado.** A atividade do setor privado também se reforçou no comércio, nas comunicações e nos serviços financeiros. O comércio grossista e retalhista expandiu-se, refletindo uma atividade empresarial interna mais forte. Os serviços de informação e comunicação cresceram 34,3%, à medida que o acesso à Internet de alta velocidade aumentou, nomeadamente através do Starlink. As atividades financeiras e de seguros cresceram 5,7%, apoiadas pelo aumento da atividade bancária na sequência da abertura do Banco do Nosso Futuro (BNF). Um maior acesso a serviços digitais e financeiros pode reduzir os custos das empresas e melhorar o acesso a clientes, pagamentos e financiamento.
- 1.26. **Exportações e importações.** No lado externo, as exportações aumentaram 63,9% e contribuíram com cerca de 2,0 pontos percentuais para o crescimento, apoiadas por produtos agrícolas, como o café, e pelos serviços de turismo receptivo. No entanto, as importações aumentaram 6,9% e subtraíram cerca de 4,4 pontos percentuais ao crescimento. Este aumento refletiu um aumento das importações de serviços, em particular dos serviços de turismo emissivo, e um aumento das importações de bens, impulsionado principalmente pela maior procura de bens de capital e intermédios para apoiar as atividades de investimento.

Perspetivas de Crescimento de Timor-Leste

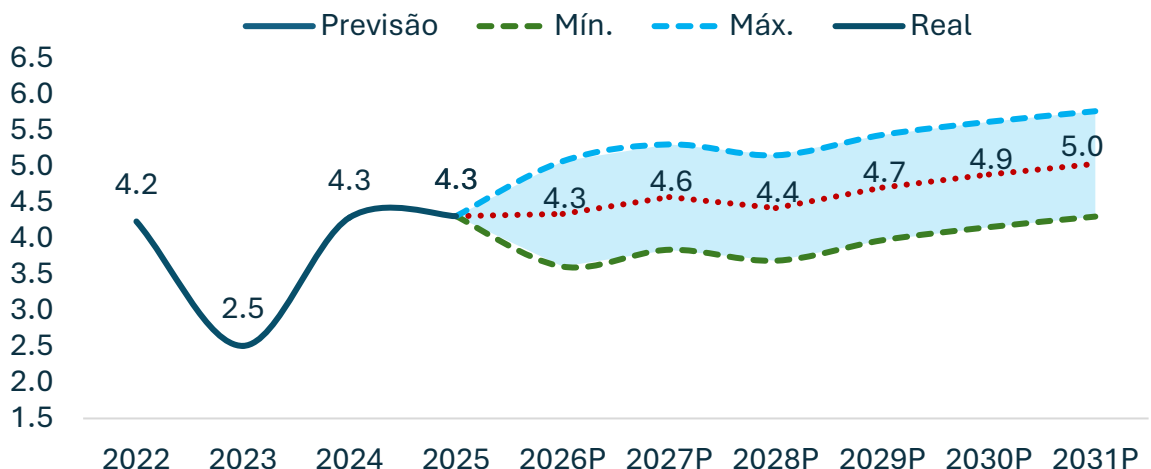
- 1.27. Prevê-se que o crescimento económico se mantenha globalmente estável em 2026, antes de se fortalecer gradualmente a médio prazo. Estima-se que o PIB real não petrolífero cresça 4,3% em 2026, dando continuidade ao crescimento positivo registado desde 2021. Este valor está globalmente em consonância com a estimativa preliminar do INETL de 4,2% e com a projeção do Banco Mundial de 4,1%. A médio prazo, espera-se que o investimento em infraestruturas digitais, estradas e pontes, hospitais e educação, juntamente com a adesão à ASEAN, da reforma agrária, da reforma da gestão das finanças públicas e do desenvolvimento do setor financeiro, apoie um crescimento mais sustentável. No entanto,

¹ Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas de Timor-Leste

² Desempenho Económico de Timor-Leste 2025, Banco Central de Timor-Leste

a dependência contínua da economia de Timor-Leste em relação aos bens importados, nomeadamente combustíveis e alimentos, deixa-a vulnerável a choques externos.

Figura 5. Crescimento do PIB 2022-2025 e projeções para 2026-2031



Fonte: Crescimento do PIB efetivo e preliminar para 2022-2025, com base nas Contas Nacionais, INETL IP; previsões para 2026-2031 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2026.

- 1.28. **Consumo.** Prevê-se que o consumo final continue a ser um motor fundamental do crescimento económico em 2026, registando um aumento de 3,8%. O consumo das famílias deverá crescer 4,1%, apoiado por transferências públicas, remessas e créditos às famílias, enquanto o consumo público deverá aumentar 3,3%.
- 1.29. **Preços.** O aumento dos preços globais dos combustíveis poderá elevar o custo dos bens importados no mercado interno. No entanto, prevê-se que o subsídio aos combustíveis e o limite máximo de preços dos combustíveis limitem a transmissão destes choques de preços externos às famílias e às empresas. Uma inflação baixa e estável ajudará a proteger o poder de compra das famílias e a apoiar o consumo (ver “Inflação e Taxa de Câmbio”).
- 1.30. **Transferências do Estado.** Prevê-se também que o consumo das famílias beneficie dos pagamentos contínuos aos beneficiários veteranos registados em 2009 que não estavam abrangidos em 2025. As transferências para veteranos estão projetadas em 150,3 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de 12% em relação à despesa efetiva em 2025. As transferências da Bolsa-da-Mãe estão projetadas em aproximadamente 9,04 milhões de dólares americanos, um aumento de 52,9% em relação a 2025.
- 1.31. **Remessas.** O dinheiro enviado para casa pelos trabalhadores timorenses no estrangeiro atingiu 104,5 milhões de dólares americanos no primeiro semestre de 2026, um aumento em relação aos 80,4 milhões de dólares americanos registados no mesmo período de 2025. Espera-se que este aumento apoie o rendimento disponível e o consumo das famílias (ver “Remessas dos Trabalhadores”).

Figura 6. Remessas de trabalhadores para as famílias, em US\$ milhões



Nota: As remessas recebidas referem-se ao dinheiro enviado por timorenses que vivem no estrangeiro para as famílias em Timor-Leste. Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

- 1.32. Além disso, estima-se que a despesa pública em bens e serviços aumente 21,1% em termos nominais, enquanto se prevê que a despesa com salários e vencimentos se mantenha globalmente estável em comparação com 2025. Espera-se que esta despesa adicional apoie a procura interna e a atividade económica em 2026.
- 1.33. **Investimento.** Prevê-se que o investimento total cresça 8,1% em 2026, face aos 2,5% registados em 2025. Espera-se que o investimento público contínuo em estradas e pontes, aeroportos, serviços públicos e outras infraestruturas seja um dos principais motores deste crescimento. O investimento público, incluindo o investimento em conectividade digital, deverá apoiar o desenvolvimento do setor privado. A expansão do acesso ao crédito e aos serviços financeiros digitais também contribuirá para o crescimento económico.
- 1.34. **Investimento público.** As dotações para infraestruturas em 2026 incluem cerca de 185,8 milhões de dólares para projetos de estradas e pontes, 31,6 milhões de dólares para aeroportos, 18,8 milhões de dólares para escolas e universidades, 12,8 milhões de dólares para infraestruturas médicas e hospitalares, 13,0 milhões de dólares para água e saneamento e 4,6 milhões de dólares para infraestruturas elétricas. A execução eficaz destas dotações melhoraria os transportes e a conectividade dos mercados, o acesso a serviços essenciais e a fiabilidade do abastecimento de água e eletricidade.
- 1.35. **Efeitos económicos a curto e longo prazo.** A curto prazo, o investimento público sustenta a procura ao gerar atividade na construção, cria postos de trabalho, o que aumenta os rendimentos das famílias, e aumenta a procura de materiais, transportes e serviços locais, embora parte da despesa seja canalizada para o estrangeiro através da importação de materiais e equipamentos. A médio prazo, uma melhor conectividade, a digitalização, os serviços públicos, os hospitais e as escolas podem reduzir os custos das empresas e melhorar a saúde, a educação e a produtividade. Espera-se também que estas melhorias apoiem o investimento privado, que se prevê que cresça cerca de 10% em 2026, contribuindo para expandir a capacidade produtiva interna e ajudar a reduzir a dependência da economia em relação às importações.

- 1.36. **Efeito da realocação orçamental.** No âmbito do orçamento rectificativo, foram realocados cerca de 60 milhões de dólares americanos das despesas com infraestruturas para medidas de estabilização. Espera-se que o impacto no investimento efetivo seja limitado, uma vez que as despesas de capital têm-se mantido historicamente abaixo das dotações orçamentais. No entanto, a realocação poderá atrasar ou reprogramar alguns projetos, particularmente aqueles que são menos urgentes ou que ainda não estão prontos para implementação.
- 1.37. **Comércio.** Prevê-se que as exportações cresçam 11,0% em 2026 em termos reais, na sequência de um crescimento muito forte de 63,9% em 2025. Espera-se que o crescimento provenha principalmente do café e das despesas dos visitantes (serviços de viagens). Prevê-se que as importações aumentem em termos nominais, refletindo os preços globais mais elevados dos combustíveis, enquanto as importações reais deverão crescer 5,9% à medida que a procura interna se reforça.
- 1.38. **Perspetivas a médio prazo.** A médio prazo, prevê-se que o crescimento atinja uma média de cerca de 4,7% ao ano entre 2027 e 2031, passando de 4,6% em 2027 para 5,0% em 2031, em consonância com os objetivos de crescimento do Governo. Estas perspetivas são apoiadas por uma agenda de reformas destinada a reforçar os fundamentos económicos essenciais.
- 1.39. As medidas prioritárias incluem a prioridade política do Governo em acelerar a atribuição de titularidade de terras, melhorar a administração fiscal, incluindo a introdução prevista do IVA para, numa primeira fase, compensar a perda de receitas causada pela eliminação dos direitos aduaneiros na sequência da adesão à ASEAN, alargar a inclusão financeira e criar o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDTL). São fornecidos mais pormenores sobre as prioridades políticas do Governo na Parte II.
- 1.40. **Infraestruturas.** Os principais projetos de infraestruturas continuarão a apoiar o crescimento a médio prazo. O cabo de fibra ótica permite uma internet mais rápida e barata, abrindo oportunidades no setor dos serviços digitais. A remodelação do Aeroporto de Díli e a continuação das obras rodoviárias irão melhorar as ligações no interior do país e com a região, reduzir os custos de transporte, apoiar o comércio e o turismo e ajudar a atrair investimento, particularmente das economias da ASEAN.
- 1.41. **Eleições.** Timor-Leste tem previstas eleições presidenciais em 2027 e eleições legislativas em 2028. As eleições exigirão despesas públicas adicionais em bens e serviços, bem como em salários e vencimentos, o que poderá apoiar um consum e por parte do setor público. No entanto, as eleições legislativas e a subsequente transição governamental poderão abrandar temporariamente o investimento público, caso a aprovação, a adjudicação ou a implementação de projetos sofram atrasos durante a transição. Prevê-se, por conseguinte, que o crescimento do PIB abrande de 4,6% em 2027 para 4,4% em 2028.
- 1.42. **Integração regional.** Espera-se que as oportunidades decorrentes da integração na ASEAN e na OMC, a par de uma melhor conectividade e de reformas económicas, apoiem a expansão do setor privado e incentivem a diversificação para o turismo, o agronegócio e os serviços digitais.
- 1.43. Na sequência da adesão de Timor-Leste à ASEAN em 2025, o país está a preparar-se para assumir a Presidência da ASEAN em 2029. O Governo está a investir nas instalações e

infraestruturas necessárias para acolher reuniões e eventos regionais. Isto inclui o Centro Internacional de Convenções, que se espera que apoie o investimento e crie emprego no setor da construção.

- 1.44. Espera-se também que a Presidência da ASEAN aumente o número de visitantes internacionais que participarão em reuniões e eventos relacionados em 2029. Isto aumentará a procura por bens e serviços nacionais, particularmente alojamento, restauração, transportes e outros serviços relacionados com o turismo. A preparação e a organização de eventos da ASEAN deverão, portanto, proporcionar um impulso temporário à procura interna, à atividade do setor privado e às receitas não petrolíferas.
- 1.45. Os benefícios podem estender-se para além do período da Presidência da ASEAN. As instalações de convenções podem acolher conferências internacionais, eventos empresariais e exposições, gerando receitas de aluguer e atraindo visitantes que contribuem para a atividade de hotéis, restaurantes, transportes e outros serviços locais. A longo prazo, isto pode fortalecer o turismo e os serviços empresariais e atrair mais eventos regionais e internacionais.
- 1.46. **Reformas financeiras e regulatórias.** O Governo está também a alinhar a regulamentação financeira e empresarial com as normas internacionais. Espera-se que o desenvolvimento de normas contabilísticas e de uma lei moderna de insolvência melhore a transparência, reduza a incerteza e reforce a confiança das empresas. Um ambiente empresarial mais estável e previsível pode incentivar o investimento privado, nomeadamente na agricultura, onde um melhor acesso ao crédito e aos serviços de aconselhamento agrícola pode melhorar a produtividade agrícola e aumentar os rendimentos rurais.
- 1.47. **Riscos para as perspetivas.** O crescimento económico continua a depender fortemente da despesa pública e é, por isso, sensível à política orçamental e à execução eficaz do investimento público. Os benefícios esperados do programa de reformas do Governo dependerão da implementação eficaz e da coordenação entre as diferentes instâncias governamentais. Atrasos poderão enfraquecer o investimento privado, as exportações, a criação de emprego e o crescimento económico.
- 1.48. **Apoio orçamental ao crescimento.** O Orçamento de 2027 e as perspetivas de despesas a médio prazo apresentadas na Secção 3 apoiam os objetivos de crescimento do Governo. As reformas nos contratos públicos e na gestão do investimento público ajudarão os ministérios a executar os seus orçamentos de forma mais eficaz, particularmente no que diz respeito a bens e serviços e a despesas de capital e de desenvolvimento, que historicamente têm registado baixas taxas de execução. Espera-se que as reformas relativas à massa salarial e à força de trabalho gerem poupanças, enquanto a manutenção dos limites máximos das transferências públicas a médio prazo contribuirá para uma melhor relação custo-benefício e criará margem orçamental para despesas prioritárias.

Tabela 5. Dados do PIB não petrolífero para 2024-2025 e projeções para 2026-2031

Crescimento anual (%)	2024	2025	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P
Despesas de consumo final (FCE)	2,7	5,0	3,8	3,2	3,3	3,4	3,6	3,2
FCE das famílias	3,6	3,8	4,1	3,0	3,3	3,2	3,4	3,6
NPISHs FCE	24,0	-9,1	6,0	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
FCE das Administrações Públicas	0,9	7,1	3,3	3,6	3,4	3,8	3,9	2,9
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	41,8	2,5	8,1	6,5	4,3	4,7	5,1	6,1
Variação nas existências	14,5	-15,0	18,6	6,9	1,8	1,8	1,8	1,8
Aquisições menos alienações de bens de valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Exportações de bens e serviços	13,3	63,9	11,0	9,3	8,7	10,1	4,2	6,1
Importações de bens e serviços	14,6	6,9	5,9	3,2	2,4	2,5	2,1	1,8
PIB não petrolífero	4,3	4,3	4,3	4,6	4,4	4,7	4,9	5,0

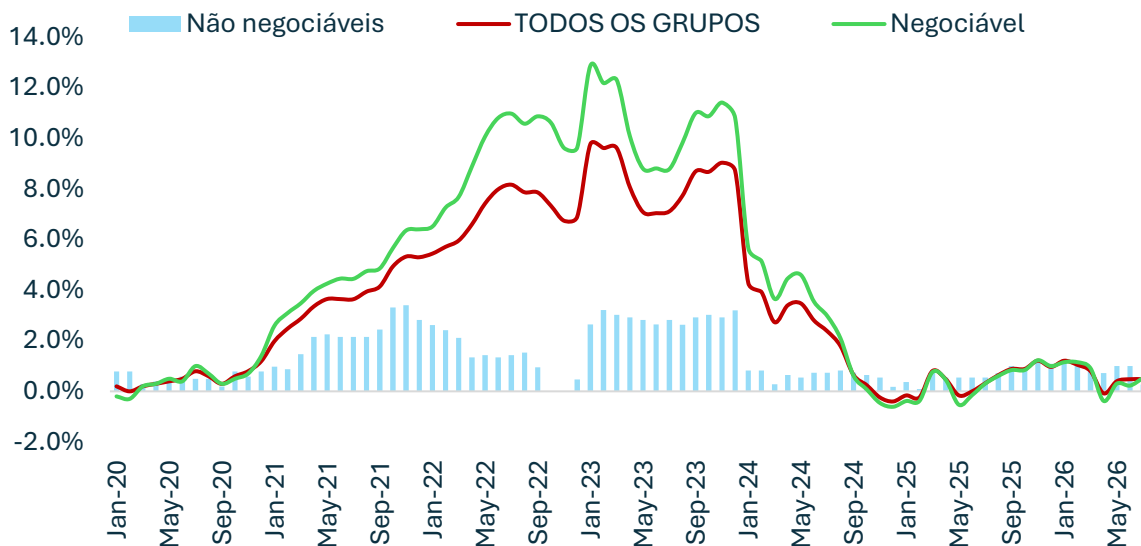
Fonte: Crescimento real e preliminar do PIB para 2024-2025, com base nas Contas Nacionais, INETL IP; previsões para 2026-2031 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2026

Inflação e Taxa de Câmbio

- 1.49. **Evolução da inflação e pressões externas sobre os preços.** A inflação desceu para 0,5% em 2025, face aos 2,1% registados em 2024 e aos 8,4% de 2023, mantendo-se abaixo do limiar de 4% estabelecido pelo Governo. A descida dos preços globais das matérias-primas contribuiu para esta evolução, com o petróleo a registar uma queda de 14,4% e os cereais uma descida de 10,2%. Os preços dos transportes caíram 1,3% e os do arroz registaram uma descida de 1,8%.
- 1.50. **Os preços dos produtos importados são um fator significativo da inflação.** Os bens cujos preços são determinados principalmente pelos mercados mundiais representam cerca de 64% das despesas das famílias³. De janeiro de 2020 a julho de 2026, a inflação global acompanhou de perto os preços destes bens, que atingiram um pico de 12,9% em janeiro de 2023 (quando a inflação global atingiu 9,8%), antes de descer para 0,5% em julho de 2026. Em comparação, a inflação dos bens não transacionáveis não ultrapassou os 3,4% ao ano (Figura 7). Estas tendências mostram que as oscilações dos preços mundiais continuam a ser o principal fator externo impulsionador da inflação interna e o principal risco para a mesma.

³ Isto significa que a inflação global pode afetar diretamente os preços dos bens e serviços que representam 64% do consumo total das famílias.

Figura 7. Inflação dos bens comercializáveis, não comercializáveis e global (mensal, em comparação com o ano anterior)



Fonte: Índice de preços no consumidor do INETL IP, 2026.

- 1.51. **Choque global dos preços do petróleo em 2026 e resposta política.** Apesar da inflação baixa em 2025, Timor-Leste continua exposto aos aumentos dos preços mundiais, uma vez que depende fortemente das importações, em particular de combustíveis e alimentos. Em 2025, os combustíveis representaram 21% das importações de bens, no valor de 209,6 milhões de dólares americanos, enquanto o arroz representou 6,7%, no valor de 66,2 milhões de dólares americanos. Os preços mais elevados dos combustíveis também aumentam os custos de transporte e podem elevar os preços internos dos alimentos e de outros bens.
- 1.52. Este risco concretizou-se em 2026, quando os preços mundiais do petróleo subiram 80,2%, passando de 66,8 dólares americanos por barril em janeiro para 120,4 dólares americanos por barril em abril, na sequência do conflito no Médio Oriente e das perturbações no Estreito de Ormuz. Posteriormente, os preços baixaram para 83,4 dólares americanos por barril em julho, antes de subirem para 90,9 dólares americanos em agosto. Este valor manteve-se bem acima do nível anterior de aproximadamente 67 dólares americanos por barril⁴.
- 1.53. O choque repercutiu-se rapidamente nos preços internos dos combustíveis. Os preços médios do gasóleo e da gasolina nas estações de serviço subiram cerca de 26% entre fevereiro e maio. Consequentemente, o custo mensal de utilização de meios de transporte pessoais⁵ registou um aumento de 6,0% em março e de 5,9% em abril. Em junho, este custo era 15,0% superior ao do ano anterior.
- 1.54. **Resposta do Governo e implicações orçamentais.** Através do Orçamento Rectificativo de 2026 e do Decreto-Lei n.º 13/2026, o Governo estabeleceu preços máximos nos postos de abastecimento de 1,50 dólares americanos por litro para a gasolina, 1,65 dólares

⁴ Preço médio entre janeiro de 2000 e agosto de 2026.

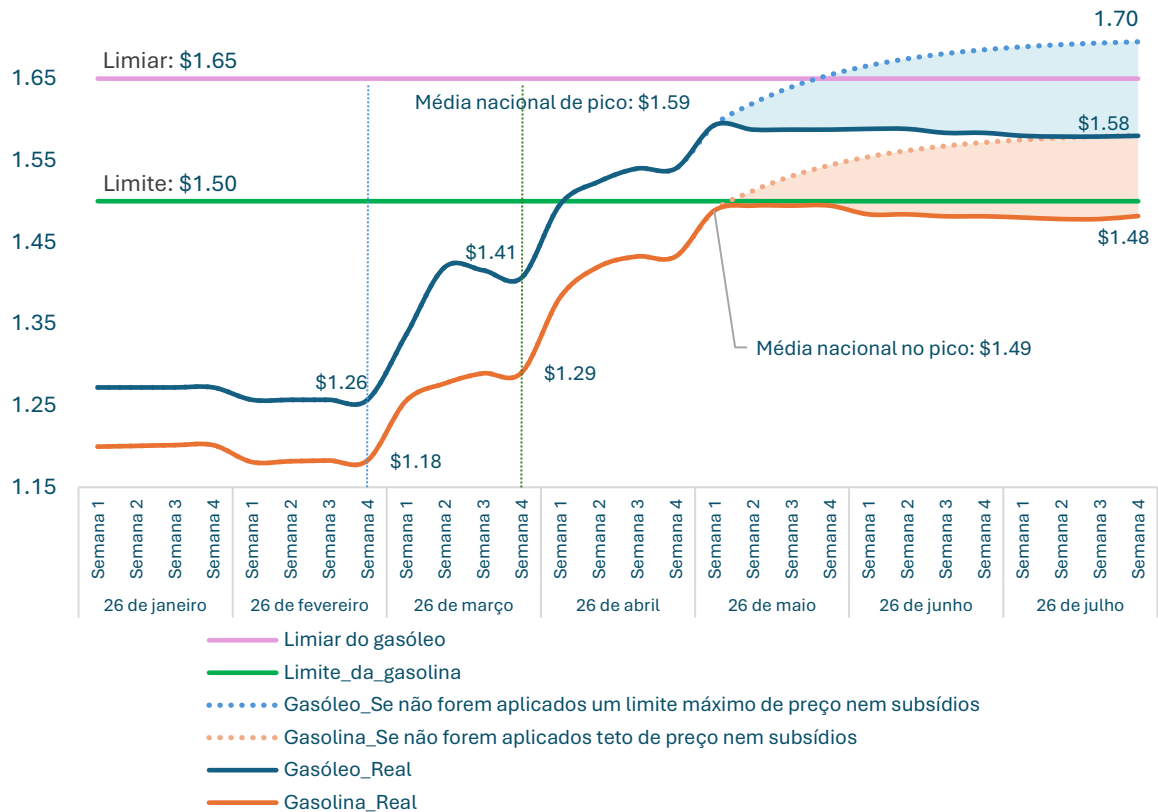
⁵ Medido pelo subgrupo do IPC relativo à «Exploração de Meios de Transporte Pessoais»

americanos para o gásóleo, 2,50 dólares americanos para o combustível de aviação e 4,20 dólares americanos por quilograma para o gás de cozinha (GPL).

- 1.55. As medidas foram apoiadas por 42,0 milhões de dólares americanos em subsídios aos combustíveis⁶, 5,0 milhões de dólares americanos para a segurança alimentar do arroz e 174,3 milhões de dólares americanos para uma reserva estratégica de combustível suficiente para cobrir cerca de sete meses de consumo da Electricidade de Timor-Leste (EDTL). Do total de 221,3 milhões de dólares americanos, quase quatro quintos correspondem ao custo pontual da reserva estratégica de combustível, e não a um apoio contínuo aos preços.
- 1.56. **Transmissão dos preços dos combustíveis e eficácia das medidas.** A Figura 8 compara os preços médios de retalho dos combustíveis com os preços máximos regulados ao longo de três períodos: preços relativamente estáveis em janeiro e fevereiro; o início do choque global dos preços do petróleo em março; e abril a julho, quando o mecanismo de preços máximos e o subsídio aos combustíveis estavam em vigor. Apresenta também os preços de retalho estimados na ausência destas medidas.
- 1.57. Antes do choque, os preços mundiais do petróleo situavam-se, em média, nos 69 dólares por barril, enquanto os preços médios de retalho eram de 1,26 dólares por litro para o gásóleo e de 1,18 dólares por litro para a gasolina. Em março, os preços mundiais do petróleo tinham aumentado 50,4%, enquanto os preços internos do gásóleo e da gasolina tinham aumentado 10,3% e 7,3%, respetivamente. Os preços de retalho continuaram a subir e atingiram o pico em maio, situando-se em 1,59 dólares americanos por litro para o gásóleo e 1,49 dólares americanos por litro para a gasolina, aproximadamente 26 por cento acima dos níveis anteriores ao choque. Em comparação, os preços mundiais do petróleo situavam-se 74,5% acima do nível anterior ao choque no pico de abril. Os aumentos dos preços internos dos combustíveis foram, portanto, menores e ocorreram aproximadamente um mês mais tarde do que o aumento dos preços mundiais do petróleo.

⁶ Deste montante, 1 milhão de dólares americanos foi atribuído ao Ministério da Saúde para apoiar o combustível das ambulâncias, enquanto outro 1 milhão de dólares americanos foi atribuído ao Ministério da Administração do Estatal para apoiar o combustível dos tratores nos municípios.

Figura 8. Preços médios dos combustíveis nas estações de serviço e preços máximos regulados, com preços estimados sem as medidas (semanal, janeiro–julho de 2026)

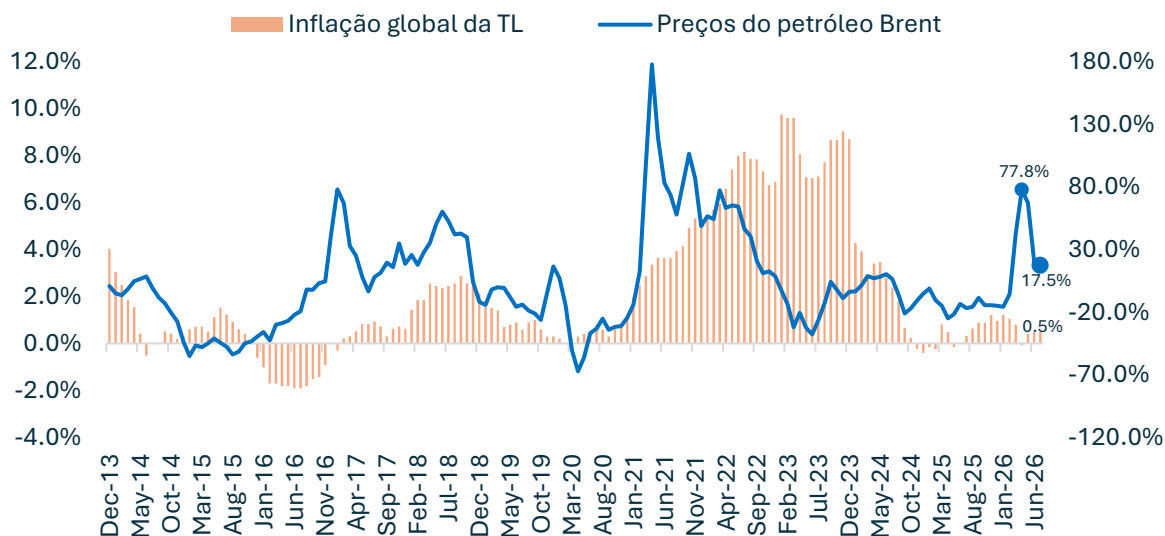


Fonte: Monitorização semanal dos preços dos combustíveis pelo INETL IP; média nacional entre municípios, 2026. Nota: As linhas pontilhadas mostram um cenário hipotético caso não tivessem sido aplicados um teto de preços nem subsídios.

- 1.58. Sem as medidas, os preços médios do gasóleo teriam atingido aproximadamente 1,70 dólares americanos por litro no final de julho, em vez de 1,58 dólares americanos, enquanto os preços da gasolina teriam atingido aproximadamente 1,58 dólares americanos por litro, em vez de 1,48 dólares americanos, um aumento de aproximadamente 10 a 12 centimos por litro. A Figura 8 indica que, sem o subsídio, os preços do gasóleo teriam excedido o preço máximo de 1,65 dólares americanos por litro desde o início de junho, enquanto os preços da gasolina teriam excedido o preço máximo de 1,50 dólares americanos por litro desde meados de maio. O subsídio contribuiu, portanto, para a eficácia dos limites de preço na contenção da transmissão do choque global dos preços dos combustíveis.
- 1.59. As diferenças de preços em todo o país também diminuíram. A diferença no preço do gasóleo entre o município mais barato e o mais caro diminuiu de 24,5 centimos por litro antes do choque para 14,6 centimos no período de abril a julho. Os preços aumentaram entre 21 e 25 centimos por litro em Viqueque, Manufahi e Covalima, em comparação com 35 a 39 centimos por litro em Oecusse e Baucau. Os limites de preços restringiram o montante que os fornecedores em áreas de custos mais elevados podiam repercutir nos consumidores, embora as diferenças nos custos de transporte e abastecimento continuassem a afetar os preços entre os municípios.

- 1.60. De um modo geral, as medidas funcionaram conforme previsto. Os preços de retalho mantiveram-se próximos, mas geralmente abaixo, dos preços máximos regulados, enquanto os preços mundiais do petróleo aumentavam. Após maio, os preços internos mantiveram-se globalmente estáveis, em vez de continuarem a acompanhar as oscilações dos preços mundiais. No final de julho, os preços do gasóleo situavam-se aproximadamente 32 cêntimos de por litro acima do seu nível anterior ao choque, em comparação com um aumento estimado de 43 cêntimos por litro, ou potencialmente mais, na ausência das medidas. Como os preços mundiais do petróleo se mantiveram acima dos níveis anteriores, o subsídio continuou a proteger as famílias e as empresas do impacto total do choque.
- 1.61. Apesar do choque dos preços do petróleo, a inflação global situou-se em 0,5% em julho de 2026 e registou uma média de 0,6% entre janeiro e julho. No entanto, a dependência contínua de Timor-Leste em relação aos combustíveis e alimentos importados deixa os preços internos expostos a choques externos. O custo orçamental, os efeitos distributivos e a necessidade contínua de limites de preços devem, por conseguinte, ser acompanhados de perto.

Figura 9. Inflação global em Timor-Leste e preços globais do petróleo



Fonte: INETL IP e Preços das Matérias-Primas do Banco Mundial, 2026.

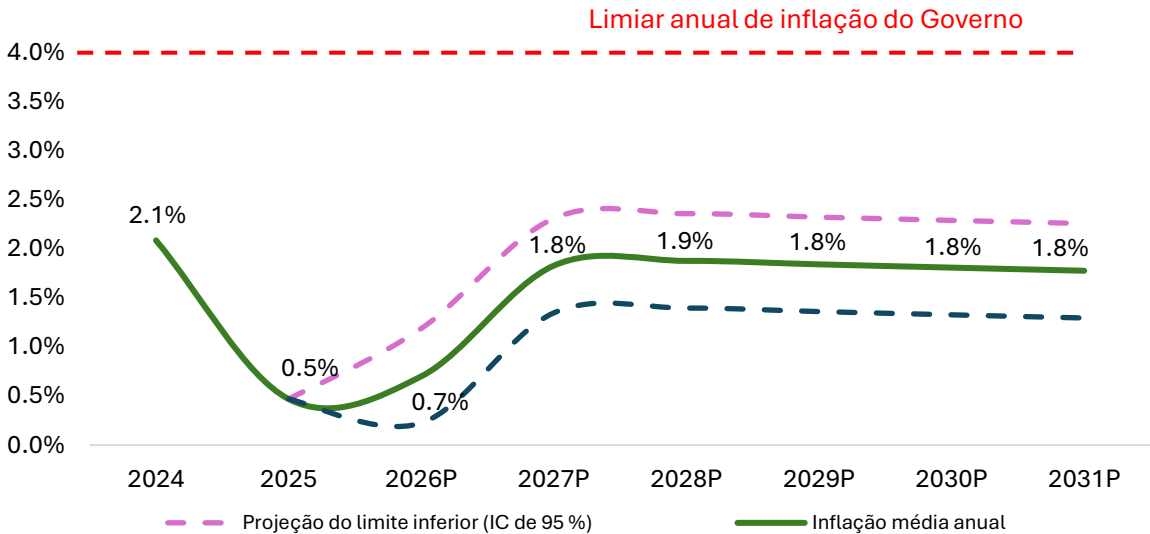
- 1.62. **Preços dos alimentos e riscos para a segurança alimentar.** A descida dos preços do arroz ajudou a compensar o choque dos combustíveis. Timor-Leste importa arroz da Índia, onde os preços de exportação situaram-se, em média, nos 347,9 dólares americanos por tonelada entre janeiro e julho de 2026, 7,4% abaixo da média de 2025. Durante o mesmo período, os preços internos do arroz registaram uma descida média de 3,4%.
- 1.63. A atribuição de subsídios alimentares permitiu ao Centro Nacional de Logística (CLN) manter as reservas de arroz, apesar do aumento dos custos dos combustíveis e dos transportes. Embora os preços do arroz tailandês e indiano de qualidade superior fossem aproximadamente 18 a 20% mais elevados do que no ano anterior, o acesso de Timor-Leste ao arroz indiano a preços mais baixos ajudou a conter os preços no mercado interno.

1.64. As restrições à exportação de arroz impostas pela Índia em 2023 demonstraram a exposição de Timor-Leste a choques externos no abastecimento alimentar. Os preços de exportação indianos aumentaram 22,7%, para 440,0 dólares americanos por tonelada, enquanto os preços internos do arroz aumentaram 16,0%, em parte devido ao aumento dos impostos sobre as importações. Os preços de exportação indianos situam-se agora aproximadamente 21% abaixo do seu pico de 2023.

Perspetivas de inflação a médio prazo

- 1.65. Prevê-se que a inflação se mantenha contida a médio prazo, com uma média de 1,6% ao ano entre 2026 e 2031 e permanecendo abaixo do limiar de 4% estabelecido pelo Governo. A previsão de inflação para 2026 foi revista para 0,7%, com base nos dados efetivos até julho, em comparação com a projeção anterior de 2,2%. Prevê-se que a inflação aumente para 1,8% em 2027 e para 1,9% em 2028, antes de atingir uma média de aproximadamente 1,8% ao ano entre 2029 e 2031.
- 1.66. **Comparação com as previsões internacionais.** A partir de 2027, as perspetivas do Governo são, em linhas gerais, consistentes com as previsões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Asiático de Desenvolvimento. Ambas as instituições projetam uma inflação de aproximadamente 2,0% em 2027, em comparação com a previsão da Direção Nacional de Política Económica (DNPE) de 1,8%.
- 1.67. Prevê-se que a inflação se mantenha baixa em 2027, principalmente porque se projeta que os preços mundiais do petróleo diminuam 18,6%⁷, reduzindo o custo do combustível importado e os custos associados de transporte e distribuição. O próprio modelo de séries temporais da DNPE projeta uma inflação de aproximadamente 1,8% ao ano até 2031, ligeiramente abaixo da previsão do FMI de 2,0%.

Figura 10. Projeções de inflação interna a médio prazo



Fonte: INETL IP para a inflação real em 2024 e 2025, e projeções da DNPE para 2026–2031.

⁷ Previsão do Banco Mundial para os preços das matérias-primas em 2027, descarregada em meados de setembro de 2026.

- 1.68. **Confiança e riscos.** A previsão de inflação para 2026–2031 situa-se, em média, nos 1,6%, com um intervalo de confiança de 95% entre 0,2 e 2,4%. Mesmo no limite superior, a inflação projetada permanece abaixo do limiar de 4% estabelecido pelo Governo. No entanto, este intervalo reflete apenas a incerteza do modelo. Novos aumentos nos preços globais do petróleo ou do arroz, perturbações no abastecimento ou a eventual remoção dos limites aos preços dos combustíveis poderão resultar numa inflação mais elevada.
- 1.69. Uma inflação baixa e estável sustenta o poder de compra das famílias, reduz a incerteza para as empresas e diminui a necessidade de subsídios generalizados aos preços, libertando recursos públicos para investimentos e despesas sociais de maior prioridade.
- 1.70. **Reforço da segurança do abastecimento de eletricidade num contexto de choque global dos combustíveis.** O Governo adquiriu 80 milhões de litros de gasóleo para a Reserva Nacional de Combustível de 2026, tendo sido atribuídos 174,3 milhões de dólares americanos para cobrir os custos do combustível, os impostos relacionados com a importação e o armazenamento. Até 28 de setembro de 2026, tinham sido recebidas na central elétrica de Hera cinco entregas, num total de 45,5 milhões de litros (Tabela 6). Juntamente com as entregas programadas até dezembro, espera-se que a reserva apoie a produção de eletricidade até ao início de 2027 e reduza o risco de interrupções no abastecimento.

Tabela 6. Entregas de combustível à central elétrica de Hera, de maio a setembro de 2026

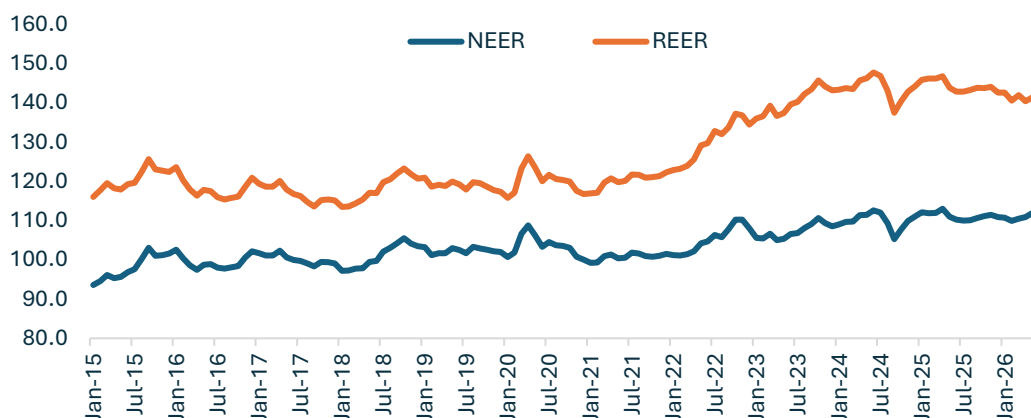
N.º	Início da entrega	Fim da entrega	Combustível em stock antes da entrega (milhões de litros)	Combustível recebido (milhões de litros)
1	10 de maio de 2026	13 de maio de 2026	0,00	7,34
2	7 de junho de 2026	12 de junho de 2026	3,58	11h55
3	10 de julho de 2026	14 de julho de 2026	6,58	9,51
4	5 de agosto de 2026	9 de agosto de 2026	7,50	8,58
5	2 de setembro de 2026	6 de setembro de 2026	Não comunicado	8,56
Total de combustível recebido				45,54

Nota: O relatório de origem não apresenta dados relativos às existências antes da quinta entrega. Fonte: Relatório de entrega de combustível para a central elétrica de Hera, 28 de setembro de 2026.

- 1.71. **Proteção contra choques nos preços e no abastecimento de combustível.** A aquisição antecipada de combustível ajuda a garantir a continuidade da produção de eletricidade, reduzindo simultaneamente a exposição à escassez internacional de combustível e à volatilidade dos preços. A manutenção de uma reserva adequada proporciona maior certeza quanto à disponibilidade de combustível e ajuda a proteger os custos de produção de eletricidade de aumentos repentinos durante perturbações no mercado global de combustíveis. A estreita coordenação entre as agências governamentais e a EDTL também tem apoiado a entrega, verificação e gestão atempadas da reserva de combustível.
- 1.72. **Taxa de câmbio e competitividade.** A taxa de câmbio efetiva real compara o dólar dos EUA, utilizado por Timor-Leste, com as moedas dos seus parceiros comerciais, ajustada em

função das diferenças de inflação. Quando esta taxa sobe, as importações tornam-se mais baratas e as exportações mais caras, tornando os produtores locais menos competitivos (Figura 11).

Figura 11. Evolução da taxa de câmbio (NEER e REER)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026.

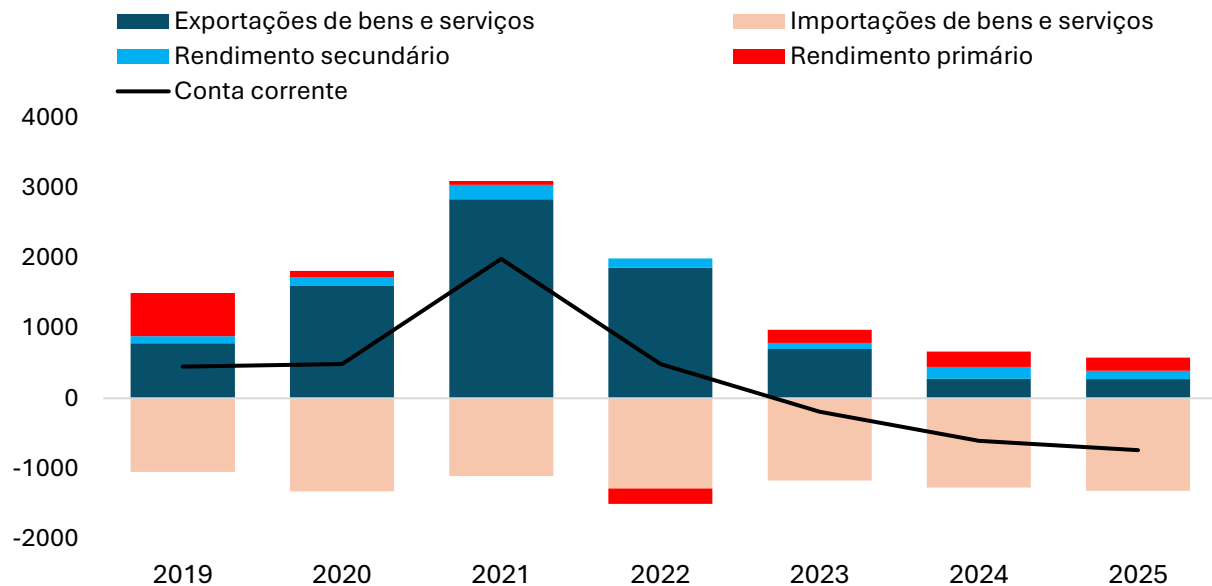
- 1.73. O impacto a curto prazo é reduzido, uma vez que Timor-Leste exporta pouco para além do petróleo. Com o tempo, no entanto, o aumento dos custos locais poderá tornar os bens e serviços locais menos competitivos, sublinhando a necessidade de melhorar a competitividade à medida que a economia se diversifica.

Setor Externo

- 1.74. **Conta corrente.** Conforme ilustrado na Figura 12, na sequência do esgotamento das reservas de petróleo do campo petrolífero de Bayu-Undan, Timor-Leste registou défices da conta corrente nos últimos três anos. Isto implica que as importações de bens e serviços do resto do mundo excederam o total das exportações de bens e serviços⁸. O défice de 739,0 milhões de dólares americanos em 2025 foi financiado por levantamentos do Fundo Petrolífero.
- 1.75. **Por que razão o saldo se alterou.** O excedente da balança corrente registado entre 2019 e 2022 deveu-se principalmente às exportações de petróleo, enquanto as exportações de bens não petrolíferos permaneceram limitadas, consistindo principalmente em café. O total das exportações diminuiu acentuadamente em 2023, à medida que a produção do campo petrolífero de Bayu-Undan chegou ao fim, deixando o café como o principal produto de exportação do país.
- 1.76. As importações mantiveram-se elevadas, enquanto os rendimentos provenientes do estrangeiro, incluindo salários e remessas, não foram suficientes para colmatar o défice comercial. Isto deixa a economia mais exposta a choques externos e dependente do Fundo Petrolífero para pagar as importações.

⁸ Incluindo o setor petrolífero.

Figura 12. Balanço da Conta Corrente, em US\$ milhões

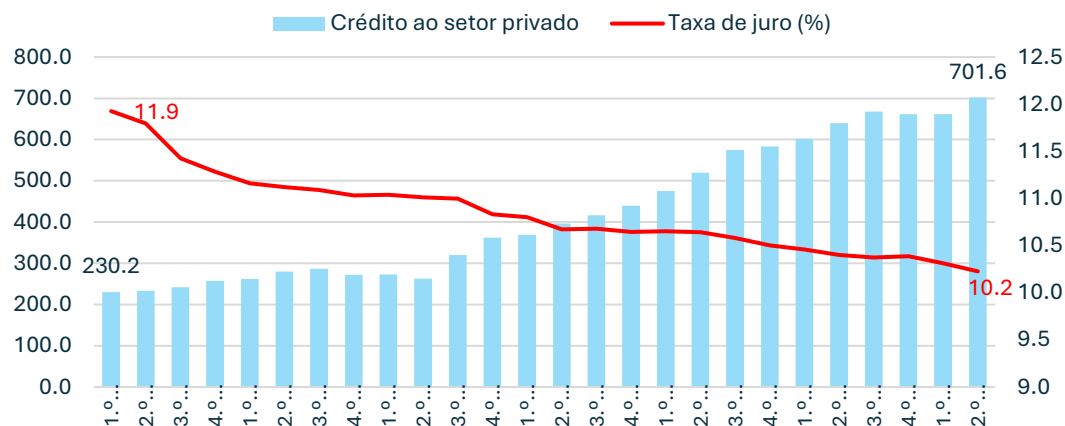


Fonte: Balança de Pagamentos, Banco Central de Timor-Leste, 2026

Setor Financeiro

- 1.77. **Crescimento do crédito.** As recentes reformas do setor financeiro, incluindo a digitalização do setor bancário, contribuíram para melhorar o acesso ao financiamento, particularmente para o setor privado. O total de crédito bancário em dívida em 2026 era cerca de 3,7 vezes superior ao nível de 2023, o que significa que os bancos desempenham agora um papel cada vez mais importante no financiamento da economia.
- 1.78. O crescimento do crédito é apoiado por melhorias no regime de garantias, que permitem aos bancos aceitar contratos de trabalho juridicamente vinculativos e contratos de projetos governamentais como garantia. Estas medidas ajudaram a aliviar as restrições ao crédito e a alargar o acesso ao financiamento para as famílias e as empresas, em particular no setor da construção.
- 1.79. No entanto, embora as taxas médias de juro dos empréstimos tenham diminuído ligeiramente, o crédito continua a ser relativamente caro, com uma taxa média de 10,2%, o que pode limitar a inclusão financeira e o investimento do setor privado. Prevê-se que a entrada de novos bancos comerciais e do Banco Nacional de Desenvolvimento aumente a concorrência e amplie o acesso ao financiamento, o que poderá exercer uma pressão descendente sobre as taxas de juro dos empréstimos ao longo do tempo.

Figura 13. Empréstimos⁹ (em US\$ milhões) período 1.º 2020-2.º 2026 e taxa de juro bancária (%)



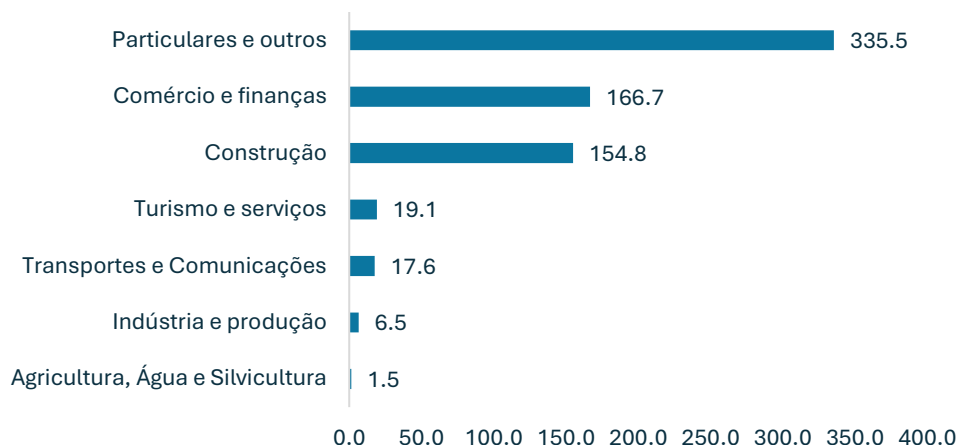
Nota: Taxa de juro (lado direito, em percentagem), Crédito (lado esquerdo)

Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

- 1.80. **Alocação do crédito.** Apesar do crescimento substancial do crédito à economia, quase metade do total de empréstimos em curso foi concedido a particulares, principalmente para fins de consumo. O crédito às empresas do setor privado continua concentrado na construção, com 154,8 milhões de dólares americanos, e no comércio e nas finanças, com 166,7 milhões de dólares americanos, em particular no comércio grossista e retalhista. O crédito a setores produtivos, como a agricultura, a indústria transformadora e o turismo, continua limitado.
- 1.81. A agricultura, em particular, representou apenas 1,5 milhões de dólares americanos em empréstimos em curso, enquanto a indústria transformadora recebeu apenas 6,5 milhões de dólares americanos. A atribuição limitada de crédito a estes setores restringe o investimento na capacidade produtiva interna. Alargar o acesso ao financiamento para atividades produtivas apoiaria a produção interna, a criação de emprego e a redução da dependência das importações.
- 1.82. Prevê-se que o crédito ao setor privado se expanda a médio prazo, apoiado pela criação de novos bancos comerciais e do Banco Nacional de Desenvolvimento nos últimos dois anos, pelas reformas regulatórias do setor financeiro e pelo crescimento da banca digital. Um maior acesso ao crédito deverá apoiar a expansão das empresas, o investimento e a criação de emprego fora do setor público.

⁹ Total de empréstimos de bancos comerciais e instituições de microfinanças; a taxa de juro aqui apresentada é a taxa média fixada pelos bancos comerciais.

Figura 14. Empréstimos por setor concedidos por bancos comerciais, até junho de 2026, em US\$ milhões



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

- 1.83. **Setor financeiro e digitalização.** O setor financeiro apoia a atividade económica através de pagamentos, poupanças e crédito. Uma utilização mais generalizada da banca móvel e dos pagamentos digitais, nomeadamente através da plataforma TUQR do Banco Central, pode reduzir os custos de transação, melhorar o acesso ao financiamento e apoiar o crescimento do setor privado.

Panorâmica do mercado de trabalho

- 1.84. **Força de trabalho e emprego.** O Censo de 2022 registou 874.000 pessoas com 15 ou mais anos, mas apenas 313.700 delas (35,9%) estavam a trabalhar ou à procura de emprego.
- 1.85. Destas, 304.700 tinham emprego e 9.000 estavam desempregadas, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 2,9%. As restantes 560.300 estavam fora da população ativa¹⁰, pelo que apenas cerca de uma em cada três pessoas com 15 anos ou mais tinha emprego (34,9%).
- 1.86. **As mulheres participam muito menos do que os homens.** Apenas 29,8% das mulheres faziam parte da população ativa, em comparação com 41,9% dos homens. As mulheres também constituíam a maioria das pessoas fora da população ativa (303.700, em comparação com 256.600 homens).
- 1.87. **Por que razão o baixo desemprego não revela toda a realidade.** A taxa de desemprego mede as pessoas sem trabalho que estão disponíveis e à procura de emprego. Não abrange todas as pessoas que não têm um emprego remunerado nem todas as que estão fora da população ativa. Com 560.300 pessoas em idade ativa fora da população ativa, a criação de empregos mais produtivos pode aumentar os rendimentos das famílias, alargar a cobertura da segurança social e ampliar a base tributária.

¹⁰ Fora da força de trabalho significa que não estavam a trabalhar nem à procura de emprego, como estudantes, pessoas que cuidam de familiares em casa, reformados e pessoas incapazes de trabalhar.

Tabela 7. Principais indicadores do mercado de trabalho, Censo de 2022

a. Categorias (em milhares)				
Categoria	Total	Home ns	Mulheres	
População em idade ativa (15+)	874,0	441,6	432,4	
Força de trabalho	313,7	185,0	128,7	
<i>dos quais empregados</i>	304,7	180,0	124,8	
<i>dos quais desempregados</i>	9,0	5,1	3,9	
Fora da população ativa	560,3	256,6	303,7	
b. Categorias (em percentagem)				
Indicador	Total	Home ns	Mulheres	
Taxa de participação na força de trabalho	35,9	41,9	29,8	
Rácio emprego/população	34,9	40,8	28,9	
Taxa de desemprego	2,9	2,7	3,0	

Fonte: Censo de 2022 (INETL)

- 1.88. **Como são contabilizados os empregos formais.** Os empregos formais são contabilizados a partir dos registos de folhas de pagamento do Estado e do Inquérito à Atividade Empresarial das empresas privadas. Os trabalhadores não abrangidos por nenhum destes registos são considerados como trabalhando na economia informal.
- 1.89. **Crescimento do emprego no setor privado.** Os empregos formais no setor privado aumentaram de 52.300 em 2021 para 74.600 em 2025, um aumento de 22.300 (cerca de 43%). A longo prazo, o crescimento tem sido mais lento: em 2015, existiam 60.800 postos de trabalho, pelo que apenas 13.800 foram criados ao longo da década. Os salários médios aumentaram de cerca de 2.600 dólares americanos por trabalhador em 2015 para 3.300 dólares americanos em 2024.
- 1.90. **Onde se encontram os postos de trabalho.** O comércio, a construção e os serviços de alojamento e restauração proporcionaram 40.500 postos de trabalho em 2025, mais de metade do total. Só o comércio registou 20.100 postos de trabalho (27%), a construção 13.200 (um aumento de 4.900 desde 2021) e os serviços de alojamento e restauração 7.200, enquanto o setor da informação e comunicação duplicou para 3.000. Estes setores beneficiam da procura interna, do investimento público e de um acesso mais fácil a empréstimos bancários (Figura 14).
- 1.91. **A indústria transformadora continua a ser de pequena dimensão.** A indústria transformadora contava com apenas 5.300 postos de trabalho, com um crescimento reduzido desde 2021 (Tabela 8), e recebe menos de 1% do crédito bancário do setor privado. O crescimento da produção agrícola, da transformação alimentar e da indústria ligeira criaria postos de trabalho e reduziria a dependência das importações.

- 1.92. **Díli e os municípios.** Díli contava com 60.700 postos de trabalho formais no setor privado em 2025, cerca de 81% do total. Os postos de trabalho nos municípios mais do que duplicaram, passando de 6.200 em 2021 para 13.900 em 2025, mas o crescimento abrandou desde 2023. Melhores estradas, eletricidade e serviços fora de Díli reduziram os custos das empresas e distribuíram os postos de trabalho de forma mais equilibrada.
- 1.93. **Mulheres em empregos no setor privado.** As mulheres ocupavam 25.600 empregos formais no setor privado em 2025, cerca de um terço do total, um aumento de 61% desde 2021, em comparação com 35% para os homens. Ocupavam 63% dos empregos nos serviços de alojamento e restauração, mas apenas 11% na construção e 25% na indústria transformadora (Tabela 9). A sua percentagem era mais elevada em Díli (cerca de 35%) do que nos municípios (cerca de 30%).

Tabela 8. Emprego no setor privado formal por localização e setor de atividade, 2021–2025 (milhares)

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025	Variação 2021–25	Variação em % 2021–25
Por localização							
Díli	46,0	53,6	51,3	56,5	60,7	+14,7	+32,0
Municípios	6,2	9,6	13,9	11,5	13,9	+7,7	+124,2
Por setor							
Indústria transformadora	4,9	6,7	3,8	4,8	5,3	+0,4	+8,2
Construção	8,3	10,3	9,0	11,9	13,2	+4,9	+59,0
Comércio a retalho e por grosso	15,3	19,5	16,4	19,3	20,1	+4,8	+31,4
Transportes e armazenagem	1,1	1,0	1,0	1,4	1,5	+0,4	+36,4
Serviços de alojamento e restauração	4,6	5,6	6,5	7,0	7,2	+2,6	+56,5
Informação e comunicação	1,5	2,9	3,6	3,1	3,0	+1,5	+100,0
Finanças e seguros	1,9	1,8	1,7	2,0	2,0	+0,1	+5,3
Outros setores	14,7	15,4	23,1	18,5	22,3	+7,6	+51,7
Total, Timor-Leste	52,3	63,3	65,2	68,0	74,6	+22,3	+42,6

Fonte: Inquérito à Atividade Empresarial 2021–2025 (INETL). Os totais são os publicados e podem diferir ligeiramente da soma dos setores devido ao arredondamento.

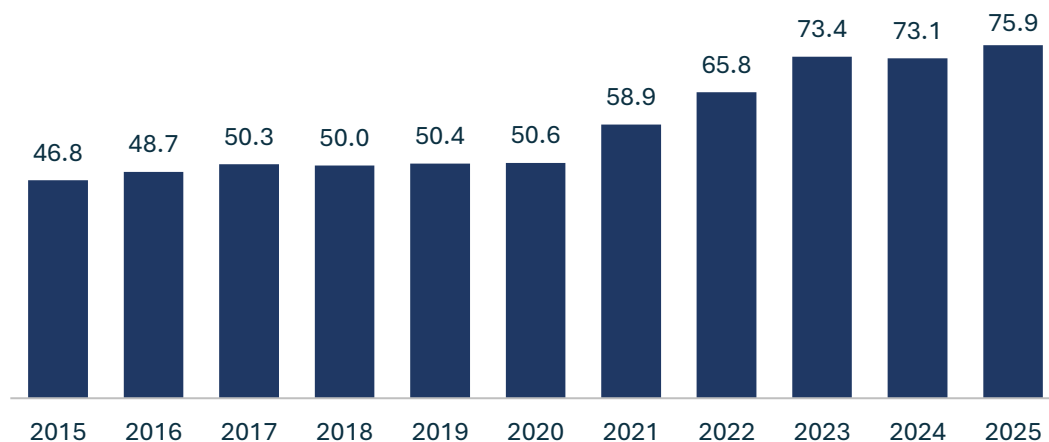
Tabela 9. Emprego formal no setor privado por sexo, 2025 (milhares)

Categoria	Homens	Mulheres	Total	Percentagem das mulheres (%)
Por localização				
Díli	39,3	21,4	60,7	35,3
Municípios	9,7	4,2	13,9	30,2
Por setor				
Indústria transformadora	4,0	1,3	5,3	24,5
Construção	11,7	1,5	13,2	11,4
Comércio a retalho e por grosso	12,7	7,4	20,1	36,8
Transportes e armazenagem	1,1	0,4	1,5	26,7
Serviços de alojamento e restauração	2,7	4,5	7,2	62,5
Informação e comunicação	2,0	1,0	3,0	33,3
Finanças e seguros	1,2	0,8	2,0	40,0
Outros setores	13,6	8,7	22,3	39,0
Total, Timor-Leste	49,0	25,6	74,6	34,3

Fonte: Inquérito à Atividade Empresarial 2025 (INETL). Os totais são os publicados e podem diferir ligeiramente da soma dos homens e das mulheres devido ao arredondamento.

- 1.94. **Emprego no setor público.** O número de funcionários públicos aumentou de 46.836 em 2015 para 75.912 em 2025, o que representa um aumento de 29.076 postos de trabalho, ou seja, 62% (Figura 15). Manteve-se em cerca de 50.000 entre 2017 e 2020, tendo depois aumentado em 22.841 entre 2020 e 2023, com o maior aumento a registar-se em 2021 (8.265 postos de trabalho). Registou uma ligeira descida de 330 em 2024, antes de voltar a aumentar em 2025.

Figura 15. Emprego na função pública, 2015–2025 (Número de efetivos, em milhares)



Fonte: Registos administrativos da folha de pagamentos do Estado (Ministério das Finanças).

- 1.95. **Emprego no setor público e no setor privado.** O setor público proporcionou cerca de metade dos 150.500 postos de trabalho formais em 2025. Ao longo da década, criou 29.076 postos de trabalho, mais do dobro dos 13.800 criados pelas empresas privadas, mas, desde 2023, as empresas privadas têm criado mais (9.400 em comparação com 2.480). Com o governo a limitar novas contratações, o crescimento futuro do emprego dependerá principalmente das empresas privadas.
- 1.96. **Emprego formal e informal.** Os empregos formais em 2025 representavam cerca de 49% das 304.700 pessoas com emprego no Censo de 2022. Isto significa que as restantes 154.200 pessoas, ou cerca de 51%, provavelmente trabalham no setor informal¹¹, principalmente na agricultura, no comércio de pequena escala, na construção civil e nos transportes. Embora se trate apenas de uma estimativa indicativa, esta realça a existência de um potencial significativo para integrar mais trabalhadores e empresas na economia formal. Uma reforma fundamental é a introdução do IVA, que pode apoiar a formalização das empresas¹², melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e alargar a base de receitas domésticas.

Tabela 10. Emprego formal, 2025

Emprego formal e informal, 2025		
Categoria	Trabalhadores	Percentagem do total (%)
Funcionários públicos	75.912	24,9
Trabalhadores do setor privado formal	74.600	24,5
Emprego formal total	150.500	49,4
Residual (pode estar empregado no setor informal)	154.200	50,6
Emprego total (Censo de 2022)	304.700	100,0

Fonte: Registos administrativos de folhas de pagamento e segurança social; Inquérito à Atividade Empresarial (INETL).

- 1.97. **Crescimento do emprego no estrangeiro.** O número de trabalhadores que partiram ao abrigo de programas de emprego no estrangeiro registados aumentou de 378 em 2014 para 5.703 em 2025 e tem-se mantido acima dos 4.700 por ano desde 2022 (Tabela 11). Em 2025, a Austrália recebeu 4.840 trabalhadores, o que representou aproximadamente 85% do total de partidas, enquanto 791 trabalhadores partiram para a República da Coreia. Durante o primeiro semestre de 2026, 2.726 trabalhadores partiram para a Austrália, 1.999 para a República da Coreia, 35 para a Nova Zelândia e 10 para o Japão.

¹¹ Esta análise abrange apenas a força de trabalho recenseada. As atividades informais realizadas por pessoas fora da força de trabalho não são contabilizadas.

¹² O IVA pode incentivar a formalização, exigindo que as empresas acima do limiar de registo se registem, mantenham registos, emitam faturas e comuniquem as transações. O registo formal também pode melhorar o acesso ao financiamento, a contratos públicos, a mercados mais amplos e a créditos de IVA a montante, quando aplicável.

- 1.98. **Partidas e regressos.** Em 2025, 5.703 trabalhadores partiram e 4.111 regressaram, resultando num saldo líquido de saída de cerca de 1.600. Desde 2014, cerca de 28.300 trabalhadores partiram e 14.700 regressaram, ficando cerca de 13.600 trabalhadores registados no estrangeiro¹³. No primeiro semestre de 2026, partiram mais 4.770 trabalhadores e regressaram 1.029, resultando num saldo líquido de saída de 3.741, mais do dobro do saldo líquido de saída registado em 2025.
- 1.99. **Empregos no país e no estrangeiro.** Entre 2021 e 2025, foram criados no país cerca de 9.840 novos empregos formais por ano, enquanto cerca de 4.180 trabalhadores por ano partiram ao abrigo de programas registados no estrangeiro, o que corresponde a cerca de quatro por cada dez novos empregos no país. Só em 2025, foram criados 9.410 novos postos de trabalho formais no país (6.600 no setor privado e 2.810 no setor público) e partiram para o estrangeiro mais 1.592 trabalhadores do que os que regressaram, o que representou cerca de 11.000 novas oportunidades de emprego no total (Tabela 12).

Tabela 11. Mobilidade laboral no estrangeiro, 2014–2026

a. Partidas por destino			
Ano	Total de partidas	das quais para a Austrália	das quais República da Coreia
2014	378	<i>não disponível</i>	<i>não disponível</i>
2021	251	<i>não disponível</i>	<i>não disponível</i>
2025	5.703	4.840	791
2026 (janeiro–junho)	4.770	2.726	1.999
b. Partidas, regressos e saída líquida			
Período	Partidas	Retornos	Saídas líquidas
2021	251	666	-415
2025	5.703	4.111	1.592
2026 (janeiro–junho)	4.770	1.029	3.741
Total, 2014–2025	28.300	14.700	13.600

Fonte: Registos do programa de mobilidade laboral no estrangeiro (SEFOPE). O ano de 2026 abrange apenas o período de janeiro a junho. Abrange colocações registadas na Austrália, na República da Coreia, na Nova Zelândia e no Japão. O número exclui também a mobilidade ao abrigo do Visto de Envolvimento no Pacífico.

Tabela 12. Comparação entre oportunidades de emprego no estrangeiro e no país, 2025

Tipo de emprego	Novos empregos ou partidas em 2025
------------------------	---

¹³ O número real é provavelmente superior, uma vez que estes dados excluem os trabalhadores noutros destinos, incluindo a Europa e o Canadá

a. Emprego formal total no país (1+2)	9.410
1. Emprego no setor privado	6.600
2. Emprego no setor público	2.810
b. Total de emprego formal e registado no estrangeiro (a+5)	11.002
3. Emprego no estrangeiro (partidas)	5.703
4. Emprego no estrangeiro (regressos)	4.111
5. Emprego no estrangeiro, após regressos (saída líquida) (3-4)	1.592

Fonte: Inquérito à Atividade Empresarial 2025 (INETL); registos da folha de pagamentos do Estado (Ministério das Finanças); registos do programa de mobilidade laboral no estrangeiro (SEFOPE). O «total de trabalhadores» para o emprego no estrangeiro após regressos corresponde ao número líquido de trabalhadores registados no estrangeiro desde 2014. Abrange apenas as colocações registadas.

1.100. Implicações para a economia. É necessário mais emprego produtivo e formal para absorver a força de trabalho jovem e em crescimento de Timor-Leste. À medida que o recrutamento pelo Governo se torna mais limitado, a expansão do setor privado terá de desempenhar um papel mais importante na criação de emprego. Tal exigirá reformas na administração fundiária, na fiscalidade, nas finanças e na regulamentação empresarial, apoiadas por investimento em infraestruturas, agricultura, competências e serviços digitais. O emprego no estrangeiro continuará a proporcionar postos de trabalho, rendimentos, remessas e competências. Ligações mais fortes com programas de formação e apoio à reintegração dos trabalhadores que regressam podem aumentar a sua contribuição para a economia nacional.

1.101. Implicações para o orçamento. A despesa pública, por si só, não consegue criar empregos suficientes para uma força de trabalho em crescimento. O Orçamento de 2027 apoia, por isso, o desenvolvimento do setor privado, particularmente na agricultura, na indústria transformadora e no turismo, alinhando a despesa com as prioridades do Governo e reforçando a gestão das finanças públicas para melhorar a eficiência e o impacto dos recursos públicos. A expansão das oportunidades de emprego no estrangeiro pode complementar a criação de emprego a nível nacional e ajudar a gerir as pressões no mercado de trabalho, enquanto o setor privado desenvolve a sua capacidade para empregar mais trabalhadores.

Remessas dos trabalhadores

1.102. Remessas de trabalhadores no estrangeiro. As remessas aumentaram de 50,7 milhões de dólares em 2021 para 211,8 milhões de dólares em 2024, antes de registarem uma descida para 181,9 milhões de dólares em 2025. No primeiro semestre de 2026, as remessas atingiram 104,5 milhões de dólares americanos, um aumento em relação aos 80,4 milhões de dólares americanos registados no mesmo período de 2025. Entre 2021 e junho de 2026, foram enviados cerca de 812 milhões de dólares americanos para famílias em Timor-Leste, apoiando o consumo das famílias, as pequenas empresas e a procura interna.

1.103. De onde vem o dinheiro. O Reino Unido continua a ser a maior fonte de remessas, embora a sua quota tenha diminuído de cerca de 71% em 2021 para 48% em 2025 e 41% no primeiro semestre de 2026. O Reino Unido não figura entre os destinos de colocação registados na

Tabela 11, o que sugere que uma parte significativa das remessas provenientes do Reino Unido possa provir de trabalhadores que se deslocaram para lá fora dos programas de colocação registados.

- 1.104. A quota da Austrália aumentou de cerca de 13% em 2021 para 25% em 2025 e 33% no primeiro semestre de 2026, em consonância com a expansão do emprego no estrangeiro registado. A República da Coreia representou cerca de 21% das remessas entre 2023 e 2025, antes de diminuir para cerca de 11% no primeiro semestre de 2026.
- 1.105. **O que isto significa para a economia.** As remessas constituem uma importante fonte de rendimento das famílias e apoiam o consumo, a educação, a habitação e a atividade das pequenas empresas. À medida que o emprego no estrangeiro se expande, um aumento dos fluxos de remessas poderá proporcionar um maior apoio à procura interna.
- 1.106. Uma maior utilização de canais financeiros formais, pagamentos digitais e produtos de poupança e investimento poderá ajudar a canalizar mais remessas para atividades produtivas. Isto pode apoiar as micro, pequenas e médias empresas, incentivar a criação de emprego e reforçar o crescimento económico interno.

Tabela 13. Remessas pessoais para Timor-Leste por país de origem, 2021–2026

Ano	Total (US\$ milhões)	Austrália (%)	Reino Unido (%)	Coreia (%)	Irlanda (%)	Outros (%)
2021	50,7	12,7	71,0	13,3	1,3	2,3
2022	88,6	13,2	66,4	16,6	1,4	2,3
2023	174,2	24,3	49,4	21,5	2,0	2,8
2024	211,8	25,2	47,6	21,3	2,5	3,6
2025	181,9	24,8	48,0	21,3	2,5	4,0
2026 (janeiro–junho)	104,5	33,0	40,5	11,5	4,3	10,4

Fonte: Banco Central de Timor-Leste, dados sobre remessas pessoais. As percentagens por país são as indicadas e podem não totalizar exatamente 100% devido ao arredondamento. Os dados relativos a 2026 abrangem apenas o período de janeiro a junho.

Crescimento e inflação globais

- 1.107. **Crescimento global.** O crescimento global manteve-se estável em 2025, mas prevê-se que abrande em 2026, uma vez que o encerramento do Estreito de Ormuz agrava o impacto negativo das barreiras comerciais mais elevadas introduzidas em 2025 (Tabela 14). O FMI prevê que a economia mundial cresça 3,1% em 2026 e 3,2% em 2027, valores bem abaixo da média pré-pandémica. Prevê-se que as economias avançadas cresçam 1,8% e 1,7%, e as economias emergentes e em desenvolvimento 3,9% e 4,2%. As economias importadoras de petróleo na Ásia e em África, bem como as mais expostas às novas medidas comerciais, registaram as maiores revisões em baixa.
- 1.108. **Choque petrolífero.** O encerramento do Estreito de Ormuz, a partir do final de fevereiro de 2026, interrompeu cerca de um quinto do abastecimento mundial de petróleo e fez com que

os preços do crude ultrapassassem os 100 dólares americanos por barril. A incerteza prolongada também dificultou o acesso ao crédito e abrandou o consumo em todas as regiões.

- 1.109. **Riscos.** As perspectivas são frágeis e dependem, acima de tudo, da rapidez com que o tráfego marítimo através do Estreito de Ormuz se normalize. Um encerramento prolongado aumentaria o risco de um crescimento fraco, combinado com uma inflação elevada numa escala nunca vista desde a década de 1970, enquanto o abrandamento das tensões comerciais melhoraria as perspectivas. Prevê-se que as economias avançadas continuem a crescer lentamente, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento cresçam mais rapidamente, mas permaneçam mais expostas a choques externos.

Tabela 14. Indicadores de crescimento global, 2024–2027, em percentagem

Região/País	Real		Previsão	
	2024	2025	2026	2027
Mundo	3,4	3,4	3,1	3,2
Economias avançadas	1,8	1,9	1,8	1,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,5	4,4	3,9	4,2
Ásia emergente e em desenvolvimento	5,4	5,5	4,9	4,8
ASEAN-5	4,8	4,5	4,1	4,4

Fonte: Perspectivas Económicas Mundiais do FMI, abril de 2026, dados descarregados em setembro de 2026

- 1.110. **Inflação global.** A inflação global abrandou em 2025, impulsionada pela descida dos preços da energia e pelo efeito retardado dos aumentos anteriores das taxas de juro.
- 1.111. Previa-se que a inflação continuasse a diminuir em 2026, mas o conflito no Médio Oriente fez com que os preços voltassem a subir, particularmente na Ásia. Após ter registado 4,1% em 2025, prevê-se agora que a inflação global suba para 4,4% em 2026, à medida que os custos mais elevados dos combustíveis e do frete se repercutem nos preços dos transportes e dos alimentos e que os custos dos fertilizantes aumentam. Espera-se que volte a abrandar em 2027, caso as condições se estabilizem.

Tabela 15. Taxas de inflação globais e regionais, em percentagem

Grupo económico	Real		Previsão	
	2024	2025	2026	2027
Mundo	5,8	4,1	4,4	3,7
Economias avançadas	2,6	2,5	2,8	2,2

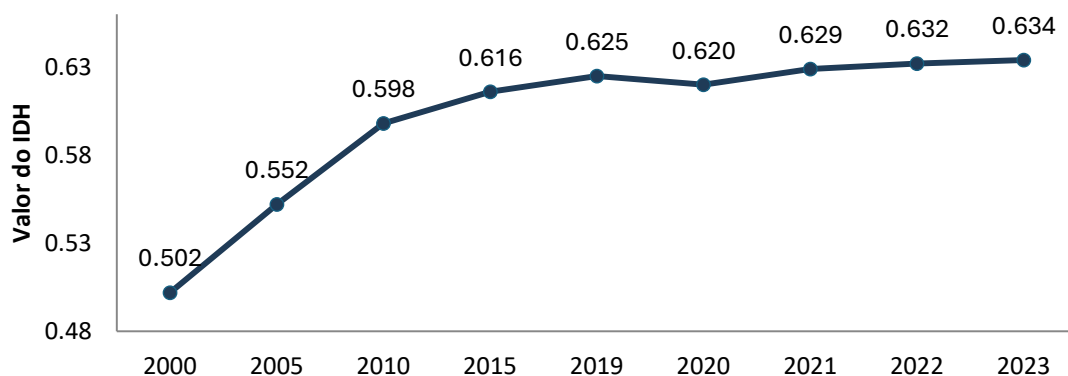
Grupo económico	Real		Previsão	
	2024	2025	2026	2027
Economias emergentes e em desenvolvimento	8,0	5,2	5,5	4,6
Ásia emergente e em desenvolvimento	1,9	1,1	2,6	2,5
ASEAN-5	2,0	1,4	2,6	2,3

Fonte: Perspectivas Económicas Mundiais do FMI, abril de 2026, dados descarregados em setembro de 2026

Indicadores sociais e de governação

1.112. **Desenvolvimento Humano.** O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) combina saúde, educação e rendimento numa única pontuação. Timor-Leste registou uma pontuação de 0,634 em 2023, ocupando a 142.^a posição entre 193 países no grupo de nível médio, tendo esta pontuação aumentado 26% desde 2000 (PNUD, 2025). A pontuação no Índice de Capital Humano do Banco Mundial subiu de 0,43 em 2017 para 0,45 em 2020, face a uma média global de 0,56. O Orçamento de 2027 continua a dar prioridade à saúde e à educação.

Figura 16. Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, 2000–2023



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2025, Anexo Estatístico.

1.113. **Resultados mais recentes sobre a pobreza.** O Inquérito aos Níveis de Vida de 2024, realizado pelo INETL com apoio técnico do Banco Mundial, abrangeu uma amostra representativa de aproximadamente 7.424 agregados familiares, de um total estimado de 250.270 agregados familiares. O inquérito revelou que 37,0% da população, ou seja, aproximadamente 522.927 pessoas, vivia abaixo do limiar nacional de pobreza. A pobreza era substancialmente mais elevada nas zonas rurais, com 44,5%, do que nas zonas urbanas, com 18,4%. O limiar nacional de pobreza representa o custo de satisfazer as necessidades básicas alimentares e não alimentares. A sua componente alimentar baseia-se numa necessidade energética mínima diária de 2.100 quilocalorias por pessoa.

1.114. **Evolução ao longo do tempo.** A taxa de pobreza nacional diminuiu de 48,4% em 2014 para 37,0% em 2024, tendo-se registado reduções em todos os municípios, exceto em Aileu e Liquiçá. Isto representa uma diminuição de 11,4 pontos percentuais após o resultado de

2014 ter sido recalculado utilizando um método consistente com o inquérito de 2024¹⁴. A taxa de pobreza nacional diminuiu de 48,4% em 2014 para 37,0% em 2024, tendo-se registado reduções em todos os municípios, exceto em Aileu e Liquiçá. Isto representa uma diminuição de 11,4 pontos percentuais após o resultado de 2014 ter sido recalculado utilizando um método consistente com o inquérito de 2024.

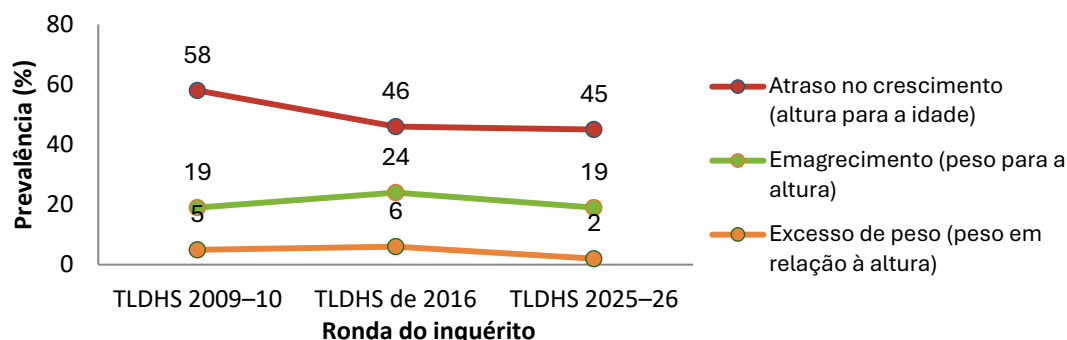
- 1.115. **Estimativas internacionais.** Para efeitos de comparação internacional, o Banco Mundial aplica limiares de pobreza internacionais padrão, em vez do limiar de pobreza nacional de Timor-Leste. Nesta base, estima-se que aproximadamente 44.3% da população vivia com menos de 3,00 dólares americanos por pessoa por dia (PPP, 2021) em 2026, enquanto aproximadamente 71.7% vivia abaixo do limiar de 4,20 dólares americanos utilizado para países de rendimento médio-baixo. Estima-se que estas taxas diminuam para 42.1% e 70.1%, respetivamente, até 2028 (Banco Mundial, *Macro Poverty Outlook*, abril de 2026).
- 1.116. **Estas estimativas não devem ser comparadas diretamente com a mais recente taxa de pobreza nacional.** As estimativas do Banco Mundial utilizam limiares internacionais de pobreza e baseiam-se em projeções do inquérito de 2014, enquanto o resultado nacional é medido utilizando dados atualizados do Inquérito aos Níveis de Vida de 2024 e o limiar nacional de pobreza de Timor-Leste. O resultado nacional fornece, portanto, a medida mais recente da pobreza em relação ao custo de satisfação das necessidades básicas em Timor-Leste, incluindo uma necessidade energética mínima diária de 2.100 quilocalorias por pessoa. As estimativas internacionais têm um objetivo diferente, ao permitir comparações entre países e ao longo do tempo.
- 1.117. **Condições de vida.** O acesso aos serviços básicos melhorou significativamente. A percentagem de pessoas sem eletricidade diminuiu de 27,9% em 2014 para 1,7% em 2024, enquanto a de pessoas sem água potável diminuiu de 25,4 para 9,1%. As condições de habitação também melhoraram, tendo a percentagem de pessoas a viver em habitações adequadas quase duplicado, passando de 22,4 para 42,6%. No entanto, cerca de 7 em cada 10 agregados familiares continuam a depender de lenha ou carvão vegetal para cozinhar.
- 1.118. **Desigualdade.** A desigualdade aumentou, mesmo com a redução da pobreza. O índice de Gini subiu de 0,31 em 2014 para 0,36 em 2024, utilizando métodos comparáveis (a estimativa original de 2014 era de 0,29). O índice varia entre 0, em que todos têm o mesmo rendimento, e 1, em que uma única pessoa detém todo o rendimento. Isto significa que os ganhos da última década não foram partilhados de forma equitativa.
- 1.119. **Redução da pobreza e proteção social.** A redução de 11,4 pontos percentuais na pobreza desde 2014 indica uma melhoria nos níveis de vida, apesar de grandes perturbações económicas, incluindo o impasse político de 2017–2018 e a pandemia da COVID-19. A sustentabilidade deste progresso exigirá um crescimento económico contínuo, emprego produtivo e investimento em infraestruturas e serviços essenciais, particularmente nas zonas rurais. O emprego, as remessas e as transferências sociais do Governo, incluindo a

¹⁴ A estimativa original de pobreza de 2014, de 41,8%, não é diretamente comparável com o resultado de 2024 devido a diferenças metodológicas entre os dois Inquéritos aos Níveis de Vida, incluindo a inclusão de produtos alimentares no inquérito de 2024. Para permitir uma comparação válida, a taxa de pobreza de 2014 foi reestimada utilizando a Abordagem de Imputação Não Paramétrica Baseada em Classificação, produzindo uma estimativa metodologicamente comparável com base no quadro do inquérito de 2024.

Bolsa da Mãe, as pensões e as refeições escolares, sustentam o rendimento e o consumo das famílias, enquanto o acesso ao financiamento pode permitir que as famílias e as empresas realizem atividades geradoras de rendimento.

- 1.120. Uma melhor orientação das transferências sociais pode reforçar ainda mais o seu impacto na redução da pobreza; o Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão está a testar um sistema de orientação digital, baseado em dados, utilizando os dados do Inquérito aos Níveis de Vida de 2024. Isto pode ajudar a direcionar os recursos públicos limitados para as famílias mais necessitadas e a melhorar a eficácia das despesas com a proteção social.
- 1.121. **Malnutrição infantil.** No entanto, as melhorias nas condições de vida e a redução da pobreza não foram acompanhadas por uma redução comparável da malnutrição infantil.
- 1.122. Foram realizadas três Inquéritos Demográficos e de Saúde ao longo dos últimos 20 anos. O atraso no crescimento, a percentagem de crianças com estatura inferior à esperada para a sua idade, que é o indicador padrão de subnutrição crónica, diminuiu acentuadamente de 58% em 2009–10 para 46% em 2016, mas manteve-se elevada, em 45%, em 2025–26. Isto sugere que a redução da malnutrição infantil continua a ser um desafio significativo, apesar das melhorias nas condições de vida e na redução da pobreza.

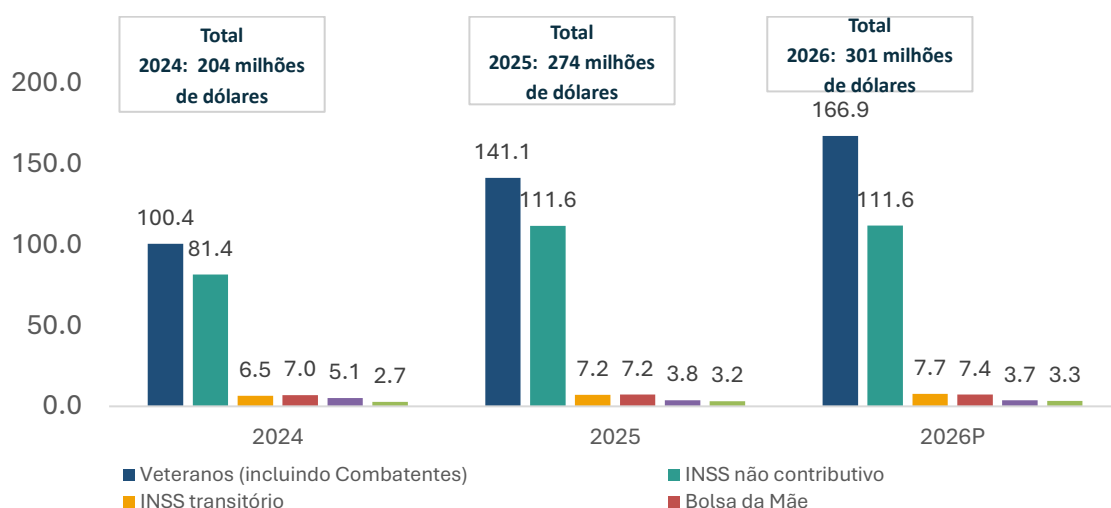
Figura 17. Tendências da Malnutrição infantil, Timor-Leste (%)



Fonte: Relatório de Indicadores-Chave do Inquérito Demográfico e de Saúde de Timor-Leste 2025–26, INETL (abril de 2026).

- 1.123. A emagrecimento, indicador de subnutrição aguda, subiu para 24% em 2016, antes de regressar aos 19%, o mesmo nível registado em 2009–10, o que significa que não se verificou qualquer melhoria líquida ao longo de todo o período. O excesso de peso mantém-se baixo e diminuiu para 2%. Avaliados em relação aos limiares da Organização Mundial de Saúde, ambos os indicadores principais permanecem na categoria “muito elevada”, com quase metade de todas as crianças timorenses a sofrer de atraso no crescimento e cerca de uma em cada cinco a sofrer de subnutrição aguda, o que coloca Timor-Leste entre os países mais afetados pela malnutrição infantil.
- 1.124. Esta falta de progressos contrasta com o aumento das despesas do governo central em transferências sociais para as famílias e refeições escolares, que totalizaram mais de 900 milhões de dólares americanos nos últimos três anos. A maior parte deste montante reflete os pagamentos aos veteranos, que contribuem para a nutrição infantil apenas de forma indireta. As despesas com a Bolsa da Mãe e as refeições escolares são menores, mas têm aumentado de forma constante desde 2024, demonstrando o compromisso do Governo em combater a malnutrição.

Figura 18. Transferências sociais para as famílias por ano, agrupadas por categoria, em US\$ milhões

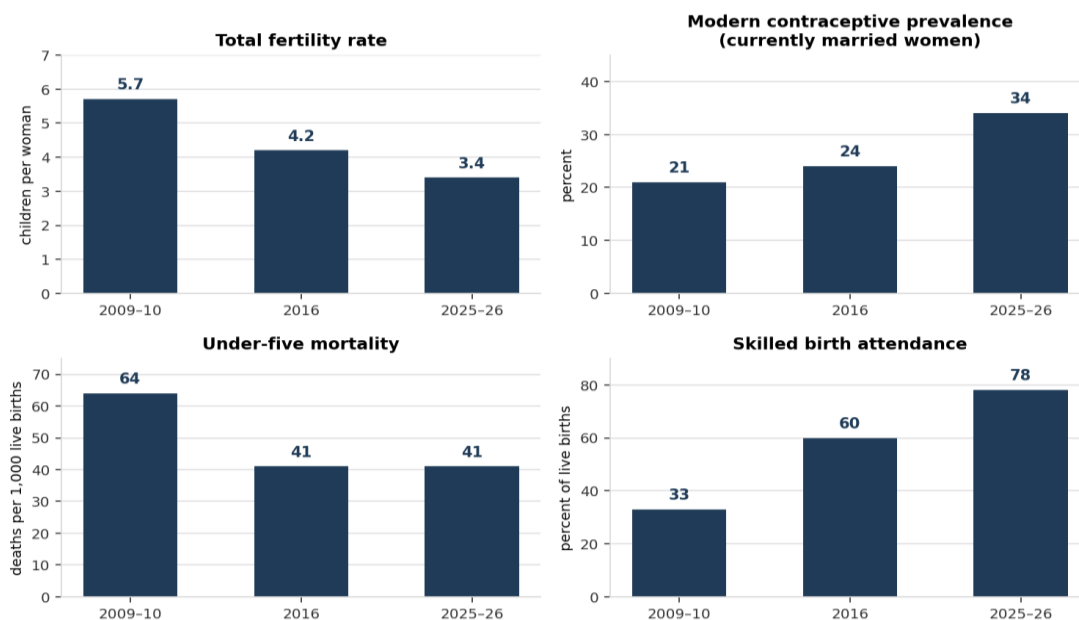


Nota: os valores acima referem-se ao montante executado, e não ao montante atribuído.

Fonte: Governo da República de Timor-Leste – Ministério das Finanças, 2026

- 1.125. **Proteção social direcionada.** Uma proteção social mais bem direcionada poderia ajudar a reduzir a desnutrição infantil, recorrendo à identificação digital e a uma melhor conectividade digital, apoiadas pela infraestrutura de fibra ótica em expansão de Timor-Leste, para identificar os agregados familiares elegíveis e prestar apoio de forma mais eficaz, com base no projeto-piloto de direcionamento digital mencionado no parágrafo acima.
- 1.126. **Saúde.** O Relatório de Indicadores-Chave do Inquérito Demográfico e de Saúde (DHS) de 2025–26, publicado pelo INETL em abril de 2026, revela progressos em indicadores-chave de saúde. O número de nascimentos por mulher diminuiu de 5,7 em 2009–10 para 3,4 em 2025–26. A utilização de contraceptivos entre as mulheres casadas aumentou de 22 para 39%, sendo que os métodos modernos representam 34%. A taxa de mortalidade na infância (com menos de cinco anos) diminuíram de 64 para 41 por cada 1.000 nados-vivos, e a taxa de mortalidade infantil de 45 para 32.
- 1.127. A assistência qualificada ao parto mais do que duplicou, passando de 33% em 2009–10 para 78% em 2025–26, e 88% das mulheres recebem agora cuidados pré-natais prestados por profissionais qualificados, o que reflete o investimento sustentado nos recursos humanos da saúde e na rede de unidades de saúde. As prioridades para o futuro incluem a redução adicional do atraso no crescimento infantil e a expansão do acesso ao planeamento familiar, principalmente através do programa “Bolsa da Mãe Kondisionál ba Saúde Nutrisaun Inan no Oan” (BdMK-SANUTRIO) e de serviços de saúde primários mais robustos.

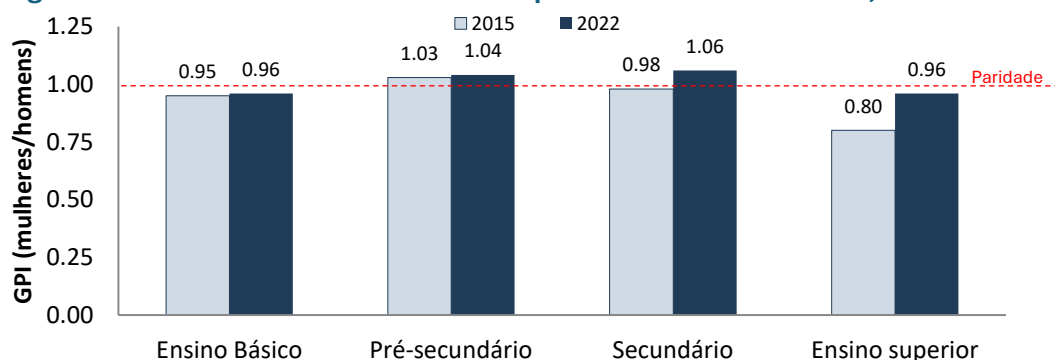
Figura 19. Indicadores de saúde selecionados, Timor-Leste, 2009-2010 a 2025-2026



Fonte: Relatório de Indicadores-Chave do Inquérito Demográfico e de Saúde de Timor-Leste 2025-26, INETL (abril de 2026).

1.128. **Educação.** O relatório de género do Censo de 2022 revela progressos constantes. Entre 2015 e 2022, a alfabetização dos adultos (com 25 anos ou mais) aumentou de 72,6 para 77,1% nos homens e de 62,1 para 71,7% nas mulheres, reduzindo a diferença em cerca de cinco pontos percentuais. Entre os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, a taxa de alfabetização situa-se em cerca de 86%, com as jovens a apresentarem um desempenho ligeiramente superior. A frequência no ensino secundário aumentou de 32,8 para 40,1%, com as raparigas a apresentarem um desempenho ligeiramente superior ao dos rapazes (Figura 20).

Figura 20. Índice de Paridade de Género por nível de escolaridade, 2015 e 2022



Fonte: Relatório Temático sobre Género do Censo da População e da Habitação de 2022 (INETL, dezembro de 2024). Com base na Taxa Bruta de Frequência.

1.129. **Escolas e professores.** A frequência escolar no ensino básico é quase universal, a matrícula na educação pré-escolar aumentou de 24% em 2019 para 33% em 2024 e há menos alunos do ensino básico a abandonar a escola ou a repetir ano. Para melhorar a

qualidade do ensino, foram recrutados 3.732 professores através de concursos públicos desde 2024.

1.130. Jovens que não frequentam a escola, não trabalham nem seguem uma formação.

Apesar destes avanços, cerca de 3 em cada 10 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos não frequentavam a escola, não trabalhavam nem seguiam uma formação em 2022, um aumento em relação aos 2 em cada 10 registados em 2015, chegando a quase metade entre os jovens de 24 anos. As prioridades são a matrícula universal no ensino secundário, o reforço da educação infantil e do ensino básico e a redução das disparidades de alfabetização entre as mulheres mais velhas e as comunidades rurais. O Orçamento de 2027 apoia estas iniciativas através da formação em inglês, competências profissionais e digitais, centros de aprendizagem comunitários e programas de recuperação que conduzem ao ensino superior, à formação e ao emprego.

1.131. Integridade Pública. O Governo está a avançar com medidas para reforçar a integridade pública. No Índice de Perceção da Corrupção de 2025, Timor-Leste obteve uma pontuação de 44 em 100, inalterada em relação a 2024, ocupando o 73.º lugar entre 182 países. A *Transparency International* identifica que Timor-Leste tem vindo a apresentar uma tendência ascendente consistente e estatisticamente significativa desde 2012, associada a reformas estruturais que reforçaram as instituições de supervisão.

1.132. Gestão das Finanças Públicas. A nova Lei de Enquadramento Orçamental e da Gestão das Finanças Públicas melhorou a transparência e a prestação de contas públicas em 2026, proporcionando ao parlamento e ao público mais informação económica e financeira. A Conta Geral do Estado de 2025, publicada em junho de 2026, inclui informação de apoio mais detalhada do que nos anos anteriores. O Governo publica também relatórios de execução e desempenho mais detalhados, incluindo relatórios trimestrais e a Declaração de Estratégia Orçamental, no sítio do Ministério das Finanças.

1.133. Enquadramento empresarial. Os progressos nas prioridades nacionais dependem também de um enquadramento empresarial que favoreça o crescimento do setor privado. O inquérito “B-Ready” do Banco Mundial avalia, numa escala de 100, a facilidade de criar e gerir uma empresa. Timor-Leste obteve a pontuação mais elevada na criação de empresas (63,05) e nas regras laborais (55,19). Regras de entrada simples dão ao país a oportunidade de atrair novos investimentos enquanto novo membro da ASEAN. No entanto, em termos globais, as suas pontuações colocam-no no quinto mais fraco das economias analisadas, sobretudo no que diz respeito aos serviços públicos (24,20).

1.134. Áreas que necessitam de melhorias. As pontuações mais baixas de Timor-Leste registam-se na concorrência de mercado (15,28), nos impostos (27,42) e nas finanças (29,65). A baixa pontuação em matéria de concorrência reflete o papel preponderante das empresas estatais e do governo na economia. Normas contabilísticas e sistemas judiciais fracos, especialmente no que diz respeito aos direitos fundiários, também dificultam o acesso ao financiamento e a resolução de litígios. As reformas atualmente em curso nas áreas da insolvência, dos empréstimos garantidos por bens móveis, da legislação bancária e dos títulos de propriedade fundiária deverão contribuir para melhorar a situação. As pontuações de 2024 e 2025 não podem ser comparadas diretamente, uma vez que o inquérito passou de 50 para 101 economias.

Tabela 16. Resumo do B-READY 2025 de Timor-Leste

Área	Pontuação de 2025 (em 100)	O que significa
Regras e regulamentos	42,78	Entre o quinto mais fraco das economias; as leis têm de ser mais claras e coerentes
Serviços públicos	24,20	O valor mais baixo da ASEAN, quase 19 pontos atrás do Camboja
Eficiência no dia-a-dia	41,58	As empresas enfrentam demasiados obstáculos em termos de tempo, custos e incerteza
Criação de empresas	63,05	Um ponto forte a aproveitar
Regulamentação laboral	55,19	Um ponto forte a preservar
Temas mais fracos	15,28 a 29,65	A concorrência no mercado (15,28), os impostos (27,42) e as finanças (29,65) são as áreas que mais necessitam de melhorias

Fonte: Banco Mundial, Business Ready 2025 (Washington, DC: Grupo do Banco Mundial).

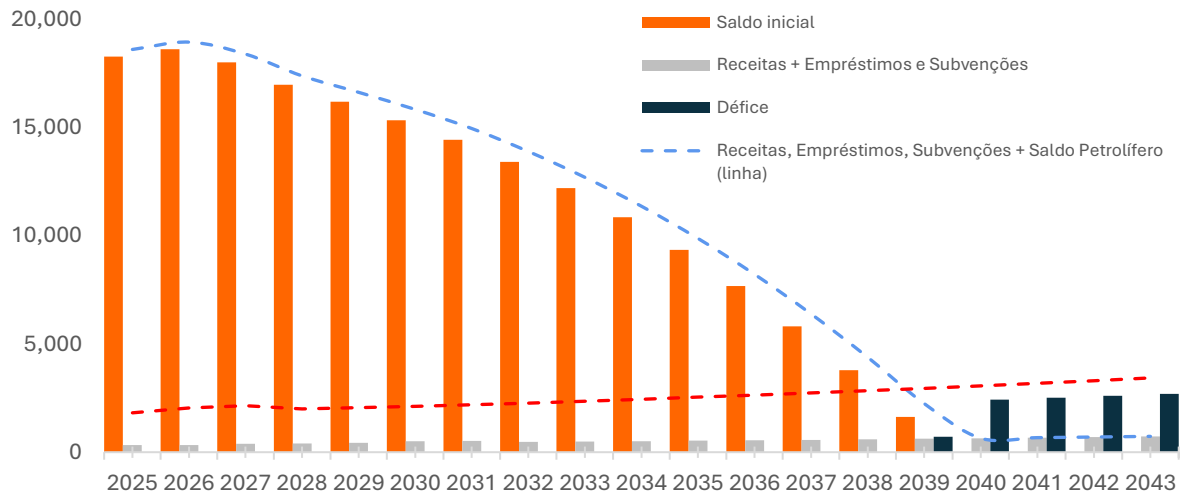
Análise da sustentabilidade orçamental

- 1.135. **O défice orçamental.** Timor-Leste continua a gastar muito mais do que as suas receitas fiscais e não fiscais, o que reflete grandes necessidades de desenvolvimento e uma base de receitas reduzida. Ao abrigo do limite máximo de despesas para 2027, o total das despesas permanecerá bem acima das receitas domésticas mais o RSE, o montante que pode ser retirado com segurança do Fundo Petrolífero todos os anos. A diferença terá de ser novamente coberta por levantamentos acima desse montante seguro.
- 1.136. **Dimensão do défice.** O défice global está projetado em 61,2% do PIB não petrolífero em 2027. Em termos simples, depois de ter em conta as receitas domésticas e o RSE, o défice de financiamento remanescente equivale a cerca de 61,2 cêntimos por cada dólar produzido pela economia não petrolífera. Este será financiado por apoio orçamental direto, empréstimos, saldos de caixa e levantamentos acima do RSE, e reflete as despesas com infraestruturas, proteção social e serviços públicos essenciais.
- 1.137. **Dependência do Fundo Petrolífero.** Em média, o Fundo Petrolífero financiou cerca de 80% das despesas do Governo através do RSE e de levantamentos em excesso entre 2013 e 2026, tornando-se a principal fonte de financiamento e um importante amortecedor para a estabilidade económica. No entanto, a continuação de levantamentos acima do RSE não pode ser mantida indefinidamente. Isto torna cada vez mais importante o reforço das receitas domésticas, a melhoria da eficiência das despesas e o apoio ao crescimento do setor privado.
- 1.138. **Perspetivas do Fundo Petrolífero.** As projeções atualizadas de sustentabilidade orçamental indicam que, com base nos pressupostos políticos atuais, o Fundo Petrolífero poderá esgotar-se até 2039. A projeção incorpora informação atualizada sobre as receitas domésticas, os padrões de levantamento e a execução orçamental, e pressupõe que o

crescimento da despesa após 2031 acompanha, em linhas gerais, a inflação e o crescimento populacional. Embora a data prevista para o esgotamento tenha sido adiada em um ano em relação às estimativas anteriores, as perspectivas continuam a ser altamente sensíveis às futuras decisões de política orçamental, aos retornos dos investimentos, às condições do mercado global e ao ritmo da diversificação económica.

1.139. **O que isto significa para o orçamento.** A gestão prudente do Fundo Petrolífero exigirá um percurso de reforma gradual e equilibrado: aumentar as receitas domésticas, melhorar a relação custo-benefício da despesa pública e atribuir ao setor privado um papel mais importante na promoção do crescimento. As reformas em curso do Governo em matéria de gestão das finanças públicas (ver Parte II) desempenharão um papel importante no reforço da resiliência orçamental a longo prazo e no apoio ao desenvolvimento sustentável.

Figura 21. Duração do Fundo Petrolífero na trajetória atual, em US\$ milhões



Fonte: Direção Nacional de Política Económica (DNPE), DGPO, Ministério das Finanças, Setembro 2026

1.140. Se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de serem descobertas e extraídas novas receitas petrolíferas, poderá haver consequências significativas para as despesas públicas e para a economia em geral. Uma vez esgotado o Fundo, o Governo poderá não dispor de receitas suficientes para cumprir compromissos de despesas essenciais, incluindo o pagamento de salários do setor público, a prestação de prestações de segurança social aos idosos, a continuação dos pagamentos aos veteranos e o reembolso de empréstimos. O Tabela 17 mostra como se prevê que o saldo final do Fundo diminua anualmente, passando de 17.105 milhões de dólares americanos em 2027 para 13.574 milhões de dólares americanos em 2031.

Tabela 17. Previsão do saldo final do Fundo do Petróleo, em US\$ milhões

	2027	2028	2029	2030	2031
Saldo final	16.977,5	16.183,0	15.327,1	14.427,6	13.415,2

Fonte: Direção Nacional de Política Económica (DNPE), DGPO, Ministério das Finanças, Setembro 2026

- 1.141. Até à data, o desempenho do Fundo Petrolífero tem superado as expectativas. A taxa de rendimento anualizada do Fundo, desde a sua criação até agosto de 2026, está estimado em 4,73%. Este desempenho reflete a gestão prudente do Fundo. O saldo do Fundo também se manteve relativamente estável, apoiado por despesas inferiores às orçamentadas e receitas petrolíferas superiores às previstas nos anos anteriores.
- 1.142. O campo de Bayu-Undan cessou a produção em junho de 2025. Embora continuem a ser recebidas algumas receitas petrolíferas provenientes dos PSC existentes e dos impostos relacionados, estes fluxos são relativamente reduzidos, não estando previstas receitas petrolíferas significativas para além de 2025. Ao mesmo tempo, espera-se que as reformas em curso na gestão das finanças públicas melhorem a execução orçamental, aproximando as despesas reais dos orçamentos aprovados. Neste contexto, é cada vez mais importante adotar medidas fiscais prudentes nos próximos anos para salvaguardar a sustentabilidade a longo prazo do Fundo do Petróleo e, conseqüentemente, a estabilidade fiscal e económica do país.
- 1.143. O Governo implementou medidas para racionalizar as despesas correntes, incluindo a introdução da reforma obrigatória aos 65 anos para os funcionários públicos, a redução das despesas com os trabalhadores de empresas contratadas, o congelamento das contratações em setores não prioritários e a revisão da folha de pagamentos e da força de trabalho do setor público. Outras medidas centrar-se-ão na racionalização das transferências, na redução da dependência das importações de combustíveis e na melhoria da gestão dos pagamentos de prestações sociais.
- 1.144. O Governo tenciona ainda reforçar a mobilização de receitas domésticas através de reformas do sistema fiscal nacional e da administração fiscal, incluindo a introdução do IVA. Espera-se que estas reformas aumentem as receitas domésticas e reduzam a dependência do Fundo Petrolífero.
- 1.145. Estas medidas são importantes porque menores necessidades de despesas e receitas domésticas mais sólidas podem reduzir as necessidades de financiamento do Governo e permitir que uma maior parte do Fundo Petrolífero seja investida em ativos de crescimento com rendimentos esperados mais elevados. Por outro lado, despesas mais elevadas e receitas domésticas mais fracas aumentam os levantamentos e, por sua vez, exigem que uma maior proporção do Fundo seja mantida em ativos mais líquidos com rendimentos esperados mais baixos.
- 1.146. Além disso, para além das reformas das receitas domésticas, as reformas na gestão do investimento público podem permitir ao Governo aumentar o financiamento de projetos de investimento através de empréstimos concessionais. Dado o rácio dívida/PIB relativamente baixo de Timor-Leste, esta pode ser uma ferramenta fundamental para reduzir a dependência do Fundo Petrolífero.

Declaração sobre Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes

- 1.147. **A presente Declaração apresenta os principais riscos orçamentais que o Orçamento do Estado para 2027 enfrenta e os passivos contingentes a que o Estado pode estar**

exposto. Os riscos orçamentais são fatores que podem fazer com que os resultados orçamentais se desviem das previsões do Governo, enquanto os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja existência, montante ou calendário dependem de eventos futuros que escapam ao controlo total do Estado. Os passivos contingentes explícitos decorrem da lei ou de contratos, enquanto os passivos contingentes implícitos decorrem das expectativas do público ou das consequências de se permitir a falência de uma entidade ou de um setor.

- 1.148. No caso de Timor-Leste, a produção petrolífera terminou em junho de 2025, a base de receitas domésticas é estreita e a dolarização não permite uma taxa de câmbio ou uma política monetária independente para absorver choques. Um pequeno número de variáveis externas determina, portanto, grande parte da variação nos resultados orçamentais. O Fundo Petrolífero financia atualmente tanto o défice orçamental como o défice da balança corrente. Estas vulnerabilidades podem conduzir a novas retiradas excessivas do Fundo Petrolífero, esgotando os seus recursos e comprometendo a sustentabilidade orçamental e a estabilidade macroeconómica. Instituições mais fortes podem ajudar a gerir estes riscos subjacentes e a reduzir a exposição ao desencadeamento de passivos contingentes.
- 1.149. Para além deste requisito legal, Timor-Leste comprometeu-se também a “Desenvolver uma Declaração de Riscos Orçamentais e uma Estratégia de Gestão de Riscos” no âmbito da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas 2022-2027.
- 1.150. As melhores práticas internacionais em matéria de gestão de riscos orçamentais e passivos contingentes implicam uma compreensão mais completa dos riscos potenciais, medidas para quantificar os riscos e medidas para os mitigar ou constituir provisões para os mesmos.
- 1.151. Por conseguinte, a fim de gerir melhor os riscos fiscais e os passivos contingentes, o Ministério das Finanças pretende tomar as seguintes medidas:
1. *Divulgação: descrever os riscos explícitos e potenciais e o compromisso de os gerir.*
 2. *Recolha: de dados junto das entidades locais e das empresas públicas sobre o seu conjunto de riscos.*
 3. *Análise: da concentração e correlação dos riscos.*
 4. *Gestão, mitigação e monitorização: gerir o conjunto de riscos existente e impedir que aumente; constituir provisões para contingências; e monitorizar as alterações nos riscos e a materialização dos passivos.*
- 1.152. As declarações de riscos orçamentais publicadas no relatório orçamental descrevem uma parte essencial da estratégia global de gestão de riscos. A este respeito, a seguinte declaração de riscos orçamentais apresenta uma descrição dos riscos macroeconómicos e específicos, juntamente com uma avaliação dos impactos potenciais e das medidas de mitigação.

Riscos macroeconómicos

- 1.153. Os riscos macroeconómicos constituem uma categoria de riscos orçamentais que surgem devido a variações nos pressupostos e previsões macroeconómicos utilizados nas previsões

do Governo. É provável que surjam riscos orçamentais se o PIB for inferior ao previsto ou se a inflação for significativamente superior às previsões apresentadas na secção anterior.

- 1.154. Conforme explicado anteriormente, a inflação em Timor-Leste é em grande parte impulsionada por fatores globais, devido à elevada proporção de importações no consumo interno. Os bens cujos preços são fixados diretamente pelos mercados mundiais representam cerca de 64% das despesas das famílias.
- 1.155. Os principais riscos para as previsões de inflação neste documento são, por conseguinte, uma depreciação imprevista do dólar norte-americano, uma vez que tal aumentaria o custo das importações e, consequentemente, os preços, bem como aumentos nos preços do petróleo e nos preços das importações de alimentos. Uma inflação mais elevada resultante destes fatores poderá conduzir a uma despesa pública superior à atualmente projetada. Preços mais elevados do petróleo conduzirão a um aumento do subsídio concedido à empresa estatal de eletricidade, a EDTL.
- 1.156. Desde março de 2026, os preços mais elevados do petróleo também se repercutem no orçamento através do mecanismo de teto de preços estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 13/2026, de 25 de março, ao abrigo do qual o Estado compensa os fornecedores de combustíveis pela diferença entre o custo de importação e o preço de retalho regulado. Juntamente com a descida dos preços do arroz, isto manteve a inflação dos preços no consumidor em 0,5% em julho de 2026, apesar do choque petrolífero: o custo foi absorvido pelo orçamento, em vez de ser repercutido nas famílias.
- 1.157. Uma potencial estratégia de mitigação dos riscos relacionados com a inflação consiste em aumentar o investimento na agricultura nacional e nas energias renováveis. Nos últimos anos, a EDTL tem estado entre os maiores beneficiários das despesas de transferência, uma vez que o Governo tem subsidiado os custos da eletricidade para proteger as famílias dos preços mais elevados das importações de combustíveis. A expansão da produção de energia renovável poderia reduzir a exposição aos preços globais do petróleo e aos custos de transporte, ao mesmo tempo que diminuiria os riscos orçamentais associados aos subsídios à eletricidade. A primeira central solar de grande escala do país, em Manatuto, concluiu o fecho financeiro em julho de 2026 e irá reduzir o gásóleo necessário para a produção de energia assim que estiver operacional.
- 1.158. O aumento da produção agrícola interna, em particular da produção de arroz, reduziria igualmente a dependência das importações para satisfazer a procura interna e, consequentemente, protegeria o país das flutuações nos mercados agrícolas globais.
- 1.159. Os conflitos geopolíticos podem representar um risco macroeconómico específico. A escalada de tensões no Médio Oriente em 2026 perturbou o tráfego marítimo através do Estreito de Ormuz, contribuindo para o aumento dos preços globais do petróleo, dos custos dos combustíveis e dos alimentos, bem como da inflação. O Governo teve também de adquirir reservas de emergência de combustível a preços elevados e introduzir medidas de segurança alimentar e energética não previstas no orçamento, no âmbito do Orçamento de Retificação, desviando-se da trajetória macroeconómica inicial.
- 1.160. Embora os preços globais dos combustíveis tenham diminuído desde junho e se preveja que regressem aos níveis anteriores ao conflito, persiste o risco de novos choques energéticos provocados por conflitos. Tais desenvolvimentos poderão exigir novamente despesas não

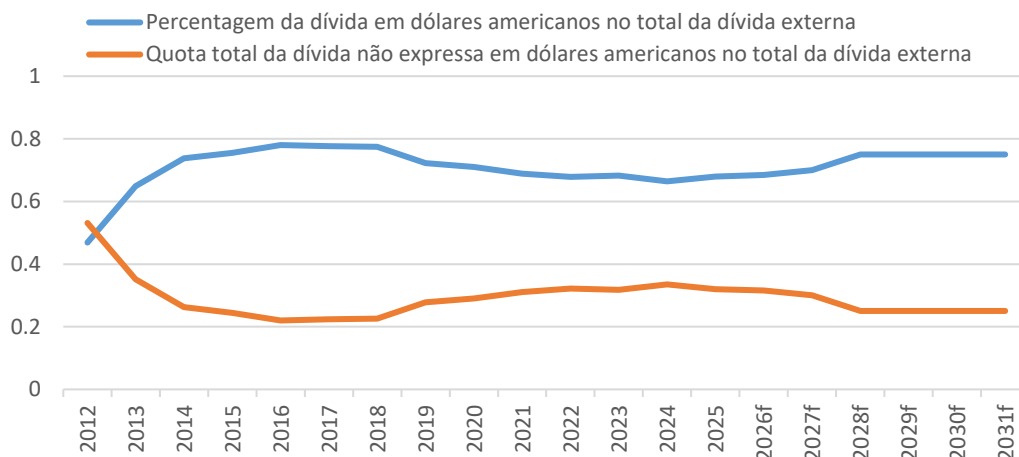
previstas no orçamento a curto prazo. Isto reforça a importância dos investimentos planeados na agricultura e nas energias renováveis como medidas-chave de mitigação contra a volatilidade externa.

- 1.161. Em condições normais, uma queda do PIB estará provavelmente associada a uma queda das receitas domésticas. O PIB é, em última análise, uma medida da atividade económica e, na ausência de alterações na política fiscal, na administração ou na dimensão da base tributária, uma queda na atividade económica significará rendimentos mais baixos e, consequentemente, uma menor cobrança de impostos.
- 1.162. Conforme explicado anteriormente, os dois principais riscos para as previsões do PIB são as importações e a execução orçamental do Estado. Dada a elevada dependência da despesa pública para impulsionar o crescimento económico, se a execução ficar aquém das expectativas, o crescimento do PIB também será afetado. Da mesma forma, uma grande parte do Orçamento de 2027 foi destinada a transferências para as famílias. Se uma percentagem mais elevada destas transferências for gasta em importações do que o sugerido pelas tendências históricas, o crescimento do PIB será inferior ao previsto.
- 1.163. No entanto, os riscos orçamentais são parcialmente atenuados por uma maior cobrança de direitos aduaneiros, caso as importações aumentem. Tal proporcionaria receitas domésticas adicionais, embora o efeito possa ser insuficiente para compensar o aumento da despesa pública. Se a execução orçamental for inferior ao atualmente previsto, contudo, a redução da despesa diminuiria o défice orçamental e poderia ajudar a prolongar a vida útil do Fundo Petrolífero.
- 1.164. As previsões de receitas estão sujeitas a incertezas, uma vez que as cobranças efetivas podem diferir dos pressupostos orçamentais. Os principais riscos dizem respeito ao desempenho das receitas fiscais e do IVA (a médio prazo), incluindo alterações na atividade económica, no cumprimento das obrigações fiscais, na administração e no calendário dos pagamentos.
- 1.165. A posição externa enfraqueceu desde que a produção petrolífera terminou. O défice da balança corrente alargou-se para 739,0 milhões de dólares em 2025, enquanto os fluxos de remessas diminuíram de 211,8 milhões de dólares em 2024 para 181,9 milhões de dólares em 2025, antes de recuperarem para 104,5 milhões de dólares no primeiro semestre de 2026, um aumento face aos 80,4 milhões de dólares registados no mesmo período do ano anterior. Sem exportações de petróleo, os dólares que pagam as importações provêm agora principalmente de levantamentos do Fundo Petrolífero. Numa economia dolarizada, não há ajustamento da taxa de câmbio para absorver um choque, pelo que uma fatura de importações mais elevada tem de ser coberta pelo Fundo.
- 1.166. Os riscos macroeconómicos são também relevantes para a atual carteira de empréstimos, particularmente nos casos em que as variações nas taxas de câmbio podem afetar os custos futuros do serviço da dívida. A Figura 22 apresenta a composição por moeda da carteira de dívida externa do Governo, separando a dívida denominada em dólares americanos da dívida noutras moedas. Esta composição constitui um risco orçamental fundamental, uma vez que os passivos detidos fora do dólar americano podem tornar-se mais onerosos quando as taxas de câmbio evoluem de forma desfavorável. Em consonância com a política de

empréstimos do Governo e com a economia dolarizada de Timor-Leste, a dívida em dólares americanos continua a representar a maior parte da carteira.

- 1.167. Embora esta percentagem tenha diminuído gradualmente após 2018, os dados atualizados revelam uma inversão de tendência a partir de 2024, com a dívida em dólares americanos a aumentar para quase 70%. Esta tendência reduz a exposição cambial e melhora a previsibilidade no planeamento do serviço da dívida. Do ponto de vista da gestão do risco orçamental, a manutenção de uma elevada percentagem de dívida em dólares americanos deve continuar a ser uma prioridade, enquanto a composição cambial dos novos empréstimos deve continuar a ser acompanhada de perto.

Figura 22. Dívida em dólares americanos vs. dívida em outras moedas, em %

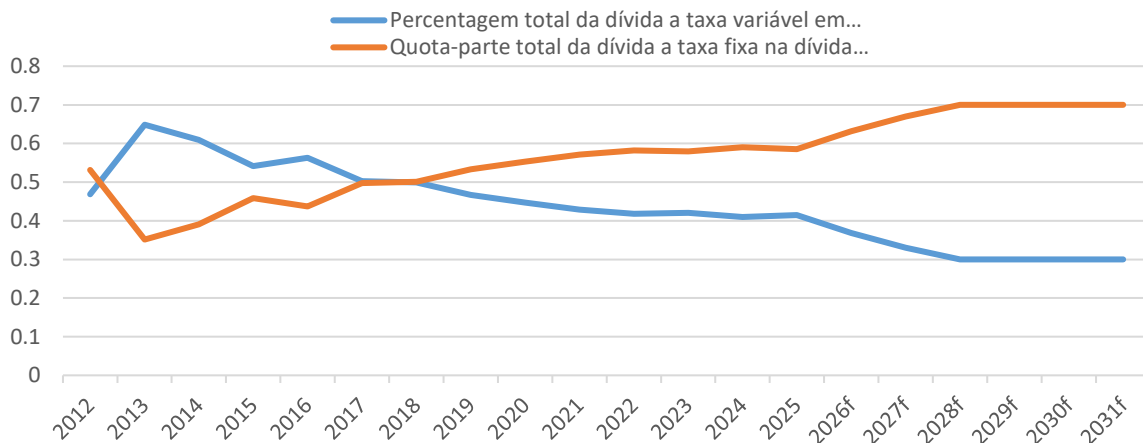


Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, junho de

2026

- 1.168. A Figura 23 ilustra a estrutura de taxas de juro da carteira de dívida e mostra a exposição do Governo ao risco de taxa de juro. Desde 2013, a percentagem da dívida a taxa fixa tem vindo a aumentar, tendo-se tornado a maior parte da carteira em 2017 e 2018. Esta mudança reduz o risco orçamental, uma vez que os empréstimos a taxa fixa proporcionam maior certeza quanto às futuras obrigações de serviço da dívida e protegem o orçamento de aumentos repentinos das taxas de juro globais.
- 1.169. No entanto, à medida que Timor-Leste perde gradualmente o acesso a financiamento altamente concessionário, na qualidade de país “blend”, os custos de endividamento poderão aumentar ao longo do tempo. Esta tendência reforça, por conseguinte, a importância de manter um equilíbrio prudente entre custo e risco, dando prioridade ao financiamento concessionário e de taxa fixa sempre que possível, ao mesmo tempo que se gere cuidadosamente a exposição à dívida de taxa variável.

Figura 23. Dívida a taxa fixa vs. dívida a taxa variável, em %



Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, junho de 2026.

- 1.170. A médio prazo, o Fundo Petrolífero constitui o principal amortecedor contra os riscos macroeconómicos. No entanto, o Fundo está atualmente a ser utilizado todos os anos e prevê-se que se esgote até 2039, com base nas políticas atuais, tal como exposto na secção sobre Sustentabilidade Orçamental. Qualquer choque financiado pelo Fundo antecipa essa data.
- 1.171. No entanto, a retirada de 1.890,9 milhões de dólares americanos em 2027 é 1.350,4 milhões de dólares americanos superior ao RSE de 540,5 milhões de dólares americanos, o que significa que o Orçamento é financiado substancialmente através da redução do valor real do Fundo.

Passivos contingentes explícitos reconhecidos por lei ou contrato

- 1.172. Os litígios judiciais constituem uma importante fonte de passivos contingentes e o custo para o Estado depende do desfecho dos litígios ainda pendentes.
- 1.173. Apresentam-se abaixo os processos judiciais em curso de maior relevância financeira contra a República Democrática de Timor-Leste e o seu custo potencial máximo, caso o processo venha a ser decidido a favor do requerente.
- 1.174. Processo da Timor Corp: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de 2.371.815,36 dólares americanos.
- 1.175. Processo Ensul Engenharia: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli com uma responsabilidade máxima de cerca de 1.444.617,83 dólares americanos.
- 1.176. Processo Ong Sun-Jong Eugene: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli, com uma responsabilidade máxima de aproximadamente 1.783.821 dólares americanos.
- 1.177. Processo de reclamação de bens: Processo judicial no Tribunal Distrital de Díli, com uma responsabilidade máxima de aproximadamente 2.146.250,00 dólares americanos.
- 1.178. Deve ainda notar-se que podem surgir processos judiciais ou de arbitragem, atualmente desconhecidos, que impliquem custos adicionais no próximo exercício financeiro.

- 1.179. Uma série de processos que, apesar de terem um valor reduzido, podem gerar responsabilidades para o Estado no montante aproximado de 500.000,00 dólares americanos.
- 1.180. O sistema de garantia de crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) é uma iniciativa destinada a apoiar empresas em fase de arranque, através da qual uma garantia do Estado cobre até 70 % do valor do empréstimo concedido às MPME, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento do setor privado no país, com uma garantia total de 4 milhões de dólares americanos. O Banco Central de Timor-Leste colabora com os bancos para partilhar e gerir os riscos. O montante máximo de cada empréstimo individual é de 150.000 dólares americanos. No entanto, esta iniciativa já está 100 % orçamentada, pelo que não representa qualquer risco adicional caso os empréstimos entrem em incumprimento.
- 1.181. A Facilidade Garantia Crédito Suave (FGCS), gerida pelo atual Governo sob a designação de “Kréditu Saudável”, é um programa de garantia de empréstimos apoiado pelo Governo, concebido para proporcionar acesso a financiamento a juros baixos a empresas e particulares. Os empréstimos são concedidos por instituições financeiras participantes que têm acordos com o Governo (atualmente apenas o BNCTL), sendo as obrigações de reembolso garantidas pelo Governo. Ao programa foi inicialmente atribuído um orçamento de 1,38 milhões de dólares americanos, tendo sido posteriormente reforçado com um montante adicional de 50 milhões de dólares americanos através da Lei n.º 6/2022, “Primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022”.
- 1.182. No entanto, no âmbito das medidas de financiamento do Orçamento Rectificativo de 2026, o Governo decidiu realocar 45 milhões de dólares americanos de saldos não utilizados do regime, deixando uma dotação de capital remanescente de 5 milhões de dólares americanos¹⁵. O regime está totalmente orçamentado, o que significa que as potenciais perdas decorrentes de incumprimentos de empréstimos já estão cobertas pela dotação aprovada e não criam riscos orçamentais adicionais para além da provisão orçamental existente.

Parcerias Público-Privadas (PPP)

- 1.183. Os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP) podem envolver garantias ou indemnizações relativas a variáveis de risco específicas, tais como a procura de tráfego ou alterações políticas ou regulamentares. Estas disposições contratuais repartem os riscos entre os parceiros públicos e privados, mas também criam passivos contingentes explícitos para o Governo, uma vez que a indemnização se torna exigível caso os riscos especificados se concretizem.
- 1.184. Até à data, existe apenas uma PPP em funcionamento, o Porto da Baía de Tibar, cuja construção foi concluída em setembro de 2022. Os passivos contingentes explícitos associados ao Porto de Tibar decorrem principalmente de obrigações de indemnização relacionadas com flutuações cambiais; ocorrência de força maior ou casos fortuitos, ou seja, eventos pelos quais nenhuma das partes pode ser responsabilizada; circunstâncias políticas imprevistas; e acordos relacionados com diferentes eventos de rescisão.

¹⁵ Excluindo juros potenciais do banco

- 1.185. O Governo está também a finalizar uma garantia estatal, no montante máximo de 80 milhões de dólares americanos, para a Central Solar TIM. Este projeto emblemático contribuirá para o fornecimento de eletricidade fiável, acessível e limpa a famílias e empresas em todo o Timor-Leste.
- 1.186. Ao combinar a produção de energia solar em grande escala com um moderno sistema de armazenamento de energia em baterias, o projeto contribuirá para a estabilização da rede elétrica nacional, para a redução da dependência das importações de gásóleo e para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, em consonância com os compromissos climáticos assumidos pelo país.
- 1.187. O projeto foi concebido para ser integrado no sistema elétrico nacional operado pela EDTL, E.P., contribuindo também para melhorar a qualidade e a fiabilidade do serviço, nomeadamente nos períodos de maior procura.
- 1.188. A Garantia do Estado, limitada a um montante máximo de 80 milhões de dólares americanos, constitui um mecanismo de salvaguarda de natureza contingente e não representa, à partida, uma despesa efetiva para o Estado.
- 1.189. A garantia só pode ser ativada se a EDTL, E.P. não cumprir determinadas obrigações contratuais de pagamento, o que está sujeito a salvaguardas destinadas a limitar e controlar a exposição financeira do Estado, incluindo obrigações de prestação de contas, mecanismos de reembolso e uma duração limitada.
- 1.190. Desta forma, a garantia apoia a viabilidade financeira do projeto e o fornecimento de energia mais fiável e mais limpa, assegurando simultaneamente uma gestão prudente do risco e da exposição fiscal do Estado.
- 1.191. O Decreto-Lei n.º 42/2012, de 7 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/2014, de 15 de janeiro, estabelece que «o risco de insustentabilidade financeira da parceria, por motivos não imputáveis ao incumprimento ou à modificação unilateral do contrato por parte do parceiro público, ou a uma situação de força maior, será, na medida do possível, transferido para o parceiro privado».

Passivos Contingentes Implícitos

- 1.192. Para além dos passivos contingentes explícitos acima referidos, o Governo deve também ter em conta os passivos contingentes implícitos. Trata-se de passivos contingentes em que não existe uma obrigação legal de intervenção por parte do Governo. Apesar disso, a intervenção governamental pode ser necessária para proteger o bem-estar económico dos seus cidadãos. Em Timor-Leste, é provável que tais passivos contingentes surjam em resultado de crises ambientais, sociais ou económicas. Qualquer crise deste tipo que conduza à perda de meios de subsistência devido a danos, deslocação ou desemprego, ou outras dificuldades económicas semelhantes, pode acarretar custos inesperados.
- 1.193. Estes custos surgiriam se o Governo interviesse através de programas de assistência social e de pacotes de estímulo fiscal. A seguir, descrevemos alguns destes passivos contingentes e explicamos como o Governo pode mitigá-los.

- 1.194. As empresas estatais podem criar riscos orçamentais através de prejuízos operacionais, endividamento, garantias e pedidos de transferências ou capital adicionais. As suas responsabilidades e acordos de financiamento, incluindo empréstimos que envolvam o Fundo Petrolífero, devem, por conseguinte, ser monitorizados a par das suas dotações orçamentais. A ausência de uma garantia estatal explícita não elimina a possibilidade de apoio orçamental futuro.
- 1.195. As catástrofes naturais constituem outro risco importante enfrentado por Timor-Leste. O país está situado próximo do chamado “Anel de Fogo do Pacífico”, uma zona que apresenta uma das atividades sísmicas e vulcânicas mais voláteis do mundo. Com o avanço das alterações climáticas, o país enfrenta também um risco acrescido de inundações e ciclones.
- 1.196. Na última década, a maior despesa relacionada com catástrofes ambientais ocorreu em 2021, ano em que o Governo teve de gastar 6,2 milhões de dólares americanos, principalmente em resultado do ciclone Seroja.
- 1.197. Os choques económicos externos constituem outra fonte de passivos contingentes implícitos. Tal como demonstrado pelo choque dos preços dos combustíveis de 2026 e pela crise da COVID-19, as crises energéticas, sanitárias e económicas também podem ser uma importante fonte de riscos orçamentais em Timor-Leste. Embora tais choques sejam pouco frequentes, enquanto pequena economia aberta e fortemente dependente das importações, Timor-Leste está altamente exposto a acontecimentos económicos noutros países.
- 1.198. O exemplo mais recente é o conflito de 2026 no Médio Oriente. Este demonstrou como uma crise global pode gerar custos que o Estado não tem a obrigação legal de suportar, mas em relação aos quais tem, ainda assim, de agir. O Governo reservou cerca de 221,3 milhões de dólares americanos para medidas de emergência.
- 1.199. Estas medidas incluíram 174,3 milhões de dólares americanos para a aquisição de combustível destinado a uma reserva nacional que cobre cerca de 7 meses das necessidades da ECTL, e 42,0 milhões de dólares americanos para subsídios aos combustíveis. Deste montante, 40,0 milhões de dólares americanos destinam-se a manter os preços nas bombas abaixo do limite estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 13/2026, e 2,0 milhões de dólares americanos destinam-se a ajudar a pagar o combustível para tratores e ambulâncias. Houve também uma dotação de 5 milhões de dólares americanos para reforçar as reservas nacionais de arroz. Foram ainda atribuídos 40,9 milhões de dólares americanos para reforçar o Fundo de Contingência. Nenhuma destas despesas constava do orçamento inicial, e um choque semelhante poderá voltar a exigir custos avultados e não previstos.
- 1.200. Antes disso, a crise sanitária da COVID-19 foi um dos maiores choques externos a atingir a economia timorense desde a independência. A crise teve o maior impacto nas despesas públicas em 2021, ano em que o Governo gastou cerca de 201 milhões de dólares americanos em medidas destinadas a proteger os cidadãos dos impactos sanitários e económicos da COVID-19.
- 1.201. As crises políticas têm sido também uma fonte de risco orçamental nos últimos anos. Os atrasos na aprovação do orçamento em 2017, 2018 e 2020 contribuíram para um crescimento económico negativo nesses anos. Uma menor atividade económica reduz os rendimentos e, a curto prazo, as receitas fiscais. A longo prazo, pode também abrandar a

diversificação económica, que é importante para reforçar a sustentabilidade orçamental a longo prazo.

- 1.202. Alguns passivos contingentes que representam riscos orçamentais significativos noutros países têm uma menor probabilidade de se concretizarem em Timor. Muitos países em desenvolvimento estão expostos a riscos decorrentes da volatilidade das taxas de câmbio. Uma vez que Timor-Leste utiliza o dólar americano, que se encontra entre as moedas mais estáveis do mundo, tais riscos são menos prováveis (embora não sejam completamente imprevisíveis).
- 1.203. No entanto, a capacidade de Timor-Leste para manter um abastecimento regular de dólares americanos depende principalmente do Fundo Petrolífero. À medida que o Fundo se esgota, isto poderá tornar-se um risco maior na próxima década, tal como discutido na secção «Sustentabilidade Orçamental» do presente relatório.
- 1.204. Tendo em conta o sistema bancário nacional emergente e o facto de vários dos bancos que operam em Timor serem empresas públicas nos seus respetivos países e estarem sujeitos a credores estrangeiros de último recurso, existe também um risco menor de ocorrer uma crise financeira interna em Timor-Leste, em comparação com outros países de rendimento baixo ou médio.
- 1.205. Da mesma forma, o rácio da dívida em relação ao PIB deverá permanecer relativamente baixo, estimado em 15,2% em 2026, o que significa que existe um baixo risco de uma crise da dívida a médio prazo. Um passivo contingente exclusivo de Timor-Leste é o risco para as receitas do Fundo Petrolífero decorrente da volatilidade nos mercados financeiros. Os fatores que poderiam afetar o desempenho do Fundo Petrolífero podem ser considerados passivos contingentes, uma vez que as perdas na carteira de investimentos do Fundo poderiam levar ao seu esgotamento mais cedo do que o previsto. Conforme descrito anteriormente, isto significaria uma maior exposição a riscos orçamentais.
- 1.206. No entanto, o horizonte de investimento do Fundo encurtou, dado que as receitas petrolíferas provenientes de Bayu-Undan terminaram em junho de 2025 e se prevê que as despesas e os levantamentos sigam a tendência atual. Não se prevê que os retornos dos investimentos colmatem essa lacuna. O Fundo detinha 18.293,3 milhões de dólares americanos a 31 de agosto de 2026.
- 1.207. Para fazer face ao esgotamento previsto do Fundo, foi criada em 2021 uma carteira de liquidez composta por investimentos de baixo risco, com o objetivo de financiar os levantamentos ao longo dos próximos três anos. Isto proporciona alguma proteção contra a necessidade de vender ações e obrigações na sequência de uma perda, mas é menos eficaz quando os levantamentos excedem significativamente as projeções. Além disso, um período prolongado de fraco desempenho dos investimentos encurtaria ainda mais a vida útil prevista do Fundo. Para além dos mercados financeiros, o Fundo está exposto ao futuro do projeto Greater Sunrise.
- 1.208. Em 2019, o Governo decidiu que o Fundo Petrolífero concedesse um empréstimo de 650 milhões de dólares americanos à Timor Gap E.P. e às suas subsidiárias para financiar a aquisição de participações no projeto de desenvolvimento Greater Sunrise. Estes empréstimos são avaliados de forma independente todos os anos para as demonstrações financeiras auditadas do Fundo. Os reembolsos dos empréstimos estão ligados às receitas

da Timor Gap E.P. provenientes do projeto petrolífero, o que significa que o Fundo está exposto ao sucesso do projeto de desenvolvimento.

- 1.209. O n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão das Finanças Públicas, exige que a dotação para imprevistos se situe entre 2 % e 5 % da despesa total do Orçamento do Estado. Esta disposição e e apoia a resposta a despesas urgentes e imprevistas; não garante que todos os riscos orçamentais sejam totalmente financiados. A sua utilização está sujeita às condições previstas no artigo 41.º dessa lei.
- 1.210. Para o Orçamento de 2027, estão atribuídos 62,57 milhões de dólares americanos à dotação para imprevistos na Dotação Geral do Estado. Este montante corresponde a aproximadamente 2,4% do valor consolidado de 2.568,5 milhões de dólares americanos para o total do Setor da Administração Pública apresentado nas Tabelas 1 e 2, dentro do intervalo legal de 2% a 5%.
- 1.211. Para além do financiamento de contingência, o Governo e as empresas públicas podem recorrer aos saldos de caixa em caso de perdas inesperadas. A 31 de dezembro de 2025, os saldos de caixa são os seguintes:

Tabela 18. Saldos de caixa das entidades do setor público em Timor-Leste, em US\$ milhões

Entidade	Saldo de caixa a 31 de dezembro de 2025
Administração Central	207,4
INSS	36,8
RAEOA	37,7
BNCTL	510,6
TIMOR GAP	78,7
EDTL	153,6
ANP	-
ANM	1,0
Bee-TL	32,3
Saldo de caixa nos bancos comerciais	12,5
Murak Rai Timor	4,4
RTTL	2,6
ANATL	5,8
Saldo de caixa em contas de garantia	23,5
Saldo a pagar pela aquisição de ações da Timor Telecom, a depositar em contas de garantia	19,06
Millenium Challenge Account (MCA)	0,2
Royalties do setor mineiro e rendas de superfície	5,8
Projetos de doadores	7,7

Entidade	Saldo de caixa a 31 de dezembro de 2025
Total	1.139,7

Fonte: Relatórios financeiros disponíveis até dezembro de 2025

- 1.212. Choques económicos de grande magnitude podem obrigar o Governo a intervir com níveis de apoio económico muito mais elevados. Se tal resposta exigir níveis de despesa que ultrapassem o fundo de contingência, o Governo pode recorrer a levantamentos do Fundo Petrolífero. No entanto, isto tem um custo, uma vez que levantamentos imprevistos e consistentes do Fundo Petrolífero significarão que o fundo se esgotará mais cedo. Isto também demonstra a importância de garantir que a política orçamental possa maximizar a longevidade do Fundo Petrolífero.
- 1.213. Além disso, se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de as receitas domésticas serem suficientemente elevadas para sustentar o financiamento de contingência, os passivos contingentes poderão representar riscos orçamentais mais elevados.
- 1.214. O Ministério das Finanças continuará a melhorar a informação fornecida na declaração de riscos orçamentais, à medida que a recolha de dados continua a melhorar.

2. PRIORIDADES E REFORMAS DO GOVERNO

- 2.1. O Orçamento Geral do Estado para 2027 é elaborado numa fase importante do desenvolvimento de Timor-Leste.** O investimento público tem vindo a expandir as infraestruturas, os serviços básicos, a proteção social e a capacidade institucional. Também se registaram progressos em áreas específicas da economia e do desenvolvimento do setor privado. No entanto, subsistem desafios estruturais, incluindo a diversificação económica limitada, a dependência da despesa pública e do financiamento do Fundo Petrolífero, a qualidade desigual dos serviços, as restrições ao emprego e a exposição a choques económicos e relacionados com o clima. O Orçamento de 2027 procura, por conseguinte, consolidar os ganhos anteriores, melhorando simultaneamente a transformação económica, a prestação de serviços e a sustentabilidade orçamental a longo prazo.
- 2.2. A Estratégia Orçamental para 2027, sob o tema “Reforçar a Resiliência através da Transformação: Diversificar a Economia para um Futuro Sustentável”, estabelece nove prioridades estratégicas interligadas.** As Estimativas Futuras constituem a base de referência para as políticas, serviços e compromissos existentes. Os Ajustes de Despesas de Referência atualizam e reforçam esta base de referência, enquanto as Prioridades Políticas do Governo (PPG) proporcionam financiamento para políticas novas ou alargadas de grande relevância. Este quadro cria uma ligação clara entre as prioridades do Governo, as decisões orçamentais e os resultados esperados.
- 2.3. As Estimativas Futuras para 2027 fornecem uma base de referência para as políticas existentes no valor de 1.990,39 milhões de dólares americanos.** O Governo aprovou 197,29 milhões de dólares americanos em Ajustes à Base de Referência das Despesas, elevando a base de referência ajustada das políticas existentes para 2.187,68 milhões de dólares americanos. As PPG disponibilizam mais 380,47 milhões de dólares americanos para políticas novas ou ampliadas de grande relevância. Em conjunto, estes componentes resultam num quadro total de políticas e despesas de 2.568,50 milhões de dólares americanos.
- 2.4. Este capítulo é apresentado em três partes.** A Parte I analisa os progressos alcançados no sentido de atingir os objetivos do Governo e explica de que forma as políticas existentes, as transferências para empresas públicas, os programas sociais e o investimento municipal e territorial apoiam as nove prioridades estratégicas do Governo. A Parte II resume os PPG para 2027 e o seu impacto nas despesas, receitas e financiamento. Informações detalhadas sobre cada PPG são fornecidas no Livro Orçamental II. A Parte III apresenta as principais reformas orçamentais, medidas de política fiscal e melhorias na gestão das finanças públicas que sustentam o Orçamento de 2027.

Parte I: Declaração sobre as dotações relativas às nove prioridades estratégicas do Governo

Progressos, políticas existentes e dotações estratégicas

- 2.5. Timor-Leste entra em 2027 na fase final do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.** O investimento público permitiu expandir as infraestruturas, os serviços básicos, o desenvolvimento humano e a capacidade institucional. O principal desafio consiste em garantir que estes investimentos conduzam a uma maior produtividade, mais empregos,

melhores serviços e melhores níveis de vida. Esta secção analisa as principais conquistas, resultados e desafios que ainda subsistem. As despesas e as atividades concluídas revelam progressos na implementação, embora sejam necessárias mais evidências para avaliar o seu impacto no desenvolvimento.

2.6. A análise abrange cinco áreas interligadas: transformação económica, crescimento e emprego; infraestruturas, conectividade e serviços básicos; capital humano e desenvolvimento social; setores produtivos, segurança alimentar e desenvolvimento rural; e governação e capacidade institucional. Estas áreas fornecem o contexto para as opções orçamentais apresentadas no âmbito das políticas existentes e das Prioridades Políticas do Governo para 2027. As metas a médio prazo são apresentadas como objetivos futuros e não como resultados alcançados. As diferenças nas definições dos indicadores e nos períodos de referência são mantidas sempre que necessário.

Transformação económica, crescimento e emprego

2.7. A diversificação económica registou progressos em áreas específicas, incluindo o turismo, o comércio, os setores produtivos e a mobilidade laboral. Em 2025, a reabilitação das plantações de café abrangeu 10.258 hectares, enquanto a produção se expandiu por mais 451 hectares. As exportações de café atingiram 5.392 toneladas. Prevê-se que a produtividade média do arroz atinja aproximadamente 3,7 toneladas por hectare em 2026. Estes resultados revelam potencial de crescimento, mas são necessários mais investimentos para melhorar a transformação, o acesso aos mercados e a criação de valor a nível nacional.¹⁶

2.8. Os programas de emprego e mobilidade laboral ampliaram o acesso à formação e ao rendimento. Em 2025, 2.023 pessoas receberam formação profissional e 5.703 trabalhadores timorenses participaram em programas de mobilidade laboral na Austrália, na República da Coreia, na Nova Zelândia e no Japão, em comparação com 4.773 trabalhadores em 2022. As remessas dos trabalhadores na Austrália e na República da Coreia mantiveram-se bem acima dos níveis de 2022 e continuaram a apoiar o rendimento das famílias. No entanto, o emprego no estrangeiro não pode substituir uma criação de emprego interna mais forte e uma base produtiva mais ampla.

Tabela 19. Trabalhadores timorenses mobilizados através de programas de mobilidade laboral internacional, 2022-2025

Destino	2022	2023	2024	2025
Austrália	3.613	4.630	4.643	4.840
República da Coreia	1.160	780	100	791
Nova Zelândia	–	–	–	30
Japão	–	7	15	42
Total	4.773	5.417	4.758	5.703

Fonte: Secretaria de Estado da Formação Profissional e do Emprego, junho de 2026.

¹⁶ Relatório de desempenho do 4.º de 2025 e do 2.º de 2026

2.9. O comércio e o desenvolvimento do setor privado também registaram progressos graças a melhorias no licenciamento, nos sistemas de qualidade e na regulamentação comercial. Em meados de 2026, estavam registados 21 exportadores e tinham sido exportadas aproximadamente 13.524 toneladas de mercadorias. O investimento privado declarado, de quase 26 milhões de dólares americanos, esteve associado à criação de 431 postos de trabalho. O turismo registou 48.927 chegadas internacionais em 2025, com receitas estimadas em 62,5 milhões de dólares americanos e uma despesa média por visitante de 1.279 dólares americanos. O principal desafio consiste em transformar estes ganhos em investimento privado sustentado, emprego formal, criação de valor a nível nacional e exportações.¹⁷

Infraestruturas, Conectividade e Serviços Básicos

2.10. As infraestruturas continuaram a expandir-se, ligando comunidades, apoiando os serviços públicos e possibilitando a atividade económica. Em junho de 2026, aproximadamente 2.475 quilómetros da rede rodoviária avaliada tinham sido concluídos ou reabilitados, enquanto outros 1.677 quilómetros se encontravam em fase de execução. Faltavam ainda cerca de 2.839 quilómetros por reabilitar. Das 259 pontes avaliadas, 111 estavam concluídas, 12 encontravam-se em fase de execução e 136 ainda por tratar. A próxima fase exige uma maior atenção à manutenção, à resiliência e à utilização eficaz das infraestruturas concluídas.

Tabela 20. Situação do desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias e de pontes em junho de 2026

Categoria	Rede total	Concluídas	Em fase de execução	Ainda não reabilitada
Estradas nacionais	1.460,78 km	813,82 km	286,06 km	360,90 km
Estradas municipais	1.081,22 km	170,39 km	419,74 km	491,10 km
Estradas urbanas	791,06 km	297,23 km	100,81 km	393,02 km
Estradas rurais	3.658,33 km	1.193,59 km	870,55 km	1.594,19 km
Pontes	259 unidades	111 unidades	12 unidades	136 unidades

Fonte: Ministério das Obras Públicas, junho de 2026.

2.11. O acesso à eletricidade foi alargado a todos os 163 sucos visados até ao final de 2025. Os trabalhos também prosseguiram em 143 das 186 aldeias visadas, e 1.091 agregados familiares remotos receberam sistemas solares. As receitas arrecadadas pela Electricidade de Timor-Leste (EDTL) aumentaram de aproximadamente 34,4 milhões de dólares americanos em 2021 para 69,0 milhões de dólares americanos em 2025. O desenvolvimento da rede de água também registou progressos, com sete sistemas concluídos ao nível dos postos administrativos e 23 em fase de implementação. As receitas da Bee Timor-Leste (BTL) aumentaram de aproximadamente 256.000 dólares americanos em 2021 para 2,12 milhões

¹⁷ Relatório de desempenho do 2.º de 2026

de dólares americanos em 2025. Uma cobertura mais alargada deve ser apoiada por serviços fiáveis, manutenção regular e uma gestão financeira mais sólida.

- 2.12. As infraestruturas de transportes e comunicações reforçaram a conectividade nacional e internacional.** O Porto da Baía de Tibar tem uma capacidade anual de até um milhão de TEU. O tráfego de navios de carga geral aumentou de 174 em 2024 para 194 em 2025, enquanto a movimentação de contentores atingiu 51.119 em 2025. O tempo de processamento de carga registado diminuiu para aproximadamente dois dias, em comparação com os 12 dias anteriores no Porto de Díli. A reabilitação e expansão do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato também prosseguiram, incluindo obras na pista, no terminal e nas infraestruturas de apoio. Os benefícios destes investimentos dependerão de operações eficientes, manutenção regular e maior utilização económica.
- 2.13. A conectividade digital melhorou** com a inauguração do Cabo Submarino do Sul de Timor-Leste, com 607 quilómetros, até Darwin. A conectividade à Internet do Governo chegou a 909 repartições públicas e foram registados 2.346 domínios nacionais “.tl”. As redes móveis comerciais cobriram aproximadamente 98 % da população, enquanto a cobertura 4G registada atingiu 95,66 %. No entanto, a utilização da Internet manteve-se em cerca de 41 % da população, e a acessibilidade financeira continuou a ser um obstáculo. As políticas devem, por conseguinte, centrar-se no acesso a preços acessíveis, em serviços digitais fiáveis, na cibersegurança e na utilização produtiva da conectividade.
- 2.14. Os serviços postais e meteorológicos também melhoraram.** O correio internacional recebido atingiu 81.745 quilogramas em 2025, e o Código Postal Nacional abrangeu 13 municípios, 66 postos administrativos, 452 sucos e 2.233 aldeias. Foram produzidas informações meteorológicas e geofísicas ao longo do ano e partilhadas através de canais nacionais, comunitários e de gestão de catástrofes. Continua a ser importante um maior investimento em sistemas de observação, previsão e alerta precoce para a segurança dos transportes, a agricultura, a resiliência climática e a preparação para catástrofes.

Capital Humano e Desenvolvimento Social

- 2.15. O acesso aos cuidados de saúde, à educação, ao desenvolvimento de competências e à proteção social continuou a expandir-se.** A assistência qualificada ao parto aumentou de 60 % em 2016 para 78 % em 2025-26, os partos em instituições subiram de 46 % para 72 % e os cuidados pós-parto atingiram aproximadamente 90 %. Timor-Leste manteve zero casos autóctones de malária em 2025 e recebeu a certificação de território livre de malária da Organização Mundial de Saúde em julho de 2025. A deteção de casos de tuberculose atingiu 90% em 2025, e Timor-Leste obteve também a validação da eliminação do tracoma como problema de saúde pública. No entanto, a nutrição continua a ser um grande desafio, com o atraso no crescimento entre as crianças com menos de cinco anos a diminuir apenas ligeiramente, passando de 46% em 2016 para 45% em 2025–26.¹⁸
- 2.16. A participação e a retenção na educação melhoraram.** A taxa bruta de matrícula na pré-escola atingiu 33,14% em 2024, e a taxa líquida de matrícula no ensino básico atingiu 93,3%

¹⁸ Direção-Geral de Estatística (GDS) e Ministério da Saúde, Inquérito Demográfico e de Saúde de Timor-Leste (TLDHS 2016 e TLDHS 2025–2026, Indicadores-chave)

em 2025.¹⁹ A taxa de abandono no ensino básico diminuiu para 2,7% em 2024²⁰, enquanto a alfabetização dos jovens atingiu 87,3%²¹. No entanto, os resultados de aprendizagem continuam fracos: os dados do Ministério da Educação indicam que 54,2% dos alunos do 2.º ano ainda não sabem ler e apenas 36% dos alunos do 5.º ano atingiram níveis intermédios em leitura e matemática. Embora quase 99,8% dos professores cumpram os padrões de qualificação académica, é necessária uma maior atenção à aprendizagem básica, à qualidade do ensino e a resultados educativos equitativos.

- 2.17. A proteção social continuou a apoiar os grupos vulneráveis.** No final de 2025, a Bolsa da Mãe já tinha apoiado 74.648 crianças. No primeiro semestre de 2026, a segurança social não contributiva abrangia 97.105 beneficiários de pensões de velhice e 10.587 beneficiários de pensões de invalidez. O sistema contributivo abrangeu 199.305 trabalhadores inscritos e 6.794 empregadores. Uma orientação mais precisa, informações integradas sobre os beneficiários e melhores dados sobre os resultados ao nível dos agregados familiares contribuirão para melhorar a eficácia e a sustentabilidade do programa.²²
- 2.18. O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano tem dado um contributo substancial a longo prazo para a base de competências nacional.** Entre 2011 e 2025²³, o FDCH apoiou 115.229 beneficiários e formou 6.275 bolseiros. Outros 4.482 bolseiros continuavam a estudar ativamente, e as mulheres receberam 51,1 % das bolsas concedidas. Dos licenciados acompanhados, 4.337 estavam empregados, incluindo 3.917 em instituições públicas, enquanto 1.743 procuravam emprego. Os investimentos futuros deverão alinhar-se mais estreitamente com as necessidades da força de trabalho e com a procura do mercado de trabalho.

Setores produtivos, segurança alimentar e desenvolvimento rural

- 2.19. A agricultura, a pecuária, as pescas, a silvicultura e a atividade económica comunitária continuam a ser fundamentais para os meios de subsistência rurais, o abastecimento alimentar e a diversificação económica.** Em 2025, estavam irrigados aproximadamente 43.363 hectares. A produtividade do milho atingiu cerca de 3,0 toneladas por hectare, enquanto a produtividade média do arroz atingiu aproximadamente 3,7 toneladas por hectare em 2026. A pesca de captura marinha produziu aproximadamente 6.900 toneladas, enquanto a produção anual da aquicultura atingiu cerca de 600 toneladas. Para se alcançarem mais progressos, é necessário reforçar a oferta interna, a valorização, o acesso ao mercado e os rendimentos rurais.
- 2.20. O desenvolvimento das cooperativas também se expandiu entre 2024 e 2026.** O número de cooperativas aumentou de 219 para 277, enquanto o número de membros subiu de 30.512 para 41.952. O capital mobilizado aumentou de 15,97 milhões de dólares americanos para 21,12 milhões de dólares americanos, e o crédito aos membros mais do que duplicou, passando de 6,26 milhões de dólares americanos para 13,57 milhões de dólares americanos. No entanto, as cooperativas não registadas cresceram mais

¹⁹ Dados do Sistema de Gestão e Informação Educativa relativos aos anos de 2024 e 2025, Ministério da Educação

²⁰ Relatório do Livro Orçamental de 2026

²¹ Censo Temático da Educação de 2022

²² Relatório de desempenho do 4.º de 2025

²³ Elementos Informativos, Volume IV, FDCH, 2025

rapidamente do que as cooperativas totalmente registadas. É necessária uma maior formalização, melhor governação e ligações mais fortes aos mercados produtivos para sustentar este crescimento.²⁴

- 2.21. O investimento em habitação rural** incluiu 140 casas em Ainaro, Bobonaro, Covalima, Ermera, Manatuto e Manufahi, estando as obras em quatro municípios em fase de conclusão. Outras 46 casas tradicionais em Suai Loro estavam aproximadamente 70% concluídas, enquanto 200 casas em Ainaro, Lautém, Covalima e Viqueque entraram na fase de aquisição.²⁵
- 2.22. As infraestruturas comunitárias básicas e os mecanismos de participação local também se expandiram.** Os programas comunitários concluíram quatro parques infantis, 43 instalações de saneamento público, uma cafetaria em Aubeon e um centro comunitário, estando outras instalações em fase de implementação. Os programas registaram ainda 2.225 Associações de Desenvolvimento Comunitário, 812 grupos beneficiários e, pelo menos, 4.000 beneficiários a receber transferências públicas. No entanto, os relatórios disponíveis ainda não revelam efeitos sustentados no rendimento, no emprego, na produção ou na redução da pobreza.
- 2.23. O investimento municipal apoiou** estradas e pontes rurais, irrigação em pequena escala, mercados e outras infraestruturas locais. É necessária uma coordenação mais forte entre os programas do setor produtivo, o investimento municipal e as infraestruturas nacionais para ligar a produção agrícola à irrigação, ao armazenamento, à transformação, ao transporte e aos mercados.
- 2.24. A segurança alimentar continua intimamente ligada à produtividade agrícola, ao bom funcionamento dos mercados internos e à resiliência dos meios de subsistência rurais.** Os relatórios atuais fornecem mais evidências sobre atividades e resultados do que sobre os efeitos na segurança alimentar. As informações sobre terras irrigadas, produção, infraestruturas concluídas e beneficiários mostram a implementação, mas, por si só, não demonstram melhorias na disponibilidade alimentar, na nutrição ou na resiliência das famílias. A monitorização deve, por conseguinte, dar maior atenção à produção interna, aos preços dos alimentos, à dependência das importações e à segurança alimentar das famílias.

Governança e Capacidade Institucional

- 2.25. Timor-Leste continuou a reforçar as instituições** responsáveis pela justiça, administração pública, segurança, descentralização e envolvimento internacional. Em 2025, o Ministério da Justiça levantou 1.823 parcelas de terreno, concluiu 650 homologações e processou mais de 82.000 certidões de nascimento e 106.000 cartões de identidade. Durante o primeiro semestre de 2026, o Gabinete do Defensor Público prestou assistência a mais de 5.300 cidadãos em questões penais e cíveis.²⁶ Estes resultados demonstram um acesso mais alargado à justiça e aos serviços administrativos, embora sejam necessários esforços contínuos para melhorar a prestação de serviços em todo o país.

²⁴ Relatório de desempenho do 4.º de 2025

²⁵ Relatório de desempenho do 2.º de 2026

²⁶ Relatório de desempenho do 2.º de 2026

- 2.26. A descentralização administrativa avançou** através do reforço das responsabilidades municipais, da criação de centros de atendimento único e da formação em gestão das finanças públicas para mais de 2.150 funcionários. O desenvolvimento e o teste do sistema de gestão de recursos humanos SIGAP também progrediram em seis áreas funcionais, proporcionando uma base mais sólida para a integração da informação relativa ao pessoal. As instituições de segurança nacional ampliaram as patrulhas policiais, costeiras e comunitárias, bem como as atividades de prevenção da criminalidade. A próxima fase deverá centrar-se no desempenho institucional, na coordenação, no planeamento da força de trabalho e na comunicação consistente dos resultados.

Políticas e serviços governamentais existentes

Políticas existentes no âmbito do Quadro Orçamental de 2027

- 2.27. As políticas e serviços governamentais existentes constituem a base das despesas do Orçamento de 2027.** A base de referência revista das Estimativas Prospectivas, no valor de 1.990,39 milhões de dólares americanos, representa o custo da continuação das políticas, serviços públicos e compromissos aprovados, antes de serem incluídos ajustamentos e novas políticas significativas ou de expansão. Constitui, portanto, o principal ponto de referência para distinguir as políticas existentes das novas decisões orçamentais.
- 2.28. As Estimativas Futuras melhoram a previsibilidade a médio prazo, mas não criam um direito automático à despesa.** Os programas existentes continuam sujeitos a revisão com base na relevância política, eficiência, desempenho na implementação e viabilidade financeira. O acompanhamento dos programas e os Planos de Ação Anuais irão, cada vez mais, servir de base a estas revisões. Esta abordagem apoia uma gestão cuidadosa das despesas existentes, mantendo simultaneamente os serviços governamentais essenciais.

Alinhamento das políticas existentes com as nove prioridades estratégicas

- 2.29.** Para o Orçamento de 2027, as políticas e serviços existentes são mapeados em relação às nove prioridades estratégicas do Governo, a fim de mostrar como as despesas contínuas apoiam os objetivos do Governo. Este mapeamento tem fins analíticos. A estrutura de programas, subprogramas e atividades continua a ser a base formal para a afetação orçamental, a execução e a prestação de contas sobre o desempenho.
- 2.30. O Programa 510, Funcionamento e Desenvolvimento Institucional,** presta apoio administrativo e institucional a todas as 107 entidades orçamentais. Por conseguinte, é apresentado separadamente como “Apoio Institucional Transversal”, em vez de ser atribuído a uma única prioridade estratégica.

Tabela 21. Quadro de políticas existente por prioridade estratégica até 2027

Prioridade Estratégica	N.º de programas	Orientação política para 2027	Estimativas Futuras para 2027 (cenário de referência)	Ajustes para 2027	2027 Total	Percentagem do total
1. Diversificação económica e setores produtivos estratégicos	14	Reforçar os setores produtivos e diversificar as fontes de crescimento e emprego através da agricultura, das pescas, do turismo e do investimento, a par do desenvolvimento responsável dos recursos petrolíferos, minerais e da economia azul.	173,1	(15,3)	157,8	7,2%
2. Infraestruturas rurais, conectividade e acesso a serviços básicos	14	Melhorar o acesso a infraestruturas fiáveis e a serviços essenciais, incluindo estradas e transportes, eletricidade, água e saneamento, habitação e conectividade nas zonas urbanas e rurais.	402,2	12,5	414,6	19,0%
3. Desenvolvimento do capital humano e prestação de serviços	18	Melhorar o acesso equitativo a educação de qualidade, cuidados de saúde, desenvolvimento de competências e proteção social, reforçando simultaneamente as capacidades da força de trabalho e o apoio sustentável aos grupos vulneráveis.	705,8	50,8	756,6	34,6%
4. Qualidade e execução do investimento público	3	Melhorar a relação custo-benefício através de uma preparação, avaliação, conceção, garantia de qualidade, acompanhamento da execução e gestão de ativos públicos mais rigorosas.	3,7	(0,3)	3,5	0,2%
5. Resiliência nacional, segurança alimentar e adaptação às alterações climáticas	3	Reforçar a resiliência aos riscos climáticos, de catástrofes e de segurança alimentar através da proteção ambiental, de sistemas de alerta precoce, da redução de riscos e da reabilitação das infraestruturas afetadas.	19,9	(0,1)	19,8	0,9%

Prioridade Estratégica	N.º de programas	Orientação política para 2027	Estimativas Futuras para 2027 (cenário de referência)	Ajustes para 2027	2027 Total	Percentagem do total
6. Crescimento do setor privado, emprego e transformação digital	1	Utilizar a conectividade digital e a tecnologia para melhorar os serviços públicos, apoiar as empresas e o investimento, reforçar as competências e alargar as oportunidades de emprego produtivo.	9,3	(0,1)	9,2	0,4%
7. Sustentabilidade fiscal, reforma institucional e eficácia do setor público	6	Reforçar a sustentabilidade orçamental e o desempenho do setor público através de uma gestão financeira pública sólida e e e, da mobilização de receitas domésticas , da disciplina nas despesas, da reforma institucional e de uma melhor gestão dos recursos humanos.	102,9	82,5	185,4	8,5%
8. Justiça, Governação e Responsabilização	16	Reforçar o Estado de direito, o acesso à justiça, os direitos humanos, a segurança pública e a governação responsável através de instituições eficazes, da descentralização, da transparência e de medidas anticorrupção.	170,0	(4,9)	165,1	7,5%
9. Principais eventos nacionais e internacionais	7	Apoiar a identidade nacional e o envolvimento internacional através da preservação cultural, da diplomacia, da cooperação parlamentar, da comunicação estratégica e de uma administração eleitoral credível, gerindo separadamente os custos materiais temporários dos eventos.	58,4	5,8	64,1	2,9%
Apoio Institucional Transversal	1	Manter os sistemas institucionais, as competências do pessoal, as instalações e as funções administrativas necessárias para que as entidades orçamentais executem os programas e prestem os serviços do Governo.	345,1	66,5	411,5	18,8%
Total	83		1.990,4	197,3	2.187,7	100,0%

A Tabela 21 mostra como as políticas e os serviços existentes apoiam as nove prioridades estratégicas do Governo. O quadro de políticas existentes financia as funções governamentais contínuas antes da inclusão de novas políticas significativas ou da expansão das existentes. Proporciona também a base de referência para identificar ajustamentos e novas decisões políticas durante a elaboração do orçamento.

Perfil do programa das políticas existentes

2.31. As despesas das políticas existentes concentram-se nas principais responsabilidades contínuas, incluindo proteção social, funcionamento das instituições, infraestruturas, eletricidade, educação, segurança e saúde. Estas despesas mantêm os programas e serviços governamentais estabelecidos antes da inclusão de novas iniciativas políticas.

Tabela 22. Principais programas das políticas existentes na base de referência das Estimativas Futuras para 2027

Programa	Código do Programa	Base de Referência das Estimativas Futuras para 2027, em US\$ milhões
Inclusão Social	980	383,9*
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	510	344,8*
Estradas e Pontes	026	165,6*
Eletricidade	802	138,6*
Educação básica	521	104,7*
Segurança Nacional	366	68,9*
Cuidados de saúde secundários e terciários	529	54,7*
Gestão das Finanças Públicas	023	53,2*
Cuidados de Saúde Primários	528	52,9*
Desenvolvimento e reforço de áreas com tratamento administrativo e económico especial	867	46,8*
Política Externa de Timor-Leste	400	46,2*
Contingência	148	45,0*
Aeroporto	809	44,1*
Descentralização administrativa e autarquias locais	025	34,1*
Investimento e diversificação económica	983	32,9*

Nota: A Tabela 22 apresenta os 15 maiores programas das Estimativas Futuras para 2027. Estes programas representam uma parte substancial dos recursos necessários para manter os serviços e compromissos do Governo. A revisão regular das despesas existentes continua a ser importante para melhorar a eficiência e criar margem para despesas de maior prioridade.

Ajustes à Linha de Base das Despesas

- 2.32. Durante a elaboração do orçamento, o Governo aprovou 197,29 milhões** de dólares americanos em Ajustes à Base de Referência das Despesas. Estes ajustamentos aumentaram a base de referência das políticas existentes de 1.990,39 milhões de dólares americanos para 2.187,67 milhões de dólares americanos. Abrangem alterações aprovadas a compromissos governamentais em curso e continuam a fazer parte das políticas existentes, em vez de constituírem novas políticas. Os ajustamentos são incorporados nos programas, subprogramas e atividades relevantes.

As políticas novas ou alargadas de relevância são consideradas separadamente através do processo de Prioridades Políticas do Governo e são apresentadas na Parte II.

Subsídios e transferências para empresas públicas

- 2.33.** O Orçamento de 2027 prevê transferências para empresas públicas que prestam serviços essenciais, gerem infraestruturas estratégicas e apoiam atividades comerciais de importância nacional. As principais dotações são:

Tabela 23. Transferências para Empresas Públicas, Orçamento de 2027

Empresa pública	Dotação para 2027 (US\$ milhões)	Variação em relação a 2026 (US\$ milhões)	Finalidade
EDTL, E.P.	127,4	+4,0	Manter o abastecimento de eletricidade e expandir a capacidade de produção em Oecusse (1 milhão de dólares) e a central solar em Atauro (3 milhões de dólares).
BTL, E.P.	8,0	—	Expandir as infraestruturas hídricas e melhorar o acesso a água potável e de qualidade.
Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P. (RTTL)	2,55	0,0	Apoiar a radiodifusão pública e o acesso à informação.
TIMOR GAP, E.P.	209,5	—	Apoiar a exploração e produção de energia, incluindo os campos de Kuda Tasi e Jahal e as atividades do Greater Sunrise.
Murak-Rai Timor, E.P.	14,9	+10,0	Apoiar a exploração mineira.
ANATL, E.P.	1,8	—	Apoiar as operações aeroportuárias e de navegação aérea, bem como as infraestruturas relacionadas.

- 2.34.** A supervisão eficaz destas transferências é importante para o controlo das despesas e a gestão do risco fiscal. O acompanhamento deve abranger o desempenho financeiro, as obrigações de prestação de serviços, os principais investimentos e a necessidade de apoio do Governo a médio prazo.

Subsídios e programas sociais

- 2.35. A proteção social continua a ser uma das maiores áreas de despesa pública.** Proporciona apoio ao rendimento e assistência a veteranos, idosos, pessoas com deficiência, crianças e agregados familiares vulneráveis. O Orçamento para 2027 mantém os principais compromissos es para com os Combatentes da Libertação Nacional e a segurança social, a par de programas específicos de assistência social e inclusão.
- 2.36. O Programa 980, Inclusão Social, atribui aproximadamente 367,1 milhões de dólares americanos a 35 entidades orçamentais.** O reconhecimento e o apoio aos Combatentes da Libertação Nacional, juntamente com as despesas com a segurança social, representam, no total, cerca de 85 % do financiamento do programa, demonstrando a importância fiscal destes compromissos estabelecidos.
- 2.37. O Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (MCLAN) recebe** 151,2 milhões de dólares americanos para reconhecer e apoiar veteranos, combatentes e mártires, 6,2 milhões de dólares americanos para a proteção social dos combatentes e dotações menores para apoiar o Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional, monumentos e cemitérios especiais, bem como bolsas de estudo.
- 2.38. A segurança social representa o outro grande compromisso,** com aproximadamente 144,8 milhões de dólares americanos disponibilizados através da Dotação Geral do Estado. Este montante inclui 103,7 milhões de dólares americanos para o regime não contributivo, 21,0 milhões de dólares americanos para a contribuição patronal do Governo para o regime contributivo, 16,4 milhões de dólares americanos para o regime transitório, 3,5 milhões de dólares americanos para a administração e 0,25 milhões de dólares americanos para a garantia da pensão mínima.
- 2.39. As informações mais recentes disponíveis sobre os beneficiários ilustram a dimensão destes programas.** Em 2025, cerca de 108.000 pessoas receberam pagamentos não contributivos, incluindo aproximadamente 97.000 idosos e mais de 10.000 beneficiários com deficiência. Mais de 4.800 beneficiários receberam pagamentos através dos regimes contributivo e transitório. Estes números fornecem um contexto histórico e não constituem projeções de beneficiários para 2027.

Assistência Social Direcionada e Inclusão

- 2.40. O Orçamento de 2027 prevê 11,7 milhões de dólares para mães e crianças,** principalmente através da Bolsa da Mãe, e aproximadamente 3,3 milhões de dólares para famílias e comunidades que enfrentam dificuldades e situações de emergência. Estes programas complementam os principais esquemas nacionais de transferências, direcionando a assistência para famílias e comunidades vulneráveis.
- 2.41. Outros 3,5 milhões de dólares americanos destinam-se a apoiar a inclusão de pessoas com deficiência,** a proteção contra a violência, a igualdade de género e a assistência de

base comunitária. São também atribuídos aproximadamente 24,6 milhões de dólares americanos, através do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil, para a cooperação com instituições religiosas e organizações da sociedade civil.

Melhorar a eficácia da proteção social

- 2.42. O Orçamento de 2027 reforça a segmentação, a informação sobre os beneficiários, a coordenação e a prestação de contas.** Uma melhor articulação entre os registos dos beneficiários e os sistemas nacionais de identificação pode reduzir a duplicação e melhorar a integridade dos pagamentos.
- 2.43. O PPG 11 disponibiliza 277.860 dólares americanos para reforçar a governação da inclusão social, os sistemas de informação e o acompanhamento.** Mais pormenores sobre esta reforma são fornecidos no âmbito do PPG 11 no Livro II do Orçamento.

Investimento nos Municípios e no Desenvolvimento Territorial

- 2.44. A descentralização aproxima os serviços públicos, o investimento e a tomada de decisões dos cidadãos e apoia um desenvolvimento territorial mais equilibrado.** As autoridades municipais assumiram um papel mais importante na prestação de serviços locais, enquanto os programas nacionais continuam a financiar infraestruturas e o desenvolvimento em todo o país. O Orçamento de 2027 baseia-se nesta transição institucional e fiscal.
- 2.45. O quadro jurídico tem evoluído a par deste processo.** O Decreto-Lei n.º 34/2025 alterou o Decreto-Lei n.º 84/2023 e o Estatuto das Autoridades Municipais estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 3/2016. Tal reforçou o quadro para a descentralização administrativa. As responsabilidades municipais incluem a educação, a saúde, a água e o saneamento, as obras públicas, a agricultura, os mercados, o turismo e os serviços sociais.
- 2.46. O desenvolvimento municipal e territorial é financiado através de vários canais complementares.** As dotações orçamentais diretas apoiam a administração municipal e a prestação de serviços. O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS) e o Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (PDIM) apoiam o desenvolvimento comunitário e local, enquanto os programas nacionais de investimento financiam projetos de infraestruturas de maior dimensão. A coordenação entre estes canais é importante para alinhar prioridades, clarificar responsabilidades e evitar duplicações.

Dotações Municipais e Prestação de Serviços

- 2.47. O Orçamento de 2027 atribui 171,6 milhões de dólares americanos aos 13 municípios e à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA).** Isto representa um aumento de 6 % em relação a 2026 e de 8 % em relação a 2025. Excluindo a RAEOA, as dotações para os 13 municípios aumentam de 123,6 milhões de dólares americanos em 2025 para 148,1 milhões de dólares americanos em 2027, o que representa um aumento de 20%. Estes recursos apoiam a administração municipal, a prestação de serviços e o desenvolvimento comunitário.

Tabela 24. Dotações orçamentais por autoridade municipal, 2025-2027

Autoridade Municipal	2025 (US\$)	2026 (US\$)	2027 (US\$)	2025-27	2026-27
Aileu	7.523.864	9.497.727	9.285.266	23%	-2%
Ainaro	7.879.212	9.752.205	10.185.455	29%	4%
Ataúro	2.550.389	2.713.532	3.370.218	32%	24%
Baucau	12.437.747	13.802.085	15.439.669	24%	12%
Bobonaro	11.308.414	12.806.671	13.497.864	19%	5%
Covalima	8.293.634	9.517.979	9.756.737	18%	3%
Díli	19.234.005	19.502.642	21.176.292	10%	9%
Ermera	12.871.246	14.112.994	15.317.709	19%	9%
Lautém	8.691.721	8.494.839	10.326.423	19%	22%
Liquiçá	7.570.984	8.468.045	9.030.420	19%	7%
Manatuto	7.534.700	9.626.242	9.580.831	27%	0%
Manufahi	7.701.471	9.661.613	9.885.743	28%	2%
Viqueque	10.026.540	10.686.240	11.227.095	12%	5%
RAEOA	36.001.473	22.788.994	23.534.854	-35%	3%
Total	159.625.400	161.431.808	171.614.576	8%	6%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças, setembro de 2026. Os montantes estão arredondados ao dólar americano mais próximo.

- 2.48. As dotações municipais refletem tanto a dimensão das responsabilidades em matéria de serviços locais como as diferenças nas necessidades territoriais.** Entre 2025 e 2027, os maiores aumentos percentuais ocorreram em Ataúro, Ainaro, Manufahi, Manatuto, Baucau e Aileu. Díli recebe a maior dotação entre os 13 municípios. Estas dotações devem ser consideradas em função da população, do afastamento geográfico, das responsabilidades em matéria de serviços e das necessidades de infraestruturas.
- 2.49. A educação e o desenvolvimento local impulsionado pela comunidade são as principais prioridades municipais em 2027.** Os programas de educação recebem 37,6 milhões de dólares americanos, enquanto a Descentralização Administrativa e o Poder Local recebem 34,7 milhões de dólares americanos, incluindo 22,9 milhões de dólares americanos para o PNDS e 9,1 milhões de dólares americanos para o PDIM. Os orçamentos municipais também apoiam a água e o saneamento, os cuidados de saúde primários, as estradas e pontes, a agricultura e o turismo.
- 2.50. A alimentação escolar é a maior atividade municipal isolada,** com 24,7 milhões de dólares americanos atribuídos às autoridades municipais, incluindo 22,3 milhões de dólares americanos para a educação básica e 2,4 milhões de dólares americanos para a pré-escola. As subvenções escolares acrescentam aproximadamente 0,9 milhões de dólares

americanos para o funcionamento das escolas, manutenção e materiais didáticos. Em conjunto, estas dotações demonstram como o financiamento descentralizado apoia serviços com impacto direto nas crianças, nos agregados familiares e nas comunidades.

- 2.51.** A rubrica “**Funcionamento e Desenvolvimento Institucional**” representa **55,9 milhões** de dólares, ou cerca de um terço das dotações municipais, abrangendo recursos humanos, administração e apoio e e aos líderes comunitários. À medida que as responsabilidades municipais se expandem, as despesas administrativas devem estar associadas a funções claras e a resultados dos serviços, apoiadas pela coordenação com os ministérios nacionais.

Investimento de Capital Territorial

- 2.52.** Os orçamentos municipais diretos representam apenas uma componente da despesa pública em todo o território. Em 2027, o investimento de capital identificado nos 13 municípios e na RAEOA totaliza aproximadamente 277,9 milhões de dólares americanos, distribuídos por 1.643 projetos. Isto inclui 217,3 milhões de dólares americanos através do Fundo de Infraestruturas, 33,8 milhões de dólares americanos através das autoridades municipais, incluindo o PDIM, 23,1 milhões de dólares americanos através de Fundos Especiais de Desenvolvimento e 3,7 milhões de dólares americanos através de ministérios setoriais e agências. Estes montantes indicam onde os investimentos se situam e não constituem transferências adicionais para as autoridades municipais.

Tabela 25. Investimento de capital territorial por município e fonte de financiamento, 2027

Município	Autoridade Municipal (PDIM)		Fundo de Infraestruturas		Fundos Especiais de Desenvolvimento		Ministérios e Agências Setoriais*		Total 2027	
	US\$	Projetos	US\$	Projetos	US\$	Projetos	US\$	Projetos	US\$	Projetos
Aileu	2.796.931	44	5.042.370	47	-	-	50.000	1	7.889.301	92
Ainaro	2.681.011	28	1.712.712	40	-	-	290.000	3	4.683.723	71
Ataúro	352.339	10	0	7	982.249	7	-	-	1.334.588	24
Baucau	3.358.322	51	11.725.879	73	-	-	775.000	4	15.859.201	128
Bobonaro	3.197.275	49	11.558.666	65	-	-	430.525	4	15.186.466	118
Covalima	2.667.644	28	8.898.672	89	-	-	-	-	11.566.316	117
Díli	2.252.330	39	128.427.950	371	-	-	1.093.850	12	131.774.130	422
Ermera	2.545.189	33	17.107.599	40	-	-	-	-	19.652.788	73
Lautém	2.051.626	30	11.116.403	53	-	-	400.000	3	13.568.029	86
Liquiçá	1.953.347	25	1.857.417	34	-	-	327.899	2	4.138.663	61
Manatuto	3.499.913	46	5.455.231	45	-	-	316.667	2	9.271.811	93
Manufahi	2.801.200	31	4.611.807	164	-	-	-	-	7.413.007	195
Viqueque	2.675.368	34	8.720.032	60	-	-	-	-	11.395.400	94

Município	Autoridade Municipal (PDIM)		Fundo de Infraestruturas		Fundos Especiais de Desenvolvimento		Ministérios e Agências Setoriais*		Total 2027	
	US\$	Projetos	US\$	Projetos	US\$	Projetos	US\$	Projetos	US\$	Projetos
RAEOA	951.391	1	1.112.061	9	22.144.580	59	-	-	24.208.032	69
Total	33.783.886	449	217.346.799	1.097	23.126.829	66	3.683.941	31	277.941.454	1.643

*Nota - exclui projetos geridos pelo Ministério das Obras Públicas. Fonte: TiFIS, Ministério das Finanças, Setembro de 2026.

- 2.53. A estrutura de financiamento reflete diferentes níveis de investimento público.** O financiamento da Autoridade Municipal e do PDIM destina-se, geralmente, a projetos locais de menor dimensão, enquanto o Fundo de Infraestruturas apoia infraestruturas nacionais e regionais de maior dimensão. A separação clara entre estas fontes melhora a transparência e reduz o risco de duplicação no financiamento de projetos.
- 2.54. Díli representa 131,8 milhões de dólares americanos, ou aproximadamente 47%,** do investimento de capital territorial. Isto reflete principalmente projetos do Fundo de Infraestruturas nacionais localizados na capital e não constitui uma transferência equivalente para a Autoridade Municipal de Díli. As dotações noutros municípios e na RAEOA incluem também projetos locais e infraestruturas financiadas a nível nacional.
- 2.55. Os orçamentos municipais e o investimento nacional exigem uma coordenação eficaz entre o planeamento local e central.** Uma melhor coordenação entre os orçamentos municipais, o PNDS, o PDIM, o Fundo de Infraestruturas, os Fundos Especiais de Desenvolvimento e o investimento dos ministérios competentes pode melhorar a sequência dos projetos, a viabilidade financeira e o alinhamento com as prioridades territoriais. Pode também ajudar a identificar duplicações antes da implementação.

Equidade, justiça fiscal e próximos passos

- 2.56.** As diferenças nas dotações municipais, por si só, não medem a equidade territorial. A população, o afastamento geográfico, os custos de prestação de serviços, as lacunas nas infraestruturas, as responsabilidades municipais e a localização dos ativos nacionais afetam, todos eles, as necessidades de financiamento. Futuras melhorias no quadro de transferências municipais deverão tornar estes fatores mais claros, incentivando simultaneamente uma implementação eficiente.
- 2.57.** O Orçamento de 2027 visa reforçar a prestação de serviços municipais e melhorar o equilíbrio territorial do investimento público. Uma melhor articulação entre o planeamento, a orçamentação e a informação sobre os projetos ajudará o Governo a distinguir as transferências municipais do investimento nacional, a avaliar a distribuição de forma mais coerente e a monitorizar os resultados.

Parte II: Declaração sobre as Prioridades Políticas do Governo

Prioridades Políticas do Governo e Medidas-chave para 2027

- 2.58. As Prioridades Políticas do Governo são publicadas na íntegra no Livro II do Orçamento.** O Orçamento de 2027 é o primeiro orçamento elaborado no âmbito da orçamentação

baseada em políticas. As Estimativas Futuras identificam o custo da continuidade das políticas e dos serviços, enquanto o processo das Prioridades Políticas do Governo identifica alterações significativas em relação à linha de base.

O processo teve início com o documento de junho de 2026 intitulado “Prioridades Políticas do Governo: Opções para o Orçamento de 2027”, que apresentou 28 opções à Comissão de Revisão de Políticas. As agências responsáveis elaboraram, em seguida, propostas orçamentadas para análise pelo Ministério das Finanças e decisão final do Governo.

- 2.59. O pacote final compreende 20 PPG.** Destes, 19 incluem dotações de despesas. Os PPG 2, 3 e 5 incluem medidas relativas a receitas e financiamento. As PPG 10, 12 e 13 foram consolidadas na PPG 4, “Reduzir as Ineficiências”, enquanto as PPG 17 e 20 foram adiadas para o Orçamento de 2028. As PPG 1, 22 e 28 não requerem novas dotações. A estimativa detalhada dos custos transformou várias opções políticas gerais em medidas mais específicas de primeira fase.
- 2.60. O pacote melhora a posição financeira líquida em 1.192,5 milhões de dólares ao longo de cinco anos, mas aumenta as necessidades de financiamento em 217,7 milhões de dólares em 2027.** De 2027 a 2031, o pacote inclui 330,1 milhões de dólares em novas receitas, 555,0 milhões de dólares em novos empréstimos e poupanças líquidas nas despesas de 307,4 milhões de dólares. Excluindo os empréstimos, o pacote melhora o saldo em 637,5 milhões de dólares ao longo de cinco anos, mas aumenta as necessidades de financiamento em 292,7 milhões de dólares em 2027. Em 2027, as despesas aumentam num valor líquido de 304,0 milhões de dólares, principalmente devido ao investimento no setor petrolífero ao abrigo do PPG 14 e ao programa rodoviário ao abrigo do PPG 21. Estas despesas são financiadas, em parte, por 75,0 milhões de dólares em novos empréstimos e, em parte, pelo Fundo Petrolífero.

Tabela 26. Principais medidas prioritárias da política governamental, Orçamento de 2027, em US\$ milhões

	2027	2028 a 2031
Aumentos nas despesas		
PPG 14 Petróleo e minerais	244,8	326,4
PPG 26 Equidade fiscal e administração subnacional	17,3	55,0
PPG 25 Ordem pública e segurança	13,6	42,4
PPG 8 Pressões conhecidas sem financiamento (eleições, ASEAN)	27,5	37,7
PPG 16 Turismo de nicho (incluindo o ICCTL)	8,8	25,7
PPG 3 Sistema de receitas domésticas	5,0	17,2
PPG 15 Pescas	6,0	14,8
PPG 18 Da Fibra à Funcionalidade	2,9	14,2
PPG 6 Dotação de pessoal direcionada	2,4	12,2
PPG 27 Direitos de propriedade	3,9	11,2

	2027	2028 a 2031
Poupanças nas despesas		
PPG 4 Redução das ineficiências	(53,6)	(267,9)
PPG 7 Reorientação do Fundo de Infraestruturas	(51,6)	(579,1)
Despesas líquidas, todos os PPGs	304,0	(307,4)
Receitas e financiamento		
PPG 3 Investir no Sistema de Receitas Domésticas	-	307,9
PPG 5 Subvenções de ajuda incluídas no orçamento	11,2	22,1
PPG 2 Novos empréstimos	75,0	555,0
Impacto líquido do financiamento (incluindo empréstimos)	(217,7)	1.192,5

Nota: Os parênteses indicam poupanças ou uma deterioração do saldo orçamental. Apenas são enumeradas as medidas de despesa de maior dimensão; os totais líquidos incluem todos os GPP. Fonte: Livro Orçamental II, Declaração sobre as Prioridades Políticas do Governo.

- 2.61. As poupanças e a reordenação de prioridades compensam a maior parte das novas despesas a médio prazo.** O pacote inclui 909,2 milhões de dólares americanos em novas despesas ao longo de cinco anos, incluindo 440,5 milhões de dólares americanos em 2027. Este montante é compensado por 1.216,6 milhões de dólares americanos em poupanças e financiamento reordenado, incluindo 136,5 milhões de dólares americanos em 2027.

As maiores poupanças provêm do PPG 4, que aplica poupanças de referência anuais de 53,6 milhões de dólares em 62 entidades, e do PPG 7, que limita os projetos existentes do Fundo de Infraestruturas a 250 milhões de dólares por ano. Ao abrigo do PPG 3, prevê-se que o Imposto sobre o Valor Acrescentado de 5% proposto angarie 307,9 milhões de dólares entre 2028 e 2031, sujeito à aprovação da legislação necessária.

- 2.62. Várias estratégias setoriais recebem apenas financiamento inicial.** Os PPG para as pescas, o turismo de nicho, a agricultura, a educação e os cuidados de saúde terciários apoiam os sistemas iniciais, a investigação, a promoção e o desenvolvimento de capacidades. Investimentos de maior dimensão nas pescas, no turismo, na conectividade digital e na agricultura exigirão novas decisões do Governo durante a preparação do Orçamento de 2028.
- 2.63. As dotações dos PPG vêm somar-se ao quadro de referência das políticas existentes** descrito na Parte I e não representam a despesa total para um setor ou prioridade estratégica. Alguns PPG geram poupanças ou estabelecem quadros políticos, em vez de aumentarem a despesa. A sua importância não deve, portanto, ser avaliada apenas pela dimensão das suas dotações para 2027.
- 2.64. Os PPG aprovados estão ligados à estrutura de programas, subprogramas e atividades para facilitar o acompanhamento.** Os Planos de Ação Anuais, o Quadro Orçamental de Desenvolvimento de Timor-Leste e o Sistema de Informação de Gestão Financeira associam as dotações à execução e aos resultados. O desempenho em 2027 servirá de base para futuras Estimativas Futuras e políticas.

Parte III: Declaração sobre as Reformas Orçamentais

Objetivo e Orientação da Reforma Orçamental

- 2.65. O Orçamento para 2027 promove a transição de Timor-Leste de um sistema de orçamentação anual para um sistema integrado de médio prazo que articula políticas, viabilidade financeira e resultados.** A reforma aborda a fragmentação das propostas orçamentais, a informação limitada sobre custos futuros e as ligações fracas entre as decisões políticas e os recursos disponíveis. Reforça o Orçamento como a principal ferramenta do Governo para traduzir as políticas em decisões de despesa viáveis e exequíveis.
- 2.66. O quadro combina Estimativas Progressivas, Prioridades Políticas do Governo (PPG), Orçamentação por Programas e análise do espaço orçamental.** Estes mecanismos distinguem as políticas em curso das políticas novas ou alargadas de grande relevância e garantem que ambas sejam consideradas dentro do envelope orçamental disponível. O planeamento a médio prazo e a informação sobre o desempenho e as associações das decisões orçamentais aos objetivos e resultados do Governo.

Medidas de política orçamental e fiscal

- 2.67. A política orçamental e fiscal para 2027 visa reforçar a sustentabilidade orçamental, proteger os serviços prioritários e melhorar a qualidade das despesas.** O processo tem início com as Estimativas Prospectivas, inclui os Ajustamentos de Despesas de Referência aprovados e identifica políticas novas ou alargadas significativas através do processo das PPG. Isto proporciona um registo claro dos compromissos em vigor e das novas decisões orçamentais.

Tabela 27. Principais Medidas de Política Orçamental e Fiscal para 2027

Área política	Medida para 2027	Efeito esperado da política
Sustentabilidade orçamental	Gerir as despesas no âmbito do quadro orçamental consolidado e reduzir progressivamente a dependência do financiamento do Fundo do Petróleo.	Proteger os serviços prioritários, melhorando simultaneamente a sustentabilidade a médio prazo.
Receitas domésticas	Reforçar a administração fiscal, as alfândegas, os serviços prestados aos contribuintes e os sistemas digitais de apoio.	Aumentar a eficiência, a transparência e a previsibilidade das receitas não petrolíferas.
Estimativas Prospectivas	Utilizar a base de referência das políticas existentes como custo inicial da continuação das políticas e serviços aprovados.	Melhorar a previsibilidade e distinguir os custos de referência das novas decisões.
Eficiência das despesas	Aplicar as medidas aprovadas de eficiência, racionalização e ajustamentos de parâmetros.	Criar margem orçamental e melhorar a eficiência da afetação de recursos.

Área política	Medida para 2027	Efeito esperado da política
Políticas novas e alargadas	Avaliar alterações significativas nas políticas através do processo de GPP.	Melhorar a transparência quanto ao impacto orçamental e aos resultados esperados das novas decisões.
Controlo das despesas recorrentes	Abordar as questões relacionadas com o pessoal, as despesas obrigatórias e as principais pressões sobre os custos recorrentes.	Conter o crescimento estrutural das despesas e proteger a margem orçamental futura.
Qualidade do investimento público	Reforçar a preparação dos projetos, os processos de adjudicação, a avaliação dos custos ao longo do ciclo de vida e a relação custo-benefício.	Reduzir os atrasos e melhorar os retornos económicos e sociais.
Despesas temporárias	Distinguir as eleições e os compromissos com prazos definidos das políticas permanentes.	Evitar que os custos pontuais se tornem parte integrante das bases de referência futuras.
Orçamentação baseada no desempenho	Utilizar informações sobre a execução, as despesas e os resultados nas revisões orçamentais subsequentes.	Reforçar a ligação entre recursos, desempenho e dotações futuras.

2.68. O quadro de financiamento combina receitas domésticas, financiamento do Fundo Petrolífero, subvenções, empréstimos e recursos de tesouraria disponíveis. A manutenção da sustentabilidade orçamental requer uma mobilização mais forte das receitas domésticas, uma gestão disciplinada das despesas correntes e uma melhoria da qualidade do investimento público. As informações detalhadas sobre receitas, financiamento e equilíbrio orçamental são apresentadas nas secções relevantes do Livro Orçamental, em vez de serem repetidas neste capítulo.

Um Quadro Integrado de Gestão das Finanças Públicas

2.69. O Orçamento de 2027 integra ainda mais o planeamento a médio prazo, a Orçamentação por Programas, as Estimativas Futuras, a orçamentação baseada em políticas e a informação sobre o desempenho. A base jurídica é a Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, relativa ao Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão das Finanças Públicas, juntamente com a legislação regulamentar aplicável.

A Orçamentação por Programas organiza as despesas através de programas, subprogramas e atividades, enquanto a orçamentação baseada em políticas identifica alterações à linha de base das políticas existentes. Uma vez aprovadas, as políticas novas ou alargadas são incorporadas na estrutura orçamental relevante.

Estimativas de Projeção e Políticas Existentes

2.70. As Estimativas Progressivas mostram o custo a médio prazo da continuação das políticas e serviços aprovados. Melhoram a previsibilidade e tornam mais visíveis as

necessidades futuras de despesas, mas permanecem sujeitas a alterações nos custos, na implementação e na política governamental.

Os grandes investimentos devem incluir os custos futuros com pessoal, funcionamento, manutenção e substituição. Isto permite ao Governo avaliar a viabilidade financeira antes de assumir compromissos.

Prioridades políticas do Governo e alterações políticas

- 2.71. O processo de PPG apoia o desenvolvimento, a avaliação de custos e a análise de políticas novas ou alargadas de grande relevância.** As propostas identificam os resultados esperados, as instituições responsáveis, os requisitos de implementação e os custos a médio prazo. As decisões e dotações detalhadas do PPG são apresentadas no Livro Orçamental II.

As estimativas a médio prazo servem de base ao planeamento, mas não substituem as dotações anuais, que continuam a constituir a base jurídica para as despesas.

Espaço orçamental, limites máximos de despesas e melhoria da gestão das despesas

- 2.72. A análise do espaço orçamental tem em conta as receitas domésticas , as poupanças nas despesas, as subvenções, o endividamento e o financiamento do Fundo Petrolífero.** Esclarece os recursos disponíveis e os efeitos orçamentais da sua utilização. As alterações nos recursos disponíveis devem refletir-se nos limites máximos de despesas do Governo e das Entidades Orçamentais.
- 2.73. As revisões das despesas devem avaliar se estas se mantêm alinhadas com as prioridades do Governo, se são financeiramente viáveis e se prestam serviços a um custo razoável.** Deve ser dada especial atenção ao pessoal, aos contratos públicos, ao investimento público, às transferências, aos subsídios e às despesas administrativas. As poupanças confirmadas devem ser incluídas nas futuras Estimativas Futuras.

Investimento de capital e sustentabilidade orçamental

- 2.74. O investimento de capital deve ser avaliado no âmbito do mesmo quadro de viabilidade financeira que as despesas correntes e outras prioridades políticas.** A seleção de projetos deve ter em conta a relevância estratégica, o valor económico e social, a prontidão para a implementação, os custos de construção realistas e os requisitos operacionais futuros. Quando os recursos forem limitados, poderá ser necessário ordenar, reestruturar ou redimensionar os projetos.
- 2.75. Empréstimos, subvenções e outros mecanismos de financiamento podem complementar o financiamento orçamental direto, mas podem gerar custos e riscos futuros.** O serviço da dívida, as garantias e os passivos contingentes devem ser tidos em conta na avaliação do custo total dos grandes projetos.
- 2.76.** As decisões orçamentais aprovadas são registadas na entidade orçamental, programa, subprograma, atividade e classificação de despesas relevantes no FMIS e no DBFTL. Uma classificação coerente apoia a execução, o acompanhamento e a auditoria orçamentais.
- 2.77. A garantia de qualidade durante a preparação do orçamento requer, por conseguinte, coerência entre as decisões políticas, os Livros Orçamentais, o FMIS (DBFTL e TiFIS) e**

os limites máximos das entidades. Manter este alinhamento reforça a pista de auditoria desde a decisão do Governo até à dotação e subsequente execução orçamental.

Planos de Ação Anuais e Resultados

- 2.78. Os Planos de Ação Anuais (PAA) constituem o elo de implementação entre os recursos orçamentais aprovados e a prestação de serviços.** Traduzem os programas e as decisões políticas em atividades, instituições responsáveis, indicadores, valores de referência e metas anuais. As políticas novas ou alargadas de grande relevância devem, por conseguinte, refletir-se tanto nas dotações orçamentais como no quadro de resultados do PAA relevante.
- 2.79. A informação sobre o desempenho deve servir progressivamente de base para futuras decisões orçamentais, em vez de servir apenas como um relatório de prestação de contas após a realização das despesas.** Os dados relativos à implementação, às despesas e aos resultados podem apoiar revisões subsequentes das Estimativas Futuras e a avaliação de futuras propostas políticas. Isto cria um ciclo de retroalimentação mais forte entre o planeamento, a orçamentação, a implementação e os resultados.

Capacidade Institucional e Sistemas Orçamentais

- 2.80. A implementação eficaz das reformas depende da capacidade das instituições e dos responsáveis que gerem o sistema orçamental.** A melhoria contínua nas previsões, cálculo de custos, contabilidade, análise de dados, contratação pública, avaliação de projetos e gestão financeira reforçará o controlo das despesas e a análise de políticas. Os sistemas digitais devem funcionar com controlos adequados em matéria de validação, segurança, auditoria e prestação de contas.

Acompanhamento e o próximo ciclo orçamental

- 2.81. As reformas de 2027 estabelecem as bases para um ciclo orçamental contínuo, no qual as decisões atuais influenciam as linhas de base futuras e a experiência de implementação orienta as decisões subsequentes.** O progresso deve ser avaliado comparando as previsões com os resultados, as dotações com as despesas e os resultados esperados com a execução efetiva. Estes dados devem servir de base para as futuras linhas de base, propostas políticas e melhorias institucionais.

Conclusão

- 2.82. O Orçamento de 2027 estabelece um quadro mais integrado para articular a política governamental, a sustentabilidade financeira a médio prazo, as dotações anuais, a implementação e os resultados.** As Estimativas Futuras proporcionam visibilidade sobre os compromissos contínuos, os Ajustes de Despesas de Referência atualizam de forma transparente os requisitos das políticas existentes e o processo PPG identifica separadamente as alterações políticas significativas. O Orçamento por Programas, o DBFTL, o FMIS e os Planos de Ação Anuais fornecem, então, a arquitetura para traduzir estas decisões em implementação e monitorização.
- 2.83. A reforma é, portanto, mais abrangente do que uma simples alteração na documentação orçamental.** O seu objetivo é reforçar a capacidade do Estado para fazer escolhas políticas financeiramente viáveis, implementá-las através de uma estrutura orçamental coerente e utilizar a informação sobre o desempenho para melhorar as decisões

futuras. Isto proporciona uma base mais sólida para a prestação de serviços, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade orçamental a longo prazo.

3. Política Orçamental

Esta secção analisa o desempenho orçamental recente, explica os limites máximos das despesas e apresenta a dotação orçamental para 2027. Destaca a abordagem do Governo para melhorar a execução orçamental, controlar as despesas e alinhar os recursos com as prioridades nacionais.

Revisão e Limite Máximo das Despesas

Desempenho Orçamental

- 3.1. Esta secção apresenta uma visão geral da execução orçamental para o período de 2021 a 2026. A análise incide sobre os valores orçamentais e de execução da Administração Central e da RAEOA, que incluem transferências do Estado para o Fundo de Segurança Social. Este representa o montante total que o governo financiou anualmente através de receitas domésticas, saldos de caixa, recursos externos (empréstimos e subvenções) e retiradas de Fundo Petrolífero.
- 3.2. O orçamento anual final para a Administração Central e a RAEOA aumentou 16%, passando de 2.020 milhões de dólares americanos em 2021 para 2.346 milhões de dólares americanos em 2026. Na sequência do Orçamento de Retificação de 2023, o orçamento final foi reduzido para 1.717 milhões de dólares, mas voltou a aumentar 10% em 2024, para 1.890 milhões de dólares, e mais 12% em 2025, para 2.125 milhões de dólares.
- 3.3. Para 2026, aumentou ainda mais 10%, atingindo 2.346 milhões de dólares americanos. Embora este valor seja mais elevado, em parte devido ao processo de retificação na sequência da crise energética global, o orçamento inicial para 2026, de 2.245 milhões de dólares americanos, já representava o nível mais elevado alcançado na história recente do país.
- 3.4. Durante o mesmo período, o governo melhorou substancialmente a sua taxa de execução orçamental, passando da taxa mais baixa de 72 % em 2021 para um pico de 88 % em 2023 e 2024, antes de recuar para 86 % em 2025. Prevê-se que a execução para 2026 atinja os 86 %, o que corresponderia à despesa em dinheiro mais elevada dos últimos seis anos.

Tabela 28. Principais valores orçamentais 2021-2026 – Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões

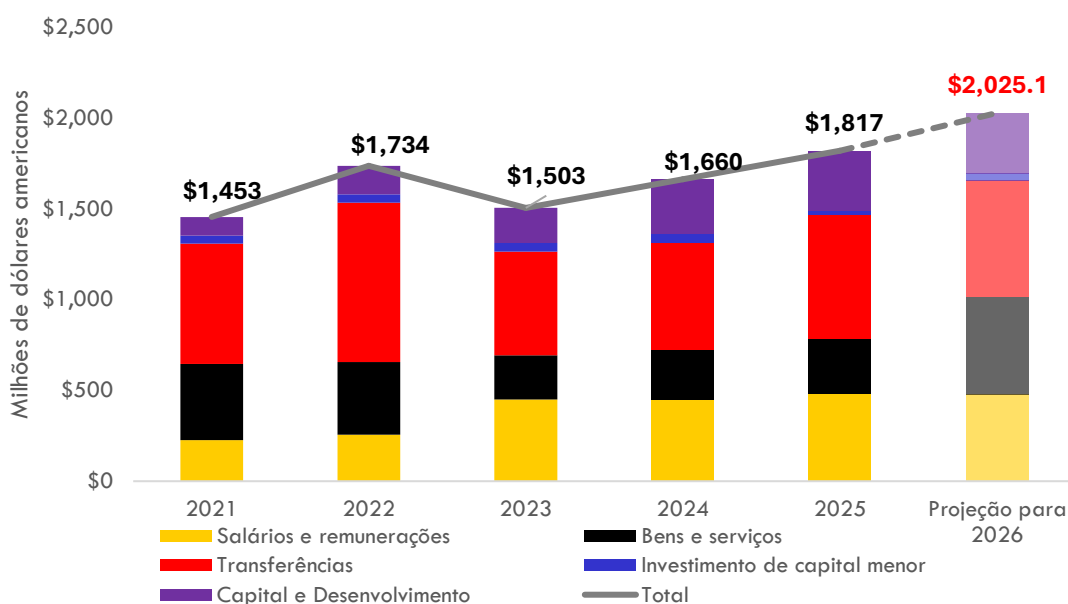
Categoria	2021	2022	2023	2024	2025	2026P
Orçamento inicial	1.895	1.885	1.920	1.890	2.125	2.245
Orçamento final	2.020	2.199	1.717	1.890	2.125	2.346
Despesas em dinheiro	1.453	1.734	1.503	1.660	1.817	2.025

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025	2026P
Taxa de execução %	72 %	79%	88	88	86%	86%

Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 3.5. A despesa anual executada do governo aumentou 25% entre 2021 e 2025, passando de 1.453 milhões de dólares para 1.817 milhões de dólares, e prevê-se que atinja 2.025 milhões de dólares em 2026.
- 3.6. Na sequência de uma baixa execução em 2021 devido ao início da pandemia da COVID-19, as despesas aumentaram 19% em 2022. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento das despesas com transferências. A despesa efetiva mais elevada durante o período registou-se em 2025, com 1.817 milhões de dólares, ultrapassando o pico anterior de 1.734 milhões de dólares em 2022, e prevê-se que atinja um novo pico em 2026, de 2.025 milhões de dólares, atingindo o nível mais elevado da história recente do país.
- 3.7. Como mostra o gráfico abaixo, as despesas correntes (que são salários e vencimentos, bens e serviços e transferências) dominaram o período, representando 90% da despesa total em 2021. A parcela das despesas de capital subiu de 10% em 2021 para 16% em 2023, 21% em 2024 e 19% em 2025, refletindo a prioridade do IX Governo Constitucional ao desenvolvimento e crescimento económicos. Em 2026, prevê-se uma redução para 18%, sobretudo devido à execução de 174 milhões de dólares americanos em bens e serviços para a aquisição de reservas de combustível, no contexto da crise energética global.

Figura 24. Despesas Públicas Globais 2021-2026, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 3.8. Os valores acima são montantes consolidados e, por conseguinte, não incluem transferências da Administração Central para a RAEOA. Por exemplo, em 2026, a Administração Central transferirá 30 milhões de dólares para a RAEOA, o que significa que, de acordo com a projeção atual, a despesa não consolidada para o ano atingirá 2.055 milhões de dólares. Isto é explicado mais claramente na tabela abaixo.

Tabela 29. Valores de execução da Administração Central e da RAEOA, em US\$ milhões

Despesas por categoria	2021	2022	2023	2024	2025	Projeção para 2026
Salários e vencimentos	226	256	449	447	479	477
Bens e serviços	418	399	243	274	305	534
Total de transferências	663	876	571	592	680	641
<i>Das quais transferências para a RAEOA</i>	29	5	0	0	10	30
Capital Menor	44	46	48	47	25	40
Capital e Desenvolvimento	103	157	192	300	327	333
Total de despesas não consolidadas	1.482	1.739	1.503	1.660	1.827	2.055
Despesas consolidadas (deduzidas as transferências para a RAEOA)	1.453	1.734	1.503	1.660	1.817	2.025

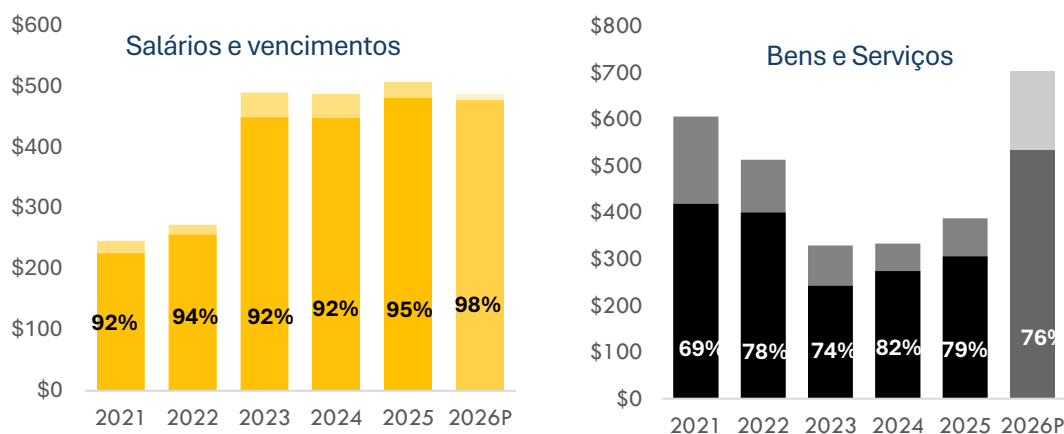
Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 3.9. Analisando as despesas correntes com mais pormenor, os gráficos abaixo mostram uma taxa de execução relativamente elevada e estável para os salários e vencimentos. Por outro lado, as taxas de execução para bens e serviços registaram variações significativas nos últimos cinco anos.
- 3.10. Os gráficos mostram também uma grande diminuição nas despesas com bens e serviços em 2023, enquanto as despesas com salários e vencimentos aumentaram de 256 milhões de dólares para 449 milhões de dólares. Isto deve-se, em parte, às novas contratações realizadas pelo novo governo em 2024, ao passo que as despesas com bens e serviços foram reduzidas no âmbito dos esforços de consolidação orçamental. No entanto, o principal fator por detrás desta evolução foi a reclassificação das categorias económicas, que resultou na transferência de vários itens das categorias de Bens e Serviços e Transferências para a categoria de Salários e Vencimentos.
- 3.11. Antes de 2023, as despesas com consultores nacionais e internacionais figuravam na categoria “Bens e Serviços”. A partir de 2023, estas despesas passaram para a categoria “Salários e Vencimentos”. Vários itens relacionados com viagens e subsídios dos

funcionários também foram transferidos da categoria “Bens e Serviços” para a categoria “Salários e Vencimentos” em 2023. Por fim, antes de 2023, a contribuição do Estado, na qualidade de empregador, para o Fundo de Segurança Social figurava na categoria de transferências. Esta passou para a categoria de “Salários e Vencimentos” em 2023.

- 3.12. Desde 2023, as despesas com Bens e Serviços continuaram a aumentar, particularmente no orçamento de 2026. A dotação aumentou mais de 82% em comparação com 2025. Parte deste aumento pode ser explicada por novas despesas relacionadas com a PNTL, a adesão à ASEAN e outras necessidades operacionais. No entanto, parte do aumento poderá também refletir um orçamento excessivo e pode não ser totalmente executado durante o ano fiscal, com uma taxa de execução prevista de 76%. Contudo, o montante total executado será quase certamente superior ao de 2025, devido à aquisição de combustível no valor de 174 milhões de dólares americanos, totalmente executada no âmbito do orçamento retificado.

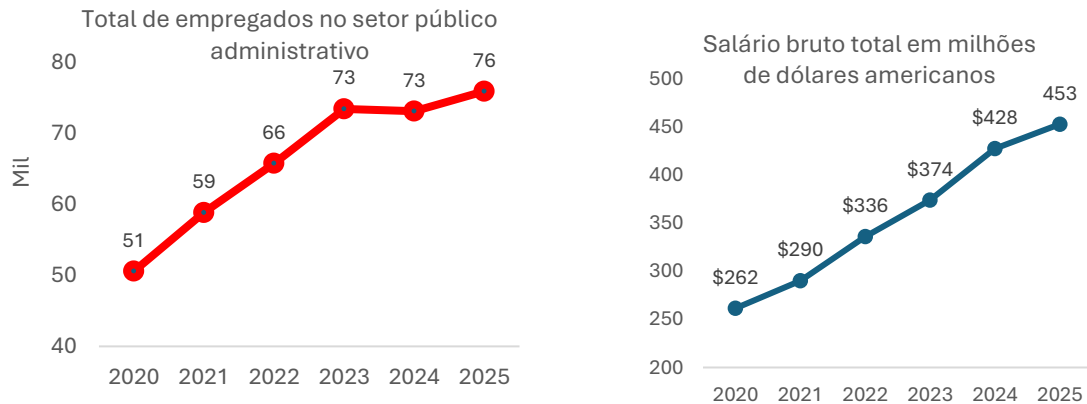
Figura 25. Valores orçamentais e de execução relativos a salários e vencimentos e bens e serviços, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 3.13. Como os dados salariais anteriores e posteriores a 2023 não são diretamente comparáveis devido a alterações no plano de contas, a folha de pagamentos oferece uma base mais consistente para avaliar o emprego público. As despesas aumentaram de 262 milhões de dólares americanos em 2020 para um valor estimado de 453 milhões em 2025, um crescimento de cerca de 73% em cinco anos. Embora o número de funcionários públicos tenha aumentado acentuadamente a partir de 2020, estabilizou sob o atual Governo, em parte devido ao congelamento das contratações. A massa salarial, contudo, manteve um ritmo de crescimento semelhante, refletindo parcialmente a maior qualificação e remuneração média dos novos contratados.

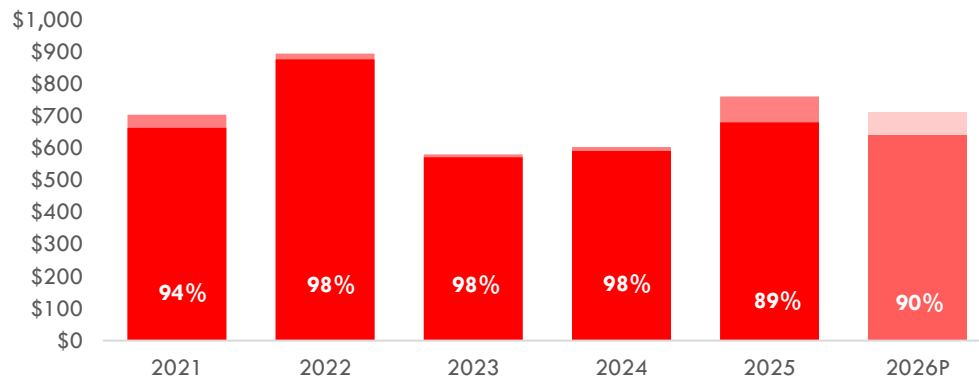
Figura 26. Dados relativos à folha de pagamentos, às despesas e ao número de funcionários



Fonte: Folha de Pagamentos, Ministério das Finanças, setembro de 2026

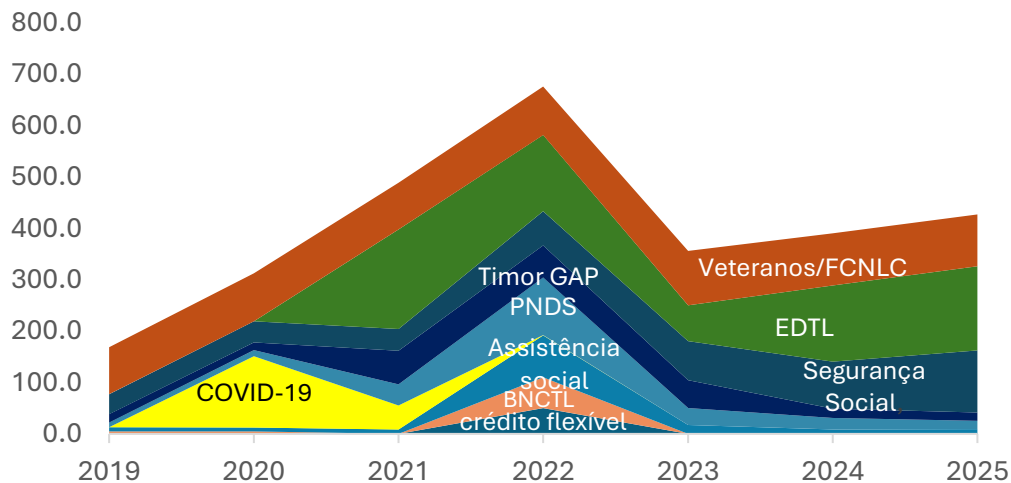
- 3.14. As transferências aumentaram significativamente durante o período da COVID-19, atingindo quase 900 milhões de dólares americanos em 2022. Este aumento deveu-se principalmente aos programas de assistência social introduzidos durante a pandemia e às transferências para entidades públicas, incluindo a criação da EDTL e da BTL em 2020.
- 3.15. O Orçamento Retificado de 2023 reduziu significativamente as despesas com transferências. As transferências mantiveram-se relativamente baixas em 2024, mas voltaram a aumentar em 2025, principalmente devido a um grande aumento nas transferências destinadas aos veteranos. O Orçamento Retificado de 2026 reduziu a dotação em comparação com 2025, embora o nível continue a ser substancialmente superior ao de 2024. Em termos de execução orçamental, as transferências têm registado, de um modo geral, taxas de execução elevadas nos últimos cinco anos, exceto em 2020, quando a execução foi afetada pela pandemia da COVID-19, e em 2025 e 2026, conforme as projeções atuais, quando a execução tem sido afetada por questões administrativas relacionadas com a lista de veteranos.

Figura 27. Transferências: Orçamento e Execução, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões



Fonte: Government Resource Planning (GRP), Ministério das Finanças, junho de 2026

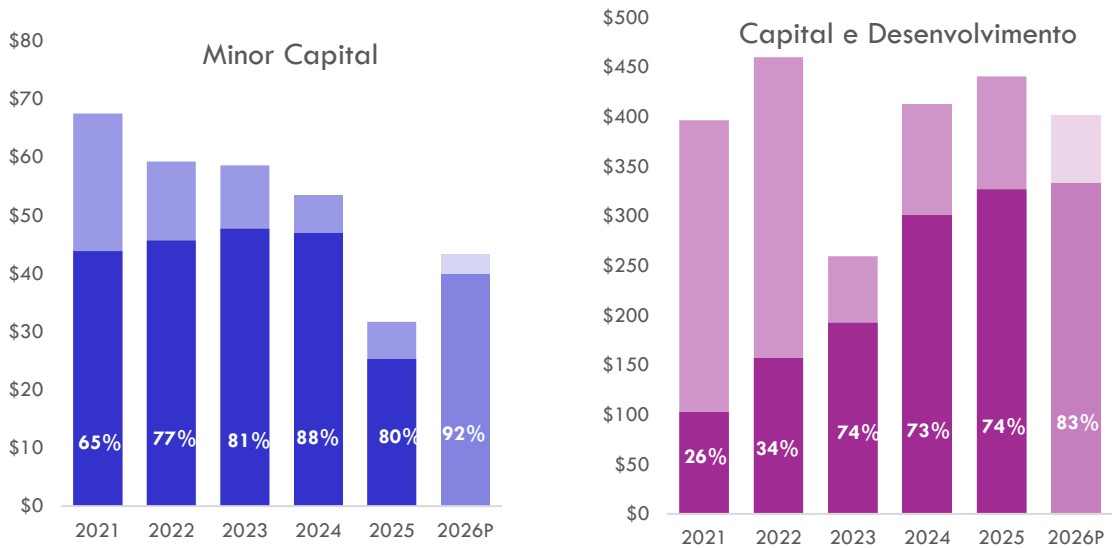
Figura 28. 90 % das despesas com transferências 2020-2025, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões



Fonte: Government Resource Planning (GRP), Ministério das Finanças, junho de 2026

- 3.16. A Figura 28 mostra os principais fatores que impulsionam as despesas com transferências. As principais rubricas de transferências representaram mais de 60% do total das despesas com transferências em cada ano, de 2020 a 2025. Esta concentração indica que um número relativamente pequeno de programas de transferências exerce uma influência significativa nas tendências gerais das despesas.
- 3.17. As despesas de capital e de desenvolvimento aumentaram globalmente entre 2021 e 2025, tanto em termos de dotação como de despesas efetivas. No entanto, as despesas de capital e de desenvolvimento continuaram a registar as taxas de execução mais fracas e mais variáveis entre todas as categorias económicas, com uma taxa média de execução de 56 % entre 2021 e 2025. Isto sugere deficiências persistentes na preparação de projetos, nos processos de adjudicação, no planeamento da implementação e na gestão de contratos.
- 3.18. No entanto, as despesas efetivas têm aumentado de forma consistente todos os anos desde 2021. Em 2026, a dotação de capital é inferior devido à redução da dotação para o Fundo de Infraestruturas após o Orçamento Retificativo, mas as despesas projetadas de 333 milhões de dólares americanos permanecem ligeiramente acima do nível de 2025.

Figura 29. Orçamento e execução das despesas de capital, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões



Fonte: Government Resource Planning (GRP), Ministério das Finanças, junho de 2026

3.19. A tabela abaixo apresenta uma visão geral do desempenho orçamental em 2026, bem como a variação entre o orçamento inicial e o orçamento atual. A principal alteração do orçamento inicial para o atual é um aumento de 229,0 milhões de dólares americanos em bens e serviços, refletindo em grande parte a aquisição de reservas de combustível, parcialmente compensado por reduções de 78,8 milhões de dólares americanos em transferências e de 58,7 milhões de dólares americanos em capital e desenvolvimento. Prevê-se que a despesa total executada atinja o nível mais elevado dos últimos cinco anos.

Tabela 30. Orçamento e despesas, valores reais e previsões em setembro de 2026, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões

Categoria económica	OGE original de 2026	OGE atual de 2026	Compromisso a 1 de setembro	Obrigações a 1 de setembro	Despesas executada em dinheiro a 1 de setembro	Despesas executa em dinheiro previstas
Salários e vencimentos	482,7	487,5	0,4	0,2	343,0	477,2
Bens e serviços	473,3	702,3	48,7	68,8	340,2	534,1
Transferências	789,9	711,1	41,6	67,0	438,0	641,1
Capital menor	38,9	43,7	20,2	13,1	3,3	39,8

Capital e Desenvolvimento	459,8	401,1	46,1	60,1	177,4	332,8
Total consolidado da Administração Central e RAEOA	2.244,7	2.345,8	157,0	209,2	1.302,0	2.025,1

Fonte: Dados reais do GRP, Ministério das Finanças; projeções da Direção-Geral do Orçamento e da Política, DGPO, Ministério das Finanças, setembro de 2026

Dotação Orçamental para 2027

- 3.20. Esta secção apresenta uma visão geral da Estratégia Orçamental para 2027 relativa à Administração Central e à RAEOA. A dotação total para o orçamento consolidado de 2027 é de 2,506 mil milhões de dólares americanos. Isto representa um aumento de 12% em comparação com o orçamento inicial para 2026.
- 3.21. A tabela abaixo apresenta o orçamento para 2026 e 2027, categorizado por classificação económica. Esta classificação divide as despesas públicas com base na sua finalidade económica e consiste em despesas correntes e de capital. O maior aumento, que atinge 16%, diz respeito a bens e serviços, enquanto as despesas de capital menores registam uma diminuição de 24%.
- 3.22. Mais de 40% do aumento deve-se a uma dotação 14% superior para transferências, resultante, nomeadamente, da dotação mais elevada atribuída ao Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para financiar despesas de capital relacionadas com a participação da Timor Gap nos campos de Kuda Tasi e Jahal, com receitas estimadas não descontadas de 198 milhões de dólares americanos ao longo de cinco anos.
- 3.23. A dotação para salários e vencimentos aumenta 8%. Isto reflete a pressão ascendente sobre os salários decorrente tanto do recrutamento como dos aumentos salariais. Outras pressões incluem os preparativos para as eleições presidenciais, bem como as próximas reuniões de alto nível da CPLP e da ASEAN.

Tabela 31. Comparação entre o Orçamento de 2026 e o Orçamento de 2027 por Classificação Económica, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões

Classificação económica	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
Salários e vencimentos	482,7	520,7	8%
Bens e serviços	473,3	548,5	16%
Transferências Públicas	789,9	901,2	14%
Capital Menor	38,9	29,5	-24%
Capital e Desenvolvimento	459,8	505,8	10%
Total	2.244,7	2.505,7	12%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

- 3.24. A tabela abaixo apresenta o orçamento para 2026 e 2027 com base na finalidade das despesas, de acordo com a Classificação Internacional das Funções do Governo (COFOG). Este quadro foi desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e publicado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas, podendo ser aplicado às despesas públicas e à aquisição líquida de ativos não financeiros. A COFOG facilita a análise comparativa das dotações orçamentais ao longo do tempo ou entre países e regiões e reforça a capacidade do governo para analisar a eficiência da afetação de recursos e para monitorizar e avaliar eficazmente os programas governamentais.

Tabela 32. Orçamento de 2026 e 2027 por COFOG, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões

Categoria COFOG	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
Serviços Públicos Gerais	337,7	373,3	11%
Defesa	59,1	57,8	-2%
Ordem Pública e Segurança	122,0	139,8	15%
Assuntos Económicos	845,4	956,9	13%
Proteção Ambiental	6,2	6,6	7%
Habitação e Infraestruturas Coletivas	93,0	182,9	97%
Saúde	156,5	182,6	17%
Lazer, Cultura e Religião	42,0	38,4	-9%
Educação	175,2	194,2	11%
Proteção social	407,6	373,2	-8%
Total	2.244,7	2.505,7	12%

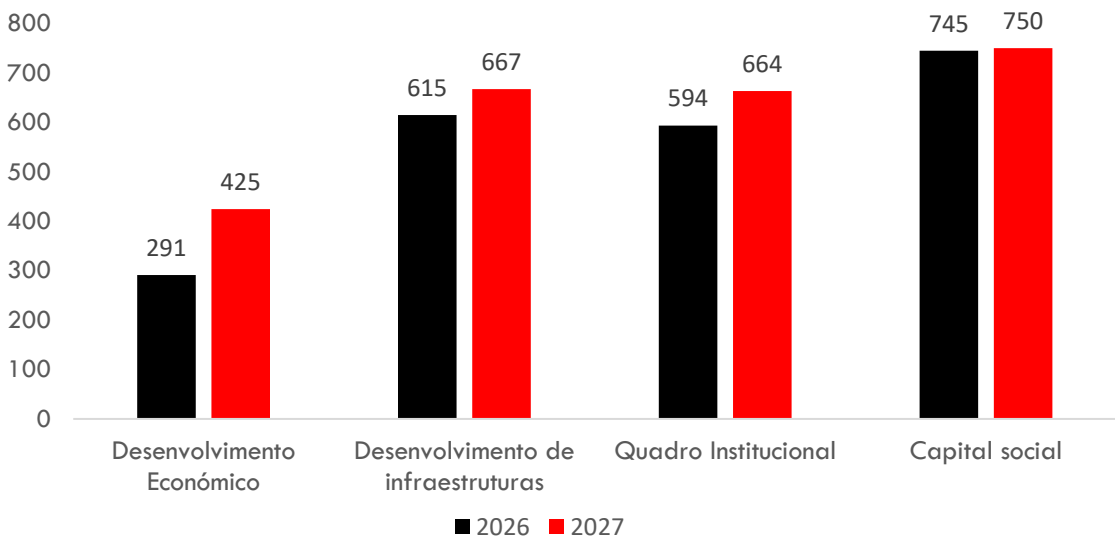
Fonte: Ministério das Finanças

- 3.25. Outra forma de apresentar o orçamento nacional consiste na repartição por pilares, de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste para 2011-2030²⁷.

²⁷ <https://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Timor-Leste-Strategic-Plan-2011-20301.pdf>

3.26. Conforme ilustrado no gráfico e na tabela abaixo, a maior parte do aumento orçamental entre 2026 e 2027 deve-se a uma dotação adicional de 133 milhões de dólares americanos para o pilar do Desenvolvimento Económico, incluindo um aumento de 119% no subsector do petróleo, parcialmente compensado por uma redução de 44% no investimento do setor privado. Isto corresponde a aproximadamente 193 milhões de dólares americanos destinados à Timor Gap e ao Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para o desenvolvimento dos campos de Kuda Tasi e Jahal. Assim, os aumentos mais significativos no orçamento visam diretamente dois investimentos de longo prazo que promovem o crescimento económico e a prosperidade.

Figura 30. Orçamento de 2026 e Orçamento de 2027 por PED, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões



Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

Tabela 33. Orçamento de 2026 e Orçamento de 2027 por Subsectores do PED, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões

Setor do Plano de Desenvolvimento Estratégico	Subsector do Plano Estratégico de Desenvolvimento	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
Desenvolvimento Económico	Agricultura	31,2	37,8	21%
	Ambiente	1,9	1,8	-5%
	Petróleo	139,2	305,0	119%
	Investimento do setor privado	90,5	50,7	-44%
	Investimento do setor privado e desenvolvimento rural	13,5	12,8	-5%

Setor do Plano de Desenvolvimento Estratégico	Subsector do Plano Estratégico de Desenvolvimento	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
	Desenvolvimento rural	4,8	3,3	-30%
	Turismo	10,0	13,1	31%
Desenvolvimento de infraestruturas	Agricultura e Pesca	7,1	10,0	41%
	Aeroportos	44,5	33,6	-24%
	Eleticidade	136,5	157,6	15%
	Finanças	2,4	2,0	-17%
	Execução de grandes projetos (fundos de infraestruturas)	6,3	9,5	50%
	Desenvolvimento institucional	29,5	22,9	-22%
	Conceção e Supervisão de Novos Projetos	0,4	0,4	-2%
	Edifícios públicos	6,5	4,2	-35%
	Estradas e pontes	307,6	345,7	12%
	Portos marítimos	5,2	6,1	17%
	Segurança e Defesa	0,7	0,4	-49%
	Telecomunicações	12,2	10,4	-15%
	Transportes	1,0	1,9	90%
	Desenvolvimento urbano e rural	34,7	39,3	13%
	Água e Saneamento	20,1	23,5	17%
Quadro institucional	Defesa	59,5	60,7	2%
	Relações Exteriores	31,9	36,4	14%
	Justiça	31,1	36,2	16%
	Agência Nacional de Desenvolvimento e Agência de Política Económica e Investimento (Fundos de Infraestruturas)	0,2	0,2	18%

Setor do Plano de Desenvolvimento Estratégico	Subsector do Plano Estratégico de Desenvolvimento	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
	Gestão do Setor Público e Boa Governança	400,8	452,1	13%
	Segurança	70,1	78,0	11%
Capital social	Cultura e património	33,3	32,8	-2%
	Educação e Formação	201,0	209,1	4%
	Saúde	128,1	152,0	19%
	Inclusão social	383,0	356,3	-7%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças

- 3.27. A tabela seguinte apresenta a dotação orçamental com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são 17 objetivos globais definidos pelas Nações Unidas para dar resposta a desafios como a pobreza e as alterações climáticas.
- 3.28. Em comparação com o orçamento inicial de 2026, o orçamento proposto para 2027 dá especial ênfase ao crescimento económico a longo prazo, com um aumento de 119% no financiamento destinado ao Objetivo 8, relacionado com o crescimento inclusivo e sustentável, e um aumento de 28% na dotação para o Objetivo 9, relacionado com o desenvolvimento de infraestruturas. Isto demonstra o compromisso do governo em garantir que todas as despesas adicionais sejam direcionadas para lançar as bases de um desenvolvimento económico mais resiliente.

Tabela 34. Orçamento de 2026 e Orçamento de 2027 por ODS, Administração Central e RAEOA, em US\$ milhões

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo	1,9	1,4	-29%
Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável	31,6	40,2	27%
Objetivo 3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	132,6	141,3	7
Objetivo 4. Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	201,7	208,4	3
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas	370,2	345,5	-7%
Objetivo 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos	17,3	22,0	27%
Objetivo 7. Garantir o acesso a energia a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos	127,4	133,2	5%
Objetivo 8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	146,3	320,5	119%
Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	315,9	404,9	28%
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	105,9	97,3	-8%
Objetivo 12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis	78,1	24,0	-69%

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Orçamento Original de 2026	Orçamento proposto para 2027	Variação percentual
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos	2,3	2,2	-4%
Objetivo 14. Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	0,7	0,2	-78%
Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade	0,1	0,2	139%
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis	711,1	763,9	7
Objetivo 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável	1,4	0,6	-57%
Total	2.244,7	2.505,7	12%

Fonte: DBFTL, Ministério das Finanças *O orçamento não inclui uma dotação para o ODS 10 (reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles).

Perspetivas de Despesas a Médio Prazo

- 3.29. Durante o processo orçamental de junho de 2026, o Conselho de Ministros aprovou uma nova abordagem à elaboração do orçamento. Ao abrigo da reforma, o orçamento deve ser planeado ao longo de cinco anos, com uma base de referência para os custos das políticas existentes estabelecida através de estimativas prospectivas. Isto significa que o orçamento deixará de ser revisto na sua totalidade todos os anos através de uma abordagem de orçamentação de base zero. Em vez disso, o processo orçamental anual centrar-se-á principalmente em novas políticas e iniciativas que estejam alinhadas com as prioridades do Governo e planeadas ao longo do período de cinco anos. Para 2027, o Governo identificou 27 Prioridades Políticas do Governo (PPG), das quais 19 foram aprovadas para a atribuição de financiamento adicional, na sequência da apreciação pela Comissão de Revisão de Políticas, em agosto de 2026.
- 3.30. Na sequência da introdução deste processo, o Governo pode avaliar o custo orçamental da implementação de novas políticas, a par do custo da manutenção das políticas existentes, ao longo de um período de cinco anos. As estimativas de custos resultantes são apresentadas nas Tabelas 35 e 36. Uma vez que incluem o Fundo de Segurança Social (INSS), os totais nestas tabelas são superiores ao orçamento consolidado de 2.505,7 milhões de dólares americanos para a Administração Central e a RAEOA, apresentado nas Tabelas 31 a 34.
- 3.31. Prevê-se que as políticas atuais, no seu conjunto, resultem num nível relativamente elevado de despesas em 2027, impulsionado por pressões significativas sobre as despesas associadas às eleições presidenciais, à reunião da CPLP e aos compromissos relacionados com a ASEAN. No entanto, o aumento das dotações também apoia a diversificação económica, o que se espera que reforce a geração de receitas e a sustentabilidade orçamental a médio prazo. Consequentemente, prevê-se que as despesas diminuam gradualmente ao longo dos próximos cinco anos, à medida que novas fontes de receitas se concretizem e as medidas de eficiência administrativa avancem.

Tabela 35. Perspetivas de despesas a médio prazo, Administração Central, RAEOA e Segurança Social, em US\$ milhões

Subsectores do Governo	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P
Administração Central	2.487,4	2.308,3	2.051,8	1.918,6	1.913,6
RAEOA	56,1	53,8	53,9	53,9	54,3
INSS	186,6	187,3	195,2	204,4	213,5
Total AC+RAEOA+SS não consolidado	2.730,1	2.549,5	2.301,0	2.176,9	2.181,4
Total AC+RAEOA+SS consolidado	2.568,5	2.373,2	2.116,5	1.983,7	1.979,0

Fonte: Ministério das Finanças

Tabela 36. Perspetivas de despesas a médio prazo por COFOG, Administração Central, RAEOA e Segurança Social, em US\$ milhões

Categoria COFOG	2027	2028P	2029P	2030P	2031P
Serviços Públicos Gerais	424,2	393,2	393,9	381,9	380,7
Defesa	57,8	55,5	54,6	54,8	55,0
Ordem Pública e Segurança	139,8	130,0	122,5	120,0	119,3
Assuntos Económicos	956,9	935,2	678,4	567,5	568,8
Proteção Ambiental	6,6	7,8	9,6	7,9	3,3
Habitação e Infraestruturas Coletivas	182,9	95,0	94,2	86,0	78,2
Saúde	182,6	164,3	163,5	159,8	159,5
Lazer, Cultura e Religião	38,4	34,3	33,1	31,8	31,4
Educação	194,2	179,8	178,5	174,2	170,4
Proteção social	385,1	378,1	388,3	399,9	412,3
Total AC+RAEOA+SS consolidado	2.568,5	2.373,2	2.116,5	1.983,7	1.979,0

Fonte: Ministério das Finanças

Marcadores orçamentais

- 3.32. O governo continua a demonstrar o seu compromisso com a transparência e a responsabilização orçamentais, como evidenciado pelos seus esforços para promover a boa governação e a gestão fiscal responsável, que visam melhorar o processo orçamental no contexto mais amplo da gestão das finanças públicas.
- 3.33. Para além de manter e melhorar os quatro indicadores orçamentais já estabelecidos, nomeadamente, género, infância, nutrição e clima, os dois indicadores introduzidos em 2026, deficiência e economia azul, continuam a ser aplicados em 2027. Isto representa uma mudança significativa no compromisso do governo com a boa governação, a transparência e a gestão fiscal responsável, ao mesmo tempo que aborda questões transversais que contribuem para o crescimento económico e a inclusão.

Marcador de Género

- 3.34. O sistema de Marcadores de Género consiste em três marcadores distintos, cada um concebido para permitir uma avaliação abrangente das dotações orçamentais em termos da

sua sensibilidade às questões de género e do seu alinhamento com o compromisso do governo para com a igualdade de género e a redução das disparidades. A definição de cada marcador é apresentada na tabela abaixo:

N.º	Marcador	Definição
1	Principal (P)	Esta categoria aplica-se a atividades em que o principal resultado esperado é a redução da desigualdade de género e a promoção da inclusão social. Trata-se de intervenções concebidas explicitamente para promover objetivos relacionados com o género
2	Significativo (S)	Esta categoria indica que uma atividade foi concebida, na sequência de uma análise de género, para ter um impacto significativo e positivo no programa e subprograma do ministério, contribuindo para a igualdade de género e a inclusão social. Estas intervenções têm um objetivo de género claro, mas secundário.
3	Não direcionada (NT)	Esta categoria aplica-se a atividades que não foram concebidas com base numa análise de género e cujo objetivo principal não aborda, direta ou indiretamente, as necessidades e preocupações de grupos vulneráveis e marginalizados.

Tabela 37. Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador de Género, 2027

Marcador de Género	Dotação 2027 (US\$)
Principal [P]	14.765.088
Significativo [S]	5.983.260
Total	20.748.348

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2026

- 3.35. O Marcador de Género de 2027 regista 20,7 milhões de dólares americanos em dotações, dos quais 14,8 milhões de dólares americanos se destinam a intervenções principais que se centram diretamente na igualdade de género e 6,0 milhões de dólares americanos a iniciativas em que o género é um objetivo importante, mas secundário. Estes investimentos abrangem a proteção social, a saúde reprodutiva, a consolidação da paz, a agricultura, as infraestruturas e o empoderamento dos jovens, refletindo um forte compromisso com a promoção dos direitos, do empoderamento e da inclusão das mulheres. Embora se tenham registado progressos, são necessários mais esforços para reforçar a igualdade de género em todos os setores.

Marcador de Nutrição

- 3.36. Para o ciclo de planeamento e orçamentação do ano fiscal de 2027, a Marcação Orçamental para a Nutrição (NBT) será implementada em duas categorias distintas ao nível das atividades, visando intervenções destinadas a erradicar a desnutrição e o atraso no crescimento na população.

N.º	Marcador	Definição
1	Intervenções específicas em matéria de nutrição (NE)	Atividades cujo objetivo principal é melhorar os resultados nutricionais, tais como o tratamento de crianças malnutridas, a suplementação vitamínica ou campanhas de sensibilização para a nutrição.
2	Intervenções sensíveis à nutrição (NS)	Atividades que não se centram principalmente na nutrição, mas que têm um impacto significativo nos resultados nutricionais, tais como programas de alimentação escolar, projetos WASH ou diversificação agrícola que melhora a qualidade da alimentação.

Tabela 38. Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador de Nutrição, 2027

Marcador de nutrição	Dotação para 2027 (US\$)
Intervenções específicas em matéria de nutrição (NE)	22.744.288
Intervenções sensíveis à nutrição (NS)	125.071.885
Total	147.816.173

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2026

- 3.37. O Marcador de Nutrição de 2027 regista 147,8 milhões de dólares americanos em dotações, dos quais 22,7 milhões de dólares americanos se destinam a intervenções específicas em matéria de nutrição que proporcionam melhorias diretas e mensuráveis na qualidade da alimentação, no crescimento infantil e na saúde. O Ministério da Saúde lidera com serviços essenciais de nutrição, cuidados de saúde primários, nutrição clínica, saúde materna e neonatal e ações de sensibilização comunitária. As despesas sensíveis à nutrição, no valor de 125,1 milhões de dólares americanos, apoiam atividades a nível de todo o sistema, tais como programas municipais e pré-escolares de alimentação, iniciativas de segurança alimentar baseadas na agricultura e campanhas de promoção da saúde. Em conjunto, estes investimentos reforçam as plataformas de prestação de serviços e amplificam os resultados em matéria de nutrição, contribuindo para a estratégia de capital humano do Governo e salvaguardando recursos para programas de nutrição de elevado impacto.

Marcador da Criança

- 3.38. O Marcador da Criança é composto por três categorias distintas, cada uma concebida para avaliar em que medida os direitos das crianças são priorizados ao nível das atividades. Estas categorias servem de orientação crucial para garantir que os recursos orçamentais são efetivamente alocados de forma a promover o bem-estar e os direitos das crianças:

N.º	Marcador	Definição
1	Específico (S)	Esta categoria aplica-se a atividades cujo objetivo principal é contribuir diretamente para os direitos das crianças, tais como vacinação, programas de educação na primeira infância ou serviços de proteção à infância.
2	Alargado (E)	Esta categoria aplica-se a atividades que beneficiam principalmente a população em geral, mas que também fornecem bens e serviços com um impacto significativo e mensurável nas crianças. Exemplos incluem projetos de saneamento público que melhoram a saúde da comunidade, incluindo a das crianças.
3	Indireto (I)	Esta categoria refere-se a atividades que têm uma contribuição ampla e indireta para o desenvolvimento e o bem-estar das crianças, tais como projetos de infraestruturas nacionais ou a administração pública em geral

Tabela 39. Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador da Criança, 2027

Marcador da Criança	Dotação 2027 (US\$)
Específico [S]	74.320.245
Alargada [E]	198.352.226
Total	272.672.471

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2026

- 3.39. O Marcador da Criança de 2027 apresenta um orçamento total de 272,7 milhões de dólares americanos, dos quais 74,3 milhões de dólares americanos estão classificados como específicos [S] e 198,4 milhões de dólares americanos como expandidos [E]. Isto reflete uma correspondência mais estreita entre os objetivos do programa e a classificação, atribuindo maior peso às intervenções com impacto direto e mensurável nos resultados relativos às crianças. As dotações específicas dão prioridade aos serviços em sala de aula e aos programas de proteção social, como a Bolsa da Mãe, enquanto as atividades expandidas incluem grandes programas de saúde e WASH que apoiam indiretamente o bem-estar das crianças. Em conjunto, estas dotações reforçam o alinhamento com as prioridades em matéria de capital humano, melhoram a relação custo-eficácia e aumentam a credibilidade dos relatórios orçamentais sobre as despesas centradas nas crianças.

Marcador Climático

- 3.40. O Marcador Climático consiste em três categorias distintas, cada uma concebida para avaliar em que medida a mitigação das alterações climáticas, a resiliência climática e a utilização sustentável dos recursos naturais são priorizadas ao nível das atividades.

N.º	Marcador	Definição
1	Adaptação (A)	Atividades cujo objetivo principal é produzir resultados climáticos mensuráveis — tais como reflorestação, gestão de bacias hidrográficas, infraestruturas resilientes e projetos de energias renováveis.
2	Mitigação (M)	Atividades que não foram concebidas principalmente como iniciativas climáticas, mas que apresentam benefícios colaterais significativos para o clima; por exemplo, obras de drenagem que reduzem o risco de inundações ou projetos de transportes e saneamento que incorporam características de resiliência.
3	Adaptação e Mitigação (AM)	Atividades que visam intencionalmente tanto os objetivos de adaptação como os de mitigação, sendo ambos os objetivos explicitamente enunciados e refletidos na conceção da atividade. Nenhum dos objetivos pode ser incidental ou implícito.

Tabela 40. Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador Climático, 2027

Marcador Climático	Dotação 2027 (US\$)
Adaptação [A]	46.888.574
Mitigação [M]	3.821.425
Adaptação e Mitigação [AM]	230.867
Total	50.940.866

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2026

- 3.41. O Marcador Climático de 2027 apresenta um orçamento total de 50,9 milhões de dólares americanos em dotações, dos quais 46,9 milhões se destinam à adaptação, 3,8 milhões à mitigação e 0,2 milhões a atividades que contribuem tanto para a adaptação como para a mitigação. As despesas de elevada relevância centram-se em sistemas de água e saneamento, respostas rodoviárias de emergência, gestão de resíduos sólidos, iniciativas florestais e conservação da biodiversidade, todas diretamente ligadas à resiliência climática e à redução de riscos. O financiamento de relevância média apoia programas de desenvolvimento mais abrangentes com benefícios colaterais para o clima, incluindo projetos de controlo de inundações, drenagem e saneamento municipais, conservação do solo e da água, pesca e aquicultura. Em conjunto, estes investimentos abrangem setores-chave como as obras públicas, as administrações locais, a agricultura, o ambiente e a proteção civil, reforçando os esforços de adaptação, a proteção dos recursos e a preparação para catástrofes.

Marcador da Economia Azul

- 3.42. O Marcador da Economia Azul acompanha sistematicamente o financiamento destinado à gestão e ao desenvolvimento sustentáveis dos recursos marinhos e costeiros, apoiando a

diversificação e a económica, a proteção ambiental e o alinhamento com os objetivos de desenvolvimento nacionais e internacionais. É composto por três categorias distintas:

N.º	Marcador	Definição
1	Específico [S]:	Atividades cujo objetivo principal é promover a Economia Azul, tais como centros de aquicultura, apoio à pesca artesanal, proteção da biodiversidade marinha ou a campanha de sensibilização «Ha'u nia Tasi, Ha'u nia Timor».
2	Alargado [E]:	Atividades fora do âmbito imediato da Economia Azul, mas com benefícios significativos para a mesma, incluindo projetos de saneamento costeiro, infraestruturas de ecoturismo, conservação da biodiversidade e educação ambiental
3	Indireto [I]:	Programas mais abrangentes que não se centram principalmente na Economia Azul, mas que têm relevância indireta, tais como o projeto Tasi Mane, a reabilitação portuária, o desenvolvimento do transporte marítimo e programas de formação profissional que beneficiam as comunidades costeiras.

Tabela 41. Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador da Economia Azul, 2027

Marcador da Economia Azul	Dotação 2027 (US\$)
Específico [S]	14.933.022
Alargada [E]	42.686.710
Indireta [I]	434.971.215
Total	492.590.947

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2026

- 3.43. O Marcador da Economia Azul de 2027 identifica 492,6 milhões de dólares americanos em dotações orçamentais. Embora apenas 14,9 milhões de dólares americanos sejam dedicados a intervenções específicas que promovam diretamente a pesca, a aquicultura e o ordenamento do espaço marítimo, 42,7 milhões de dólares americanos são atribuídos a atividades alargadas que geram benefícios significativos para o clima e para as comunidades através de projetos de recuperação de mangais, ecoturismo e saneamento costeiro. Além disso, é atribuído um financiamento indireto de 435,0 milhões de dólares para apoiar infraestruturas intersectoriais, segurança marítima e programas de formação profissional. Esta distribuição destaca o amplo âmbito da Economia Azul e sublinha a necessidade de uma forte coordenação interministerial para alinhar os investimentos com o desenvolvimento sustentável e a resiliência nacional a longo prazo.

Marcador de deficiência

- 3.44. A par do Marcador da Economia Azul, o IX.º Governo Constitucional introduziu um Marcador da Deficiência na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2026. Este

marcador identifica e acompanha sistematicamente as dotações orçamentais que promovem a inclusão de pessoas com deficiência, em conformidade com os quadros nacionais e internacionais. É composto por três categorias:

N.º	Marcador	Definição
1	Inclusão das Pessoas com Deficiência (principal alvo):	A atividade existe principalmente para eliminar as barreiras à deficiência e promover os direitos, a independência e a participação das pessoas com deficiência — por exemplo, serviços de reabilitação, dispositivos de apoio ou manuais escolares em Braille.
2	Inclusão (neutro):	Uma atividade generalista que incorpora acessibilidade, design universal, adaptações razoáveis ou medidas de participação — por exemplo, salas de aula acessíveis, instalações de saúde inclusivas ou transportes acessíveis.
3	Passiva [P]:	A atividade não tem qualquer objetivo de inclusão de pessoas com deficiência, medida de acessibilidade ou adaptação razoável.

Tabela 42. Distribuição do Orçamento Geral do Estado por Marcador de Deficiência, 2027

Marcador de deficiência	Dotação 2027 (US\$)
Deficiência inclusiva (montante principal destinado)	1.957.260
Inclusão (neutra)	121.265.629
Passivo	129.440.542
Total	252.663.431

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro de 2026

- 3.45. O Marcador de Deficiência de 2027 regista uma dotação total de 252,7 milhões de dólares americanos. Deste montante, 2 milhões de dólares americanos destinam-se a atividades em que a inclusão das pessoas com deficiência é o foco principal, enquanto 121,3 milhões de dólares americanos apoiam atividades gerais que incorporam medidas de acessibilidade e inclusão. Os restantes 129,4 milhões de dólares americanos são classificados como passivos, o que significa que estas atividades não proporcionam o nível de acesso para pessoas com deficiência que deveriam. Embora uma parte substancial do orçamento esteja ligada à inclusão das pessoas com deficiência, as intervenções específicas para este grupo continuam a representar uma proporção muito pequena do total, o que destaca a margem para expandir programas dedicados às pessoas com deficiência em orçamentos futuros.

4. Receitas e Financiamento

Visão Geral das Receitas e do Financiamento

O Orçamento Geral do Estado para 2027 prevê necessidades de financiamento de 2.505,7 milhões de dólares americanos para a Administração Central e a RAEOA. O financiamento provém principalmente de receitas domésticas, levantamentos do Fundo Petrolífero, utilização de saldos de caixa e recursos externos. A estratégia de médio prazo visa aumentar as receitas domésticas, melhorar a execução orçamental, gerir o endividamento de forma prudente e reduzir gradualmente a dependência de levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado (RSE). Esta secção apresenta as principais fontes de financiamento, os pressupostos das projeções e os riscos para as finanças públicas.

Receitas domésticas

Composição das receitas domésticas

- 4.1. As receitas domésticas incluem receitas fiscais e não fiscais cobradas pela Administração Central e pela RAEOA. Os impostos cobrados na RAEOA são entregues à Administração Central, enquanto a RAEOA retém as receitas não fiscais que cobra.
- 4.2. As receitas fiscais dividem-se em impostos diretos e indiretos. As receitas não fiscais incluem rendimentos, taxas e multas, vendas de bens e serviços e outras receitas correntes.
 - **Os impostos diretos** incluem o imposto sobre rendimentos salariais e o imposto sobre rendimentos não salariais.
 - **Os impostos indiretos** incluem direitos aduaneiros, imposto sobre vendas, impostos especiais de consumo e imposto sobre serviços.
 - **Os rendimentos** incluem as rendas de bens do Estado e as receitas de juros.
 - **As taxas e multas** incluem taxas e encargos administrativos relacionados, entre outros, com jogos sociais, estacionamento, passaportes, vistos e transportes, bem como multas de transporte e judiciais. As tabelas orçamentais apresentam a lista completa das taxas e multas previstas para 2027.
 - **As vendas de bens e serviços incluem serviços de impressão, leilões de veículos e vendas realizadas por entidades públicas, como o Museu da Resistência e o Instituto do Bambu.** A lista completa das vendas previstas para 2027 consta da Tabela 4 da Lei do Orçamento.
 - **As outras receitas correntes incluem montantes que não se enquadram nas rubricas e subrubricas existentes.** Os montantes diminuirão após a alteração da classificação económica em 2023 e não estão projetados para 2027 e anos seguintes.

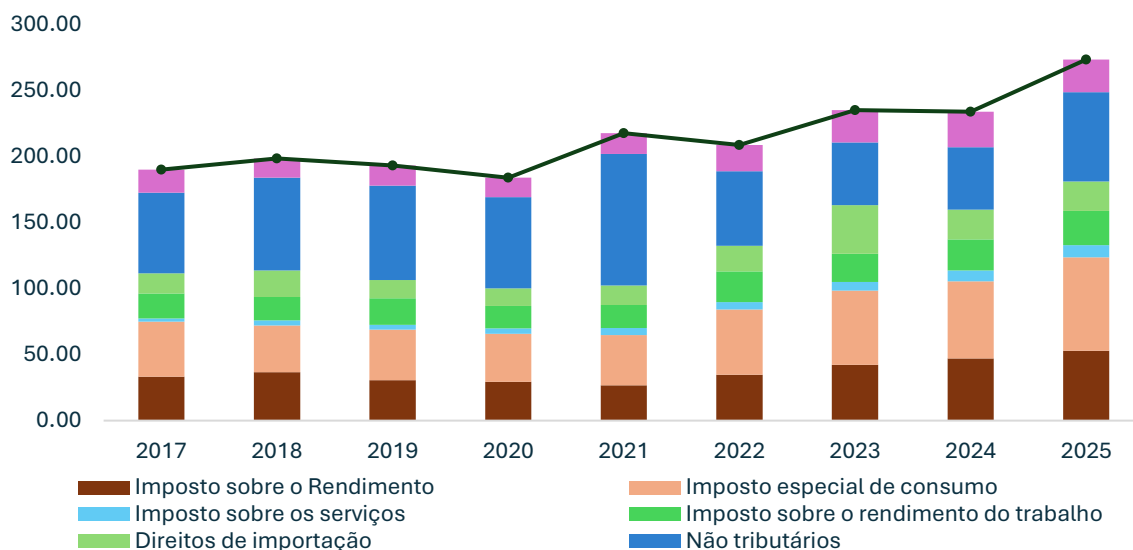
Evolução recente das receitas

- 4.3. A Figura 31 apresenta a evolução das receitas domésticas da Administração Central e da RAEOA entre 2017 e 2025. Neste período, as receitas aumentaram de 189,8 milhões para

273,2 milhões de dólares americanos. Após uma queda em 2019 e 2020, devido à recessão económica, as receitas recuperaram a partir de 2021 e cresceram cerca de 17% em 2025.

- 4.4. Os impostos diretos diminuíram de 54,5 milhões de dólares americanos em 2018 para 44,4 milhões em 2021, antes de aumentarem para 78,7 milhões em 2025. O imposto sobre rendimentos salariais subiu gradualmente de 18,9 milhões de dólares americanos em 2017 para 25,8 milhões em 2025, enquanto o imposto sobre rendimentos não salariais apresentou maiores variações, mas recuperou para 52,9 milhões em 2025.
- 4.5. Os impostos indiretos aumentaram de 76,6 milhões de dólares americanos em 2017 para 127,0 milhões em 2025. Este crescimento foi impulsionado sobretudo pelos impostos especiais de consumo, que subiram de 41,5 milhões para 70,6 milhões, devido ao aumento das taxas entre 2020 e 2023. Os direitos aduaneiros atingiram 36,9 milhões de dólares americanos em 2023, antes de diminuírem para 22,4 milhões em 2025. Nesse ano, o imposto sobre vendas gerou 24,6 milhões e o imposto sobre serviços 9,4 milhões de dólares americanos.

Figura 31. Receitas domésticas da Administração Central e da RAEOA 2017-2025, em US\$ milhões



Fonte: As receitas da Administração Central são cálculos da Direção Nacional de Política Económica com base em dados do Tesouro, Ministério das Finanças. Receitas não fiscais retidas pela RAEOA a partir das Contas Financeiras Consolidadas, Ministério das Finanças, 24 de setembro de 2026. Nota: Os montantes de receitas reportados podem variar ligeiramente consoante a data e a hora da extração dos dados.

- 4.6. As receitas não fiscais variaram entre 61 milhões e 71 milhões de dólares americanos por ano entre 2017 e 2020 e atingiram 99,7 milhões em 2021. Diminuíram para cerca de 47 milhões em 2023 e 2024, após a criação da EDTL e da BTL como empresas públicas, mas recuperaram para 67,5 milhões em 2025. As taxas e multas representaram 44,0 milhões de dólares americanos em 2025, enquanto os rendimentos e as vendas de bens e serviços permaneceram modestos.
- 4.7. Como mostra a Figura 31, as receitas fiscais tornaram-se a principal fonte de crescimento das receitas domésticas, enquanto as receitas não fiscais perderam importância relativa.

Em 2025, os impostos especiais de consumo e os impostos sobre o rendimento representaram uma parcela maior das receitas totais.

Projeções para 2026–2031

- 4.8. Como mostra a Tabela 43, prevê-se que as receitas domésticas diminuam ligeiramente, de 273,2 milhões de dólares americanos em 2025 para 271,4 milhões em 2026. As projeções baseiam-se nas tendências históricas e na cobrança de receitas até à data. Em 2026, prevê-se que o imposto sobre rendimentos não salariais aumente de 52,9 milhões para 58,3 milhões de dólares americanos, enquanto o imposto sobre rendimentos salariais diminua ligeiramente para 24,6 milhões. No conjunto, prevê-se que os impostos sobre bens e serviços aumentem de 126,9 milhões para 129,8 milhões de dólares americanos. As receitas não fiscais da Administração Central deverão diminuir de 62,3 milhões para 52,8 milhões, sobretudo devido à redução das taxas e multas.
- 4.9. A partir de 2027, prevê-se que as receitas domésticas aumentem para 298,6 milhões de dólares americanos e atinjam 365,8 milhões em 2031. Esta projeção pressupõe que os impostos sobre o rendimento cresçam em linha com o PIB e que as receitas não fiscais aumentem com a população e a inflação. Prevê-se também uma recuperação dos direitos aduaneiros e do imposto sobre vendas, apoiada pelo aumento das importações associado às transferências para o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional e à aquisição da reserva de combustível. As projeções para 2028–2031 incluem ainda receitas indicativas do IVA, apresentadas na secção seguinte.

IVA e integração na ASEAN

- 4.10. Como mostra a Tabela 43, as projeções para 2028–2031 incluem receitas indicativas da introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a partir de 2028. No primeiro ano, a receita do IVA está estimada em 70,9 milhões de dólares americanos. A política ainda não está finalizada e será apresentada ao Parlamento através de uma proposta de lei.
- 4.11. A implementação do IVA terá como objetivo aumentar as receitas, protegendo simultaneamente os cidadãos mais vulneráveis. A possibilidade de isentar alguns bens essenciais será avaliada com base nos efeitos sobre as famílias e os preços. As isenções serão definidas após a conclusão desta análise.
- 4.12. O IVA deverá substituir os impostos sobre vendas e serviços e apoiar a transição decorrente da redução dos direitos aduaneiros sobre as importações provenientes dos países da ASEAN. As projeções pressupõem que os direitos aduaneiros se mantenham em 2026 e 2027 e que o IVA entre em vigor em 2028.
- 4.13. Se o IVA não entrar em vigor antes da redução dos direitos aduaneiros aplicáveis às importações da ASEAN, as receitas poderão ficar abaixo das projeções apresentadas na Tabela 43.

Tabela 43. Projeções reais das receitas domésticas para 2026-2031, em US\$ milhões

	2026P Rect.	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P
Receitas domésticas (Administração Central + RAEOA)	271,4	298,6	315,0	331,3	348,4	365,8
Receitas não fiscais RAEOA	5,9	1,3	1,3	1,4	1,5	1,6
Receitas domésticas (Administração Central)	265,6	297,3	313,6	329,9	346,9	364,2
Receitas fiscais	212,7	225,3	240,5	254,1	268,1	282,7
<i>Imposto sobre o Valor Acrescentado</i>	-	-	70,9	75,0	79,0	83,0
<i>Imposto especial de consumo</i>	69,4	74,1	78,4	82,9	87,4	91,8
<i>Direitos de importação</i>	25,6	27,3	-	-	-	-
<i>Imposto sobre vendas</i>	26,5	28,2	-	-	-	-
<i>Imposto sobre serviços</i>	8,3	8,9	-	-	-	-
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	58,3	61,0	64,1	67,6	71,4	75,8
<i>Imposto sobre o rendimento do trabalho</i>	24,6	25,8	27,1	28,6	30,3	32,1
Receitas não fiscais	52,8	72,0	73,2	75,8	78,8	81,5
<i>Taxas e multas</i>	29,9	48,0	50,1	51,7	53,6	55,1
<i>Resultados</i>	15,2	14,2	15,1	16,1	17,1	18,2
<i>Vendas de bens e serviços</i>	7,7	9,7	8,0	8,0	8,1	8,2
<i>Outras receitas correntes</i>	-	-	-	-	-	-

*Fonte: Cálculos e previsões da Direção Nacional de Política Económica com base em dados do GRP, Ministério das Finanças. *Não existem projeções para «Outras receitas correntes», uma vez que se parte do princípio de que, no futuro, estas receitas serão corretamente classificadas numa das outras rubricas. Os valores não incluem reembolsos, adiantamentos em dinheiro ou ordens de compra do Tesouro devolvidas. Trata-se de fluxos de caixa resultantes de pagamentos não realizados do ano anterior. Não são objeto de previsões futuras. Nota: Os números podem não corresponder aos totais devido ao arredondamento. Os montantes de receitas reportados podem variar ligeiramente, dependendo da data e hora da extração dos dados.*

Fundo Petrolífero

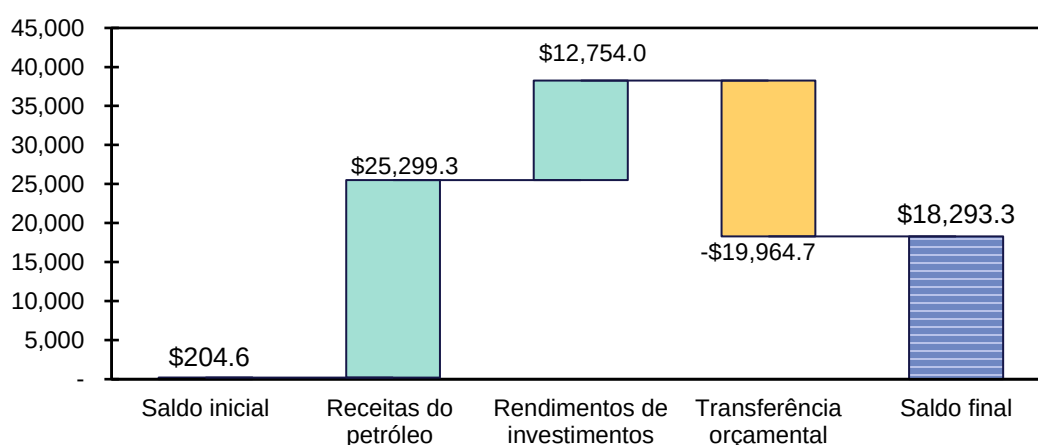
- 4.14. O Fundo Petrolífero é a principal fonte de financiamento do Orçamento Geral do Estado. Os levantamentos estão sujeitos ao limite autorizado pelo Parlamento, nos termos do artigo 7.º da Lei do Fundo Petrolífero. Os levantamentos até ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE) seguem o artigo 8.º. Os levantamentos acima do RSE estão sujeitos aos requisitos do

artigo 9.º, incluindo relatórios, certificação por um auditor independente e uma explicação ao Parlamento sobre o impacto no RSE futuro e os interesses de longo prazo de Timor-Leste.

Saldo e fluxos do Fundo desde a sua criação

- 4.15. Como mostra a Figura 32, o Fundo Petrolífero tinha ativos líquidos de 18.293,3 milhões de dólares americanos em 31 de agosto de 2026. Desde a sua criação, recebeu 25.299,3 milhões de dólares americanos em receitas petrolíferas, após o ajustamento relativo ao reembolso fiscal de 89,9 milhões, para além do saldo inicial de 204,6 milhões. Durante o mesmo período, o Fundo obteve 12.754,0 milhões de dólares americanos em rendimentos de investimento e transferiu 19.964,7 milhões para financiar o Orçamento do Estado.

Figura 32. Movimentos nos ativos líquidos do Fundo Petrolífero desde a sua criação até 31 de agosto de 2026, em US\$ milhões



Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2026.

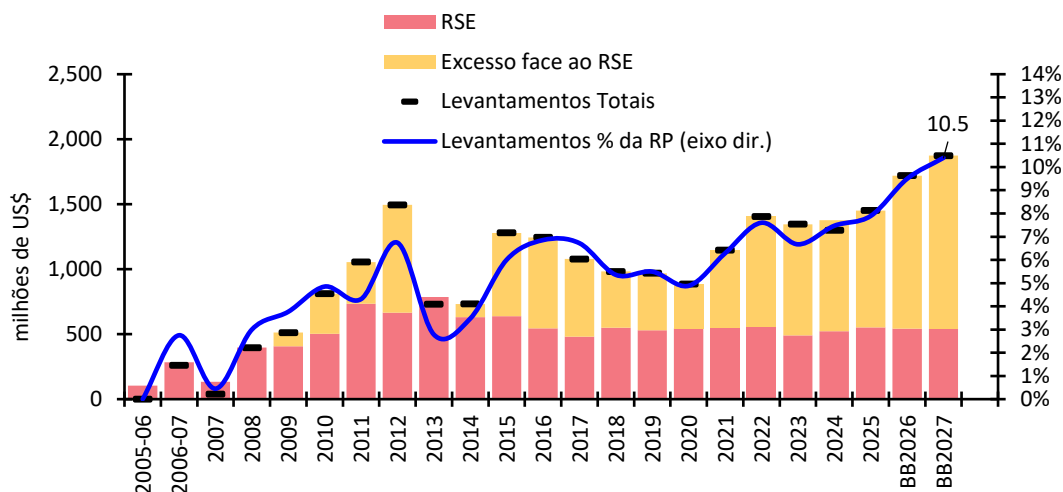
Rendimento Sustentável Estimado

- 4.16. O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) serve de referência para os levantamentos sustentáveis do Fundo Petrolífero. Corresponde a 3% da Riqueza Petrolífera, composta pelo saldo estimado do Fundo no início do ano orçamental e pelo valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras.
- 4.17. O RSE visa assegurar a utilização sustentável da Riqueza Petrolífera em benefício das gerações atuais e futuras. Os levantamentos acima do RSE exigem autorização do Parlamento e o cumprimento do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero. Estes requisitos incluem a avaliação do impacto no RSE futuro, a certificação por um auditor independente e a justificação do interesse de longo prazo para Timor-Leste.

Levantamentos e segmentação da carteira

- 4.18. Como mostra a Figura 33, os levantamentos têm excedido o RSE desde 2009, refletindo a utilização das poupanças petrolíferas para financiar o desenvolvimento nacional. Entre 2021 e 2025, representaram, em média, 7,2% da Riqueza Petrolífera por ano. Os levantamentos aprovados para 2026 correspondem a 9,5% da Riqueza Petrolífera, enquanto os levantamentos propostos para 2027 representam cerca de 10,5%.

Figura 33. ESI, levantamentos em excesso e levantamentos totais



Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo do Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2026.

- 4.19. Em 2021, o Fundo foi dividido em duas carteiras para gerir os levantamentos previstos. A Carteira de Liquidez detém ativos de baixo risco e elevada liquidez para cobrir três anos de levantamentos. A Carteira de Crescimento investe a mais longo prazo para obter rendimentos mais elevados, aceitando maior volatilidade no curto prazo. Todos os anos, são transferidos recursos da Carteira de Crescimento para a Carteira de Liquidez.
- 4.20. O saldo do Fundo tem permanecido acima das projeções anteriores devido a receitas petrolíferas e rendimentos de investimento superiores ao previsto, bem como a uma execução da despesa inferior ao orçamento. Estes fatores reduziram os levantamentos efetivos e apoiaram a recuperação do Fundo após as perdas de mercado de 2022, como mostra a Figura 34.

Figura 34. Variações anuais do Fundo, em US\$ milhões

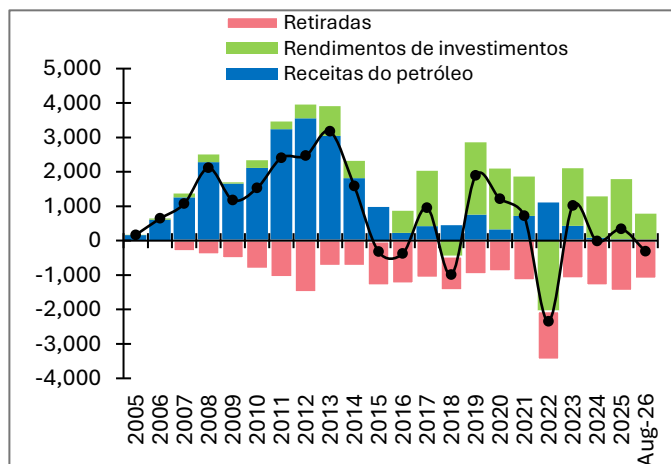
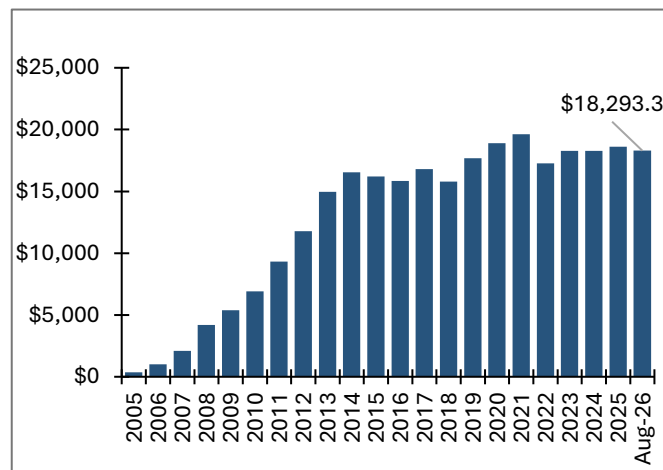


Figura 35. Valor de mercado anual do Fundo, em US\$ milhões



Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo do Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2026.

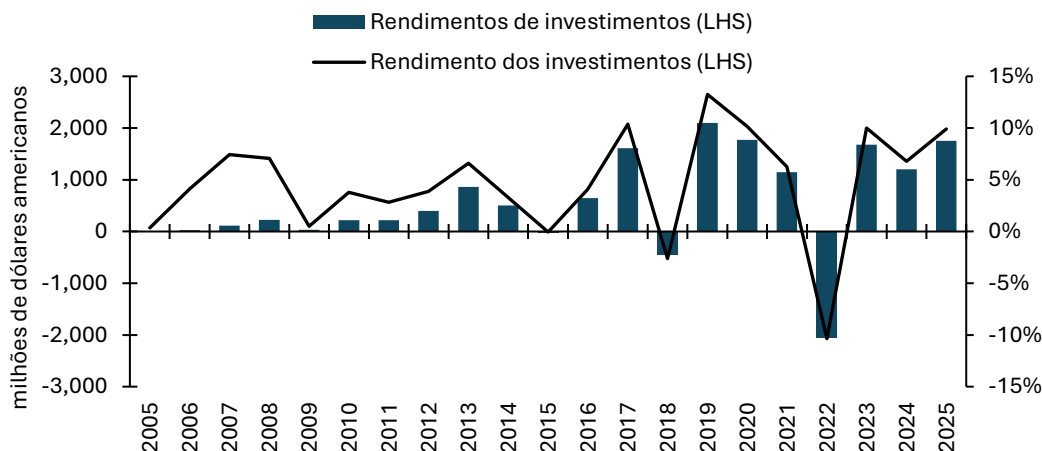
Produção petrolífera e receitas futuras

- 4.21. O campo de Bayu-Undan, que iniciou a produção em 2004, cessou a produção em junho de 2025. Continuam a ser recebidas receitas petrolíferas não relacionadas com a produção após o fim da mesma, incluindo 17,5 milhões de dólares americanos no acumulado do ano. Este montante faz parte da receita total estimada de 23,4 milhões de dólares americanos para 2026. Prevê-se uma receita futura modesta proveniente do petróleo de Bayu-Undan e de outros campos não pertencentes a BU, a qual está incluída no cálculo do RSE de 2027. Embora a produção tenha cessado, o calendário e a extensão do desmantelamento dependerão da eventual reutilização dos ativos existentes de Bayu-Undan num futuro projeto de captura e armazenamento de carbono (CCS). A estimativa de receitas futuras será revista à medida que forem surgindo mais informações.
- 4.22. O novo Plano de Desenvolvimento do Campo Kuda Tasi e Jahal (KTJ) foi aprovado em julho de 2026, prevendo-se que a primeira produção de petróleo tenha início no início de 2028. Estima-se que o total de royalties e impostos não descontados do Governo ascenda a 198 milhões de dólares americanos, com base num cenário de desenvolvimento de 20,1 milhões de barris. O Orçamento de 2027 também atribui 190 milhões de dólares americanos para financiar a participação de 34 % da Timor GAP no desenvolvimento do KTJ, sujeita à Decisão Final de Investimento (FID). No entanto, as receitas do KTJ não estão incluídas no cálculo do RSE de 2027, uma vez que o projeto ainda não atingiu a FID e não está disponível um perfil oficial das receitas anuais do Governo. A sua inclusão será reavaliada para o cálculo do RSE de 2028. Da mesma forma, o Greater Sunrise está excluído do cálculo do RSE de 2027, uma vez que o seu desenvolvimento ainda não foi formalmente aprovado.

Rendimentos e retornos de investimento

- 4.23. À medida que as receitas petrolíferas diminuem, os rendimentos de investimento assumem maior importância. No final de agosto de 2026, os rendimentos acumulados de investimento totalizavam 12.754,0 milhões de dólares americanos, correspondendo a um retorno anualizado de 4,73% desde a criação do Fundo. Como mostra a Figura 36, os rendimentos anuais variam em função das condições dos mercados internacionais de ações e de rendimento fixo.

Figura 36. Rendimentos e retornos anuais dos investimentos de 2005 a 2025

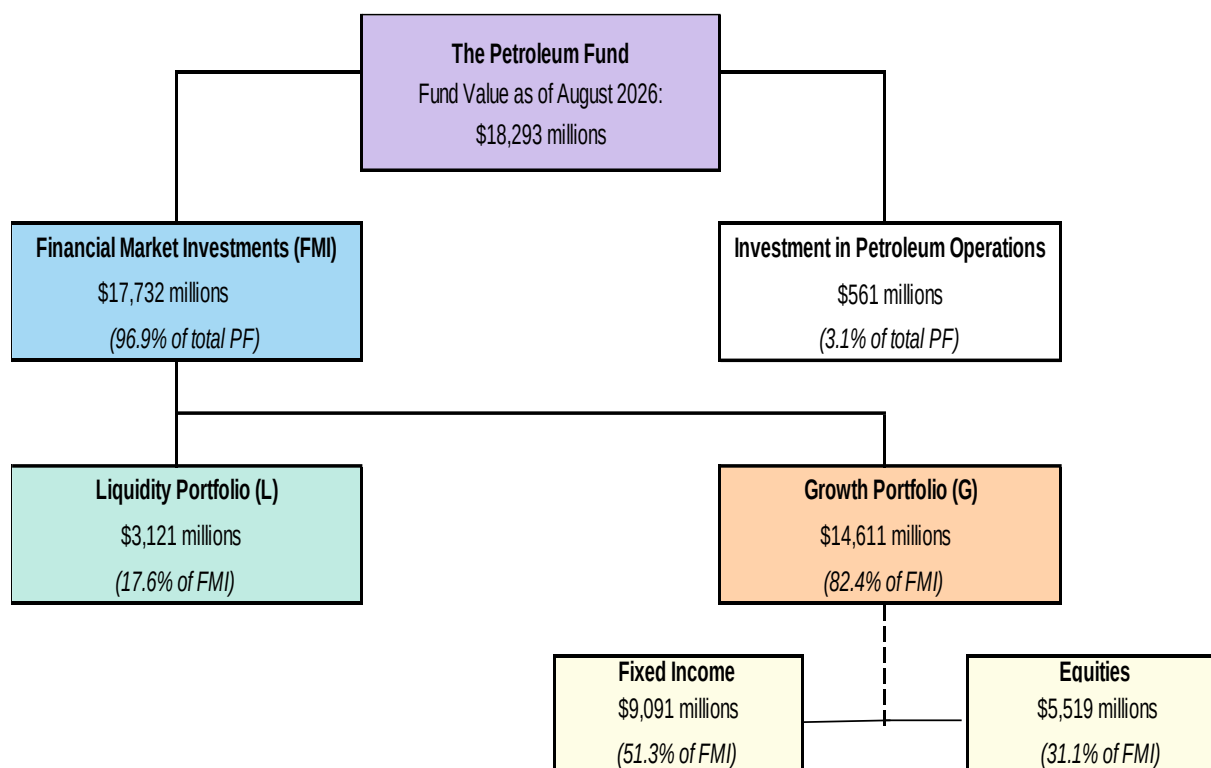


Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo do Petróleo, Ministério das Finanças, setembro de 2026.

Portefólio atual do Fundo

4.24. A 31 de agosto de 2026, 17.731,9 milhões de dólares americanos, ou 96,9% dos ativos do Fundo, estavam investidos nos mercados financeiros internacionais, enquanto 561,4 milhões de dólares americanos,²⁸ ou 3,1%, estavam investidos em operações petrolíferas, sob a forma de empréstimos à Timor GAP. No âmbito dos Investimentos nos Mercados Financeiros, 3.121,1 milhões de dólares americanos estão alocados à Carteira de Liquidez e 14.610,8 milhões de dólares americanos à Carteira de Crescimento (Figura 37).

Figura 37. Alocações e participações do Fundo Petrolífero em 31 de agosto de 2026



Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2026.

Riqueza petrolífera e o RSE para 2027

4.25. O cálculo do RSE de 2027 requer a estimativa do saldo projetado do Fundo a 1 de janeiro de 2027 e do valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras esperadas. A Tabela 44 apresenta o cálculo e os levantamentos propostos para 2027.

²⁸ Os 561,4 milhões de dólares americanos aqui indicados representam o valor justo dos empréstimos concedidos pelo Fundo Petrolífero à Timor GAP à data de 31 de agosto de 2026. O passivo total da Timor GAP perante o Fundo Petrolífero ascendia a 874,1 milhões de dólares americanos à data de 31 de dezembro de 2025.

Tabela 44. Estimativas para o Fundo Petrolífero, em US\$ milhões

Rubrica	Valor
Saldo inicial do Fundo Petrolífero em 2026	18.609,1
Receitas petrolíferas estimadas em 2026	23,4
Receitas de investimento estimadas em 2026	1.089,1
Levantamentos estimados do Governo em 2026	-1.719,2
Saldo final estimado em 2026 / saldo inicial em 2027	18.002,4
Valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras em 2027	14,5
Riqueza petrolífera estimada em 2027	18.016,9
RSE de 2027 (3% da Riqueza Petrolífera)	540,5
Levantamentos acima do RSE	1.350,4
Levantamentos orçamentados para 2027	1.890,9*

*Nota: * Os valores podem não corresponder à soma devido ao arredondamento. Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2026.*

- 4.26. Como mostra a Tabela 44, o saldo inicial do Fundo em 1 de janeiro de 2026 era de 18.609,1 milhões de dólares americanos e deverá diminuir para 18.002,4 milhões até ao final do ano, após as receitas petrolíferas, os rendimentos de investimento e os levantamentos previstos para 2026.
- 4.27. Os rendimentos de investimento até agosto de 2026 totalizaram 766,7 milhões de dólares americanos. Para o conjunto do ano, estão projetados em 1.089,1 milhões, correspondendo a um retorno estimado de 6,13%. Esta projeção combina o resultado até agosto com os retornos previstos para o resto do ano e dependerá da evolução dos mercados.
- 4.28. Os levantamentos efetivos em 2025 totalizaram 1.451,9 milhões de dólares americanos, abaixo do limite aprovado de 1.561,1 milhões. Para 2026, o limite aprovado é de 1.719,2 milhões, dos quais 1.100,0 milhões já tinham sido levantados até agosto. A projeção para o final do ano pressupõe o levantamento integral do montante aprovado.
- 4.29. As receitas petrolíferas de 2026 estão estimadas em 23,45 milhões de dólares americanos. Trata-se de receitas modestas não relacionadas com a produção, principalmente taxas de licenciamento e impostos associados ao desmantelamento e a outras atividades petrolíferas de Bayu-Undan e de outros contratantes e subcontratantes do setor. O cálculo do RSE de 2027 inclui também 14,5 milhões como valor atual líquido estimado das futuras receitas petrolíferas não relacionadas com a produção. As receitas de Kuda Tasi e Jahal

estão excluídas e só serão incorporadas em cálculos futuros do RSE após a Decisão Final de Investimento.

- 4.30. A Riqueza Petrolífera em 1 de janeiro de 2027 está estimada em 18.016,9 milhões de dólares americanos, resultando num RSE de 540,5 milhões. Este valor é 26,1 milhões superior à estimativa de 514,4 milhões apresentada no Orçamento de 2026, refletindo sobretudo um saldo mais elevado no final de 2025, a revisão das receitas petrolíferas e maiores rendimentos de investimento projetados para 2026.
- 4.31. Os levantamentos orçamentados do Fundo Petrolífero para 2027 totalizam 1.890,9 milhões de dólares americanos, incluindo um RSE de 540,5 milhões e levantamentos acima do RSE de 1.350,4 milhões. Este total representa cerca de 10,5% da Riqueza Petrolífera estimada no início de 2027. O artigo 4.º do projeto de Lei do Orçamento estabelece o limite máximo anual. Nos termos dos artigos 7.º a 9.º da Lei do Fundo Petrolífero e do projeto de Lei do Orçamento, os levantamentos acima do RSE podem ser efetuados quando o saldo da conta do Tesouro for inferior a 200 milhões, mediante notificação ao Parlamento com, pelo menos, 10 dias de antecedência.
- 4.32. Os levantamentos acima do RSE estão em consonância com a política de antecipação de despesas do Governo, que visa apoiar o crescimento de longo prazo da economia não petrolífera.
- 4.33. Os Elementos Informativos da Proposta de Orçamento apresentam mais informações sobre o Fundo Petrolífero, o cálculo do RSE, os pressupostos subjacentes e a justificação para os levantamentos acima do RSE.

Empréstimos, limites de endividamento, PPP e subvenções

Empréstimos

- 4.34. O Governo recorre a empréstimos externos para complementar as suas necessidades de financiamento. Nos termos do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030, da Lei n.º 13/2011, de 28 de setembro, que estabelece o Regime da Dívida Pública, e da autorização orçamental aplicável, os empréstimos concessionais destinam-se principalmente ao financiamento de infraestruturas estratégicas que apoiem o desenvolvimento nacional e a diversificação económica. A Tabela 45 apresenta as principais condições destes empréstimos.

Tabela 45. Condições dos empréstimos

Entidade credora	Moeda	Empréstimo aprovado US\$ milhões	Período de carência (anos)	Período de amortização inicial (anos)	Ano de conclusão	Taxa de juro no ano fiscal de 2026
ADB	EUA, DSE	556,95	6	21	2065	3,74%
BM	EUA, DSE	134,18	7	23	2059	2,56%

JICA	JPY	68,72	10	20	2042	0,60%
AIFFP	EUA	45	5	20	2048	N/A
Total		804,85				

Nota: O fundo AIFFP para o projeto do aeroporto encontra-se atualmente em fase de revisão e ainda não entrou na fase de implementação. Por conseguinte, não tem encargos de juros aplicáveis.

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 4.35. Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Ministros decidiu rescindir vários acordos de empréstimo com o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). Esta decisão reduziu o montante total dos empréstimos em 294,28 milhões de dólares americanos, para 804,85 milhões de dólares americanos.
- 4.36. Devido ao peso do ADB na carteira e à persistência de taxas de juro internacionais elevadas, prevê-se que a taxa de juro destes empréstimos se mantenha em 3,74%. No entanto, o custo médio da carteira deverá diminuir para 3,2% em 2026, após o cancelamento de vários empréstimos a taxas de mercado. Como mostra a Tabela 46, este custo permanece abaixo do rendimento histórico do Fundo Petrolífero, de cerca de 4,7% ao ano. Ainda assim, o Governo deve dar prioridade a empréstimos a taxa fixa, para manter os custos do serviço da dívida controlados.

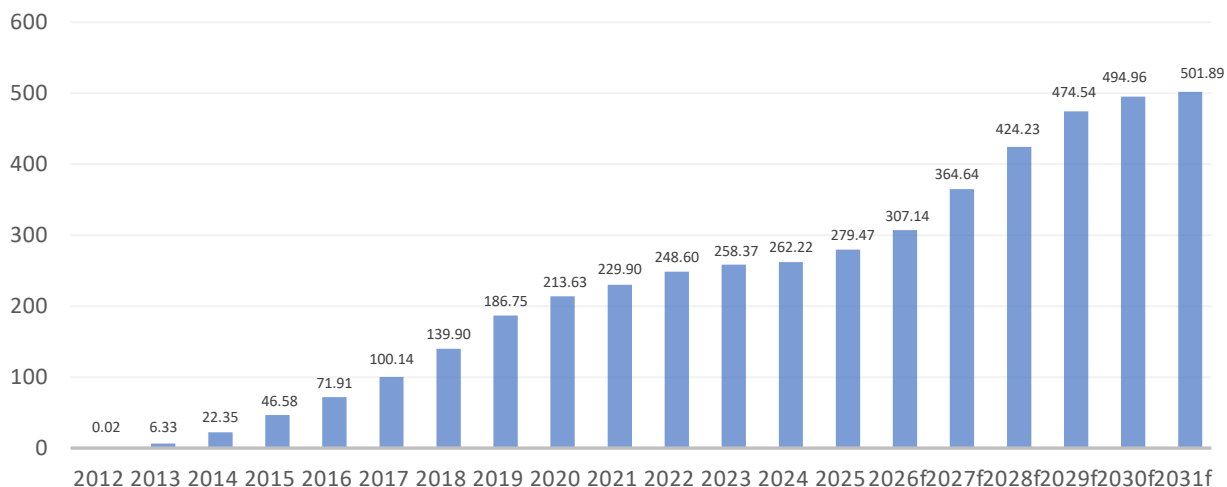
Tabela 46. Custo do endividamento e rendimento do Fundo Petrolífero

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Custo do crédito (taxa efetiva)	2,03%	1,50%	1,56%	3,25%	3,6%	3,3%	3,3%	3,2%
Rendimento histórico do Fundo Petrolífero (média anual desde o início)	4,81%	4,90%	3,95%	4,27%	4,4%	4,4%	4,7%	4,7%

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 4.37. As negociações com instituições financeiras internacionais indicam que alguns acordos de empréstimo poderão ser alterados, o que poderá atrasar os desembolsos. As projeções atuais apontam para que a dívida externa atinja o seu nível mais elevado em 2030 e diminua posteriormente. O Governo está também a considerar o reembolso antecipado de alguns empréstimos, o que poderá reduzir o saldo da dívida.
- 4.38. Até ao final de 2026, prevê-se que a dívida externa atinja 307,14 milhões de dólares americanos. Os juros e outros encargos deverão aumentar de 8,9 milhões de dólares americanos em 2025 para cerca de 9,4 milhões de dólares americanos em 2026, devido à execução de novos projetos financiados por empréstimos. Apesar deste aumento, o nível da dívida externa mantém-se relativamente baixo.

Figura 38. Saldo da Dívida Externa, em US\$ milhões



Nota: Nas futuras propostas orçamentais, estes valores relativos ao saldo da dívida serão ajustados utilizando as taxas de câmbio no final do ano, de modo a alinhá-los com as melhores práticas internacionais.

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 4.39. Em 2027, prevê-se que os desembolsos aumentem com a execução de novos contratos de construção e supervisão. Os desembolsos de empréstimos estão projetados em 75 milhões de dólares americanos, elevando o saldo da dívida externa para cerca de 364,64 milhões de dólares americanos no final do ano, conforme apresentado na Figura 38.
- 4.40. O Orçamento para 2027 apresenta a abordagem do Governo ao financiamento de infraestruturas estratégicas do setor petrolífero. O limite máximo de empréstimos, de 1.600 milhões de dólares americanos, destina-se a facilitar as negociações com potenciais financiadores e a mobilizar financiamento para estes investimentos. Dentro deste limite, os desembolsos de empréstimos previstos para 2027 totalizam 75 milhões de dólares americanos. Prevê-se que o rácio da dívida em relação ao PIB aumente de 15,02% em 2026 para 17,04% em 2027, mantendo-se sustentável a médio prazo. Estes investimentos visam gerar fontes adicionais de receitas para o Estado a médio e longo prazo e apoiar o desenvolvimento económico e a estabilidade financeira de Timor-Leste.
- 4.41. Como mostra a Tabela 47, prevê-se que os indicadores da dívida aumentem gradualmente, refletindo o recurso a empréstimos concessionais para financiar projetos prioritários de infraestruturas e desenvolvimento.

Tabela 47. Indicadores da dívida externa, 2025–2031, em percentagem do PIB e das receitas

	2025	2026f	2027f	2028f	2029f	2030f	2031f
Dívida externa total em relação ao PIB	13,65%	15,02%	17,04%	18,88%	20,02%	19,75%	18,88%
Serviço da dívida total em	3,0%	3,1%	3,8%	4,5%	5,1%	5,5%	5,4%

relação às receitas							
Dívida externa total	279,5	307,14	364,64	424,23	474,54	494,96	501,89
Serviço da dívida	24,6	25,3	31,4	37,9	43,5	47,6	47,4
Receitas (RSE + receitas domésticas)	824	815	823,7	837,1	851,2	862,9	875,5

Nota: Todas as informações apresentadas nesta tabela referem-se a setembro de 2026

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026.

- 4.42. Embora se preveja um aumento do saldo da dívida externa, este mantém-se controlável no quadro orçamental a médio prazo. Prevê-se que o rácio da dívida externa em relação ao PIB aumente de 13,65% em 2025 para 20,02% em 2029, antes de diminuir para 18,88% em 2031. Estes níveis permanecem abaixo do limiar de 40% aplicável a países de baixo rendimento com risco moderado de sobre-endividamento.
- 4.43. Prevê-se que o rácio do serviço da dívida em relação às receitas aumente de 3,0% em 2025 para um máximo de 5,5% em 2030, antes de diminuir para 5,4% em 2031. Este rácio permanece abaixo do limiar de 14%, indicando que as obrigações anuais do serviço da dívida continuam controláveis face às receitas projetadas. A Tabela 48 apresenta as projeções do serviço da dívida por entidade credora.

Tabela 48. Previsões do serviço da dívida, em US\$ milhões

Credor	Serviço da dívida	2025	2026f	2027f	2028 (previsão)	2029 (previsão)	2030f	2031f
ADB	Principal	11,48	11,73	16,22	20,22	22,41	23,71	23,97
	Juros	7,06	7,49	9,07	10,24	11,28	11,47	10,63
	Encargos	-	-	-	-	-	-	-
BM	Principal	2,81	2,81	2,81	2,81	3,66	4,87	4,87
	Juros	1,65	1,67	1,68	1,76	1,79	1,75	1,77
	Encargos	-	-	-	-	-	-	-
JICA	Principal	1,39	1,39	1,39	1,39	1,39	1,39	1,39
	Juros	0,22	0,25	0,19	0,18	0,17	0,16	0,15
	Encargos	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

Estado do projeto

- 4.44. A Tabela 49 apresenta o custo total de investimento dos projetos financiados por empréstimos entre 2012 e 2026, estimado em 639,8 milhões de dólares americanos. Deste montante, 474,0 milhões de dólares americanos (74,1%) são financiados por empréstimos,

156,9 milhões de dólares americanos (24,5%) pelo Fundo de Infraestruturas e 8,9 milhões de dólares americanos (1,4%) por subvenções.

- 4.45. As obras públicas representam a maior componente do custo total, com 561,2 milhões de dólares americanos. Deste montante, 403,9 milhões (72,0%) são financiados por empréstimos, 148,4 milhões (26,4%) pelo Fundo de Infraestruturas e 8,9 milhões (1,6%) por subvenções. A supervisão representa 56,3 milhões de dólares americanos e é integralmente financiada por empréstimos. Os outros custos, incluindo o reassentamento e a capitalização, totalizam 22,3 milhões de dólares americanos, dos quais 13,8 milhões (61,9%) são financiados por empréstimos e 8,5 milhões (38,1%) pelo Fundo de Infraestruturas. Adicionalmente, o Governo garantiu uma subvenção de 10 milhões de dólares americanos para apoiar projetos de infraestruturas rodoviárias e de abastecimento de água.

Tabela 49. Custos totais de investimento, em US\$ milhões

Categoria orçamental	Total	Empréstimo	Fundo de Infraestruturas	Subvenção
Obras públicas	561,2	403,9	148,4	8,9
Supervisão	56,3	56,3	N/A	N/A
Outros	22,3	13,8	8,5	N/A
Total	639,8	474,0	156,9	8,9

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 4.46. Além disso, a repartição por setor revela que o setor rodoviário representa a maior parte do financiamento e dos contratos, seguido pelos setores aeroportuário e da água. A tabela indica também que a maioria dos projetos rodoviários já foi concluída ou está prestes a ser concluída, enquanto os projetos aeroportuários e da água ainda se encontram em fase de construção. Dois projetos rodoviários atualmente em construção são o Projeto da Autoestrada de Baucau a Viqueque e o Projeto da Estrada Secundária de TL.

Tabela 50. Repartição por setores

Setor	Orçamento total (US\$ milhões)	Número de Contratos de Obras Públicas	Número de contratos de supervisão	Número de projetos concluídos
Estradas	496,4	16	7	14
Aeroporto	93,0	1	1	Em construção
Água	37,5	2	1	Em construção
Total	626,9	19	9	

Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 4.47. Conforme ilustrado no gráfico seguinte, os projetos com a taxa de desembolso mais elevada são os relativos à expansão da rede rodoviária. Estes projetos têm contribuído para melhorar

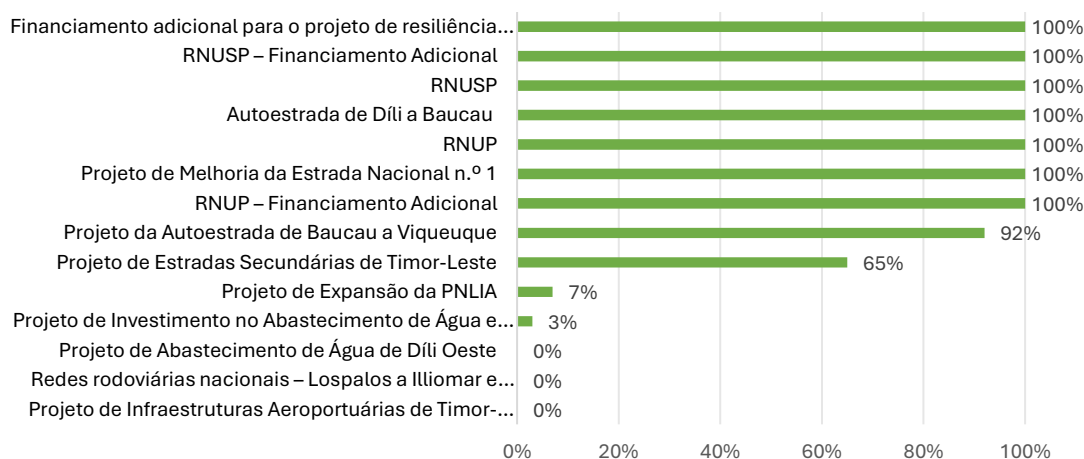
a conectividade do país e as condições de vida tanto da população urbana como da rural. Por outro lado, os projetos com a taxa de desembolso mais baixa são os de abastecimento de água e saneamento e os projetos aeroportuários. É importante salientar que, embora tenham sido celebrados acordos de financiamento entre o governo e instituições financeiras internacionais, estes projetos estão a sofrer atrasos na implementação devido a reestruturações técnicas e financeiras.

Figura 39. Desembolso de projetos, em US\$ milhões



Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

Figura 40. Progresso por projetos



Fonte: Ministério das Finanças, setembro de 2026

Aceleração do reembolso da dívida

- 4.48. O Governo está a considerar o reembolso antecipado de determinados empréstimos no âmbito da sua política orçamental para 2027. O reembolso antecipado poderá reduzir os encargos futuros com juros e a exposição aos riscos associados ao financiamento externo,

especialmente enquanto as taxas de juro internacionais se mantiverem elevadas. Qualquer decisão terá em conta as condições financeiras de cada empréstimo e o seu impacto na posição orçamental global do Governo.

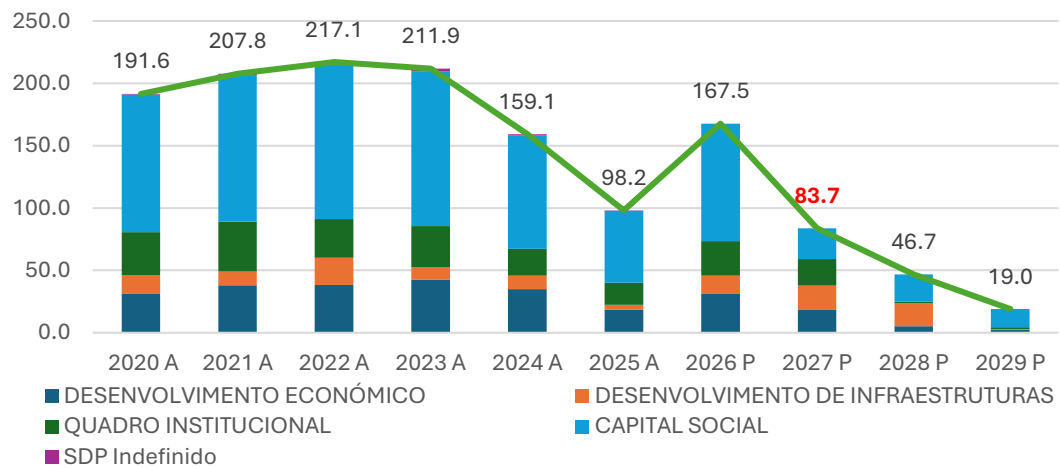
4.49. O Governo notificou formalmente e consultou as principais instituições credoras sobre a possibilidade de reembolso antecipado. Até 2027, doze acordos de empréstimo poderão ser elegíveis, incluindo montantes já desembolsados ao abrigo de acordos posteriormente cancelados.

Previsões relativas à ajuda não financeira

4.50. A Figura 41 apresenta os desembolsos efetivos da ajuda ao desenvolvimento não associada a empréstimos entre 2020 e 2025 e os desembolsos previstos entre 2026 e 2029. O aumento registado entre 2020 e 2022 reflete a assistência adicional prestada em resposta à pandemia da COVID-19 e ao ciclone Seroja. Os desembolsos previstos para 2027 totalizam atualmente 83,7 milhões de dólares americanos. Este valor poderá aumentar à medida que os parceiros de desenvolvimento finalizem e comuniquem os seus orçamentos anuais.

4.51. Os desembolsos efetivos reportados para 2025 totalizam 98,2 milhões de dólares americanos. Devido às dificuldades verificadas durante a atualização mais recente dos dados, a Direção Nacional de Gestão e Mobilização da Ajuda Externa (DNGMAE) verificará os valores reportados até ao final de 2026. Os dados não incluem o Apoio Orçamental Direto.

Figura 41. Desembolsos efetivos de 2020-2025 e desembolsos previstos para 2026-2029, em US\$ milhões



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, relatório gerado a 15 de setembro de 2026. Os dados não incluem os valores relativos ao Apoio Orçamental Direto.

Tabela 51. Desembolsos previstos dos parceiros de desenvolvimento por grupo de doadores para 2027, em US\$

Fonte do fundo	US\$ previstos para 2027
Austrália	40.669.965

Fonte do fundo	US\$ previstos para 2027
Japão	20.518.803
Comissão Europeia	10.853.820
Coreia	4.592.759
Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Ambiente	2.271.389
Grupo do Banco Mundial	1.704.031
Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento	1.610.000
Nações Unidas	878.564
Portugal	330.882
Fundo Verde para o Clima	277.497
TOTAL	83.707.711

**Os valores não incluem o Apoio Orçamental Direto a ser concedido pelo Grupo do Banco Mundial e pela União Europeia (ver abaixo) Fonte: Direção-Geral de Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, 15 de setembro de 2026.*

Tabela 52. Desembolsos previstos por subpilar e pilar do SDP para 2027, em US\$

SDP	Subpilar do SDP	Previsto para 2027
Capital Social	INCLUSÃO SOCIAL	10.850.472
	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	6.662.478
	SAÚDE	6.291.087
	AMBIENTE	982.480
Subtotal		23.752.313
Quadro Institucional	GESTÃO DO SETOR PÚBLICO E BOA GOVERNANÇA	15.334.411
	SEGURANÇA	4.173.988
	JUSTIÇA	663.622
	AGÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E AGÊNCIA DE POLÍTICA ECONÓMICA E INVESTIMENTO	215.350
Subtotal		20.387.371
Desenvolvimento Económico	DESENVOLVIMENTO RURAL	9.973.450
	AGRICULTURA	7.244.289
	INVESTIMENTO DO SETOR PRIVADO	2.238.810
	TURISMO	-
Subtotal		19.456.549
Desenvolvimento de infraestruturas	AEROPORTOS	17.257.042
	ÁGUA E SANEAMENTO	1.690.669
	PORTOS MARÍTIMOS	129.563

ELETRICIDADE	-
ESTRADAS E PONTES	-
Subtotal	19.077.274
TOTAL	83.707.711

Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, 15 de setembro de 2026

Apoio Orçamental Direto

- 4.52. Timor-Leste recebeu anteriormente Apoio Orçamental Direto da União Europeia, do Governo da Austrália e, pontualmente em 2020, da Organização Internacional do Trabalho. O Apoio Orçamental Direto é registado como receita no Orçamento do Estado para 2027, uma vez que utiliza os sistemas nacionais, é depositado na Conta Única do Tesouro e é atribuído diretamente aos ministérios beneficiários através do orçamento.
- 4.53. O Apoio Orçamental Direto continua a ser a modalidade de apoio ao desenvolvimento preferida pelo Governo, porque reconhece e reforça as instituições nacionais, proporcionando simultaneamente a flexibilidade e o financiamento atempado necessários para executar os programas.
- 4.54. Em 2027, a União Europeia continuará a prestar apoio orçamental através do PADIT-TL. A União Europeia e o Governo de Timor-Leste estão também a preparar um novo programa de Apoio Orçamental Direto para o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MALFF). Adicionalmente, o Grupo do Banco Mundial está a desenvolver apoio orçamental para o Ministério da Saúde e o MALFF no âmbito de um projeto financiado pelo Fundo Pandémico. O Ministério da Saúde continuará também a utilizar o Acordo de Financiamento Direto da Austrália para apoiar a criação de um novo programa de saúde. Os montantes apresentados abaixo não estão incluídos nos valores da ajuda ao desenvolvimento referidos anteriormente, uma vez que são reportados separadamente noutras partes da documentação orçamental.

Tabela 53. Resumo do Apoio Orçamental Direto dos parceiros de desenvolvimento, 2027–2029, em milhões de dólares americanos

Doador	Título do projeto	F/V ^a	GoTL	Orçamento de 27	Orçamento de 28	Orçamento de 29
União Europeia ^b	PADIT-TL	F	MF	0,5	0,5	
		V	MoF	2,0	2,0	
	Novo apoio orçamental à agricultura (indicativo)	F	MALFF	1,0		
Fundo para a pandemia com o Grupo do Banco Mundial	Reforço da preparação para situações de emergência e pandemias na TL	F	Ministério da Saúde	3,4	1,7	1,7
		F	INSP-TL	0,5	0,2	0,3
		F	MALFF	1,9	0,5	0,5

Governo da Austrália	Acordo de Financiamento Direto (apoio ao programa do Ministério da Saúde)	F	Ministério da Saúde	2,0	2,0	
Totais				11,2	6,9	2,5

^a F/V refere-se a montante fixo ou variável; o montante fixo corresponde a financiamento confirmado, enquanto o variável depende dos resultados alcançados.

^b Os valores relativos aos programas financiados pela UE são apresentados em dólares americanos, por uma questão de coerência, com base nas taxas de câmbio de 23 de setembro de 2026

Tabela 54. Resumo do apoio dos parceiros de desenvolvimento ao ministério beneficiário 26-28 (previsto), em US\$ milhões

Ministério beneficiário	Plano para 2026	Plano para 2027	Plano para 2028
Ministério dos Transportes e Comunicações	12,7	18,2	17,3
Setor não governamental	14,0	11,0	8,3
Ministério das Obras Públicas	10,1	7,0	0,5
Instituições beneficiárias da RDTL não especificadas	8,1	6,6	1,9
Ministério da Educação	15,9	5,6	5,1
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas	14,3	5,1	1,7
Ministério do Interior	6,4	4,7	0,6
Ministério da Administração do Estado	6,1	4,7	0,0
Ministério da Saúde	29,5	3,4	2,2
Presidência do Conselho de Ministros	7,5	2,8	2,4
Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	13,1	3,2	2,9
Ministério das Finanças	2,4	2,0	0,0
Ministério do Comércio e da Indústria	1,4	1,5	0,0
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	1,9	1,4	0,7
Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	1,6	1,2	0,0
Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária	0,2	1,2	2,4
Ministério do Turismo e do Ambiente	3,5	0,9	0,1
Ministério do Planeamento e do Investimento Estratégico	0,9	0,9	0,0
Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	0,8	0,8	0,0
Ministério do Ensino Superior e da Ciência	4,0	0,6	0,6

Ministério beneficiário	Plano para 2026	Plano para 2027	Plano para 2028
Gabinete do Primeiro-Ministro	0,5	0,4	0,1
Ministério da Juventude, do Desporto, das Artes e da Cultura	11,7	0,2	0,0
Banco Central de Timor-Leste	0,2	0,2	0,0
Ministério da Justiça	0,6	0,1	0,0
Tribunal de Recurso	0,2		
Totais	167,5	83,7	46,7

Fonte: DGMRE , Ministério das Finanças, 15 de setembro de 2026

Parcerias Público-Privadas

- 4.55. As parcerias público-privadas (PPP) são acordos contratuais de longo prazo ao abrigo dos quais um parceiro privado fornece infraestruturas ou serviços tradicionalmente prestados pelo Estado. A repartição de responsabilidades e riscos, a propriedade dos ativos e qualquer transferência de ativos no final do acordo dependem do quadro jurídico aplicável e do contrato.
- 4.56. O Decreto-Lei n.º 8/2014, de 19 de março, que regula o regime jurídico das parcerias público-privadas, prevê a criação da **DNPPP**, uma agência de facilitação de PPP subordinada ao Ministério das Finanças, encarregada de gerir e implementar o ciclo de projetos de PPP em coordenação com os ministérios competentes e a CAFI. Uma função importante da **DNPPP** consiste em promover e criar um ambiente propício à atração de IDE através da modalidade das PPP, procurando simultaneamente formas de incentivar a participação do setor privado local em projetos de PPP, através da adoção de políticas que permitam o desenvolvimento de PPP de pequena a média escala.
- 4.57. Atualmente, um projeto de PPP encontra-se na fase de implementação e operação (PPP do Porto da Baía de Tibar), outro na fase de viabilidade (Habitação Acessível) e três na fase de iniciação, identificados com MTE, MCI e a Autoridade Municipal de Baucau, bem como o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas. O estado atual destes projetos é apresentado abaixo.
- 4.58. A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão de 30 anos, incluindo um contrato de (DBFOT) para a infraestrutura portuária. O projeto foi adjudicado a um consórcio composto pela Bolloré Africa Logistics e pela , SDV , de Timor-Leste, através de um concurso público internacional, que deu origem à TPSA como concessionária. O contrato de concessão foi assinado a 3 de junho de 2016 entre o Governo de Timor-Leste e a concessionária (TPSA), e a concessão de 30 anos inclui um período de construção de três anos, que teve início a 30 de agosto de 2018.
- 4.59. A construção foi concluída a 29 de abril de 2023 com a emissão do Certificado de Conclusão por parte do Engenheiro Independente para o Projeto do Porto da Baía de Tibar. A única obra pendente é a construção da Bluezone, que aguarda a atribuição de terrenos ao Ministério das Finanças e à Timor Port para a construção das instalações acima referidas. Após a

construção, a Bluezone ficará equipada com instalações polivalentes para atividades desportivas e sociais, tais como futebol, basquetebol, futsal, um centro de comunicação social e uma biblioteca com acesso total à Internet, bem como para outros eventos comunitários.

- 4.60. A data de início da prestação de serviços foi 30 de setembro de 2022 (início antecipado). Desde então até 30 de abril de 2026 (43 meses), 668 embarcações fizeram escala no Porto da Baía de Tíbar. Durante este período, o Porto da Baía de Tíbar movimentou 265.677 TEUs. Entretanto, a receita total do Concedente durante o período de outubro de 2022 a maio de 2026 ascende a 5.513.496,16 dólares americanos.
- 4.61. A atual Unidade de Gestão do Projeto (PMU) foi criada para supervisionar a construção e a implementação do projeto de PPP do Porto da Baía de Tíbar. As operações portuárias tiveram início em setembro de 2022. A Concedente está, por conseguinte, a preparar uma nova entidade, a TP-OMSU, composta por funcionários públicos, para supervisionar as operações e o cumprimento do Contrato de Concessão. Prevê-se que a nova entidade esteja plenamente operacional antes do final de 2026.
- 4.62. De acordo com o Contrato de Concessão, a Concedente está a realizar a sua primeira auditoria internacional ao Porto da Baía de Tíbar, abrangendo as áreas financeira, de gestão, operacional e de conformidade. O prazo para a realização destes serviços de auditoria é de 120 dias úteis, contados a partir de 15 de junho de 2026, devendo estar concluída até 13 de dezembro de 2026. O Contrato de Concessão sublinhou igualmente a importância de manter a profundidade da água do canal de acesso e das zonas portuárias em -15,0 metros em relação ao Nível de Referência Cartográfico (Chart Datum) , devendo ser aprofundada para -16,0 metros em relação ao Nível de Referência Cartográfico quando os serviços de linha regular de contentores efetuarem, pelo menos, 26 escalas por ano nas instalações portuárias que exijam esta profundidade.
- 4.63. Neste contexto, foi contratado um topógrafo hidrográfico independente para realizar um levantamento hidrográfico da profundidade da água disponível no canal de acesso e no porto, com vista a avaliar os requisitos de dragagem de manutenção da profundidade mínima de projeto, tal como mencionado acima. Foi também incluído um orçamento adicional para a confirmação, por parte de um perito independente, de que foi concluída uma dragagem adequada, antecipando que a dragagem de manutenção deverá ser realizada no próximo ano.
- 4.64. A PPP de habitação acessível encontra-se na fase de estudo de viabilidade e estruturação da transação. O projeto tem beneficiado dos serviços de consultoria da IFC, do Grupo do Banco Mundial. Na sequência de uma revisão realizada pelo PET, a IFC apresentou um Relatório de Sustentabilidade Técnica (TSR) atualizado em janeiro de 2026. Após a revisão final pelo PET, o relatório está pronto para ser apresentado ao CAFI, a fim de obter a aprovação deste para a próxima fase do ciclo do projeto de PPP.
- 4.65. O projeto de PPP de Habitação Acessível é um projeto residencial concebido para fornecer unidades habitacionais a compradores elegíveis a um preço acessível. Este objetivo será alcançado através da construção de aproximadamente 500 unidades habitacionais – cerca de 90% a um preço acessível, enquanto o restante será a preços de mercado. As unidades

acessíveis serão uma combinação de estúdios, apartamentos de um, dois e três quartos, enquanto o tipo de unidades a preços de mercado será decidido pelo adjudicatário.

- 4.66. A habitação a preços acessíveis no âmbito de um modelo de PPP tem-se revelado bem-sucedida em vários países. Para este projeto específico, o Governo selecionou um terreno de 20 ha de propriedade do Estado em Suco Hera, a cerca de 14 km a leste de Díli. Para além da conceção, financiamento e construção, o promotor será responsável pela venda das unidades habitacionais, enquanto que a entidade responsável por determinadas obrigações de O&M, tais como a operação e manutenção das infraestruturas de serviços públicos e a manutenção das áreas comuns, será clarificada numa fase posterior.
- 4.67. Os beneficiários-alvo do projeto são famílias com emprego formal e rendimentos na ordem dos 300 a 600 dólares americanos por mês. A faixa de acessibilidade indicada é preliminar e estará sujeita a uma avaliação mais aprofundada após a determinação, por parte do Governo, da abordagem política para a componente fundiária do projeto, o que influenciará a estrutura final de preços das habitações e o perfil dos beneficiários. O projeto foi autorizado pela CAFI a avançar para as próximas etapas durante uma reunião realizada a 23 de outubro de 2023.
- 4.68. O Grupo de Trabalho Interministerial foi reativado e realizou a sua primeira reunião a 21 de outubro de 2024. Na reunião, foram discutidas várias questões críticas relativas ao registo do terreno de 20 ha e à subsequente subdivisão do mesmo em parcelas de 200m². No primeiro trimestre de 2025, realizou-se uma série de discussões com o Ministério da Justiça, que resultaram na emissão de um despacho do Ministério da Justiça para o reconhecimento do local do projeto como terreno de propriedade do Estado. Em março de 2026, o Ministério da Justiça emitiu finalmente a Certidão do Direito de Propriedade relativa aos 20 ha de terreno do Estado.
- 4.69. Com base na decisão do Governo, a modalidade de PPP híbrida que tinha sido escolhida para o desenvolvimento do projeto do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato foi revista, sendo necessário resolver várias questões administrativas com a IFC. Por conseguinte, foi elaborado um orçamento provisório para 2026, antecipando os custos administrativos decorrentes do cancelamento da PPP, conforme refletido na tabela abaixo.
- 4.70. Estão a ser preparadas novas iniciativas de PPP no âmbito da implementação da assistência técnica (AT) do Banco Mundial. A subvenção resulta de uma colaboração entre a DGMRE-DNPPP e o Banco Mundial, com três objetivos principais: (i) reforço de capacidades, (ii) preparação de novas iniciativas e (iii) melhoria do quadro jurídico e regulamentar para facilitar a realização de projetos de PPP.
- 4.71. Entre 2025 e 2026, no âmbito deste programa de subvenção, foram realizadas várias formações básicas sobre PPP com os ministérios competentes, que culminaram num workshop sobre o desenvolvimento de projetos de PPP. Foi identificada uma «lista longa» de dezasseis projetos potenciais em colaboração com vários ministérios e agências competentes, incluindo o Ministério do Turismo e do Ambiente, o Ministério do Comércio e da Indústria, o Ministério do Desenvolvimento Rural e da Habitação Comunitária, a Autoridade Municipal de Díli e a APORTIL.
- 4.72. Destes 16 projetos, dois foram selecionados tanto pela equipa do Banco Mundial como pela DGMRE para serem submetidos a estudos de pré-viabilidade, a serem realizados por uma

equipa de consultoria contratada no âmbito da primeira fase da subvenção. Os dois potenciais projetos de PPP são: (i) a expansão da zona turística de Ramelau, sob a alçada do MTE, e (ii) a exploração e manutenção do mercado municipal de Baucau, sob a alçada do MCI e do Município de Baucau. Os resultados dos estudos de pré-viabilidade foram apresentados durante a terceira e última missão da Assistência Técnica do Banco Mundial, em meados de 2026, e serão em breve submetidos à CAFI para aprovação, com vista à realização dos estudos de viabilidade. Além disso, foi também planeado um estudo de pré-viabilidade para o setor das pescas, embora, no caso desta nova iniciativa, o mesmo venha a ser adiado para a próxima fase da Assistência Técnica.

- 4.73. Uma parte importante da Assistência Técnica do Banco Mundial é o programa prático de reforço de capacidades sobre a modalidade das PPP. Este programa destina-se aos funcionários da DNPPP, do MPIE e a funcionários públicos selecionados dos ministérios setoriais. O programa começa com uma apresentação sobre o que são as modalidades de PPP e como estão a ser utilizadas em diferentes países para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços.
- 4.74. Os participantes desenvolvem, em seguida, conceitos de projetos de PPP nos seus respetivos setores. Os projetos potenciais e os conceitos de projeto subsequentes constituem a lista longa de projetos potenciais de PPP, que passam depois por um processo de seleção para se chegar a uma lista restrita de projetos. Os projetos da lista restrita são então apresentados à CAFI para aprovação, a fim de avançarem para a fase de viabilidade, com o envolvimento do MPIE e dos ministérios competentes.
- 4.75. A tabela seguinte apresenta as despesas reais do governo para o período de 2023 a 2025, as despesas estimadas para 2026, a dotação orçamental geral proposta para 2027 e a dotação orçamental estimada a partir de 2028 para projetos de PPP.

Tabela 55. Despesas efetivas (2023–2025), despesas estimadas (2026), dotação (2027) e dotação estimada (2028–2031), em US\$ milhões

	2023 Real	2024 Real	2025 Efetivo	2026 Estimativa de despesas	2027 Atribuição	2028 Estimativa	2029 Estimativa	Estimativa para 2030	2031 Estimativa
Orçamento de fontes combinadas (DTG + IF)	0	0	0	1,525	3,68	5,15	2,65	2,05	0,15
<i>Dotação do Governo (DTG)</i>									
Habitação Acessível da PMU					0,13	0,13	0,13	0,13	0,13
TBP - Auditoria - TP-OMSU			0	0,3	0,49	0,02	0,02	0,02	0,02
SUBTOTAL	0	0	0	0,3	0,62	0,15	0,15	0,15	0,15
Fundo de Infraestruturas (FI)									
TBP PPP									
Fase de Exploração e Manutenção do PPP do Porto da Baía de Tibar - Levantamento Hidrográfico Independente			0	0,09	0,11				0
Fase de Exploração e Manutenção do PPP do Porto da Baía de Tibar – Perito independente para a confirmação da dragagem					0,11				0

	2023 Real	2024 Real	2025 Efetivo	2026 Estimativa de despesas	2027 Atribuição	2028 Estimativa	2029 Estimativa	Estimativa para 2030	2031 Estimativa
SUBTOTAL	0	0	0	0,09	0,22	0	0	0	0
Novas iniciativas									
PPP para a expansão do turismo no Monte Ramelau (trabalhos preparatórios do PPP, estudos de conceção e de viabilidade, TSR, preparação dos documentos do concurso e desbrave do terreno)				0	0,055	0,05			0
Operações e Manutenção do Mercado de Baucau (trabalhos preparatórios para a PPP, estudos de conceção e de viabilidade, TSR, preparação dos documentos do concurso e limpeza do terreno)				0	0,055	0,05			0
Porto de Pesca PPP (trabalhos preparatórios da PPP, conceção e estudos, TSR, preparação dos documentos do concurso e limpeza do terreno)				0	0,055	0,1			0

	2023 Real	2024 Real	2025 Efetivo	2026 Estimativa de despesas	2027 Atribuição	2028 Estimativa	2029 Estimativa	Estimativa para 2030	2031 Estimativa
SUBTOTAL				0	0,165	0,2	0	0	0
Habitação Acessível (FASA - FS e TSR - IFC)									
FASA - FS & TSR - IFC				0,11	0,275				0
Reassentamento – Desbrave do terreno				0,75	1,50				0
Construção (infraestruturas do local)					0,90	4,8	2,5	1,9	0
SUBTOTAL				0,86	2,675	4,8	2,5	1,9	
Parceria Público- Privada Híbrida do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato (FASA - FS e TSR - IFC)									
FASA - FS & TSR - IFC				0,275	0				0
SUBTOTAL	0	0	0	0,275	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério das Finanças, *PMU = Unidade de Gestão de Projetos, TP-OMSU = Unidade de Serviços de Exploração e Gestão do Porto de Tibar, FS = Estudo de Viabilidade, TSR = Relatório de Estruturação da Transação, IFC = Corporação Financeira Internacional, FASA = Acordo de Serviços de Consultoria Financeira e PT = Pós-Transação.

Operações de Tesouraria e Saldo de Caixa

- 4.76. O financiamento total efetivo do Orçamento Geral do Estado da Administração Central e da RAEOA para 2025 ascendeu a 2.042,4 milhões de dólares americanos, composto por receitas domésticas (fiscais e não fiscais) no valor de 272,9 milhões de dólares americanos, transferências do Fundo Petrolífero no valor de 1.452,0 milhões de dólares americanos, saldo no final do ano (do Tesouro e da RAEOA) de 286,9 milhões de dólares americanos e empréstimos desembolsados no valor de 16,0 milhões de dólares americanos. Até 30 de junho de 2026, o financiamento total efetivo do Orçamento Geral do Estado da Administração Central e da RAEOA situou-se em 1.124,2 milhões de dólares americanos, composto por receitas domésticas (fiscais e não fiscais) no valor de 131,7 milhões de dólares, transferências do Fundo Petrolífero no valor de 800,0 milhões de dólares, saldo de fim de ano do Tesouro e da RAEOA no valor de 172,9 milhões de dólares e empréstimos no valor de 17,8 milhões de dólares.
- 4.77. Durante o ano terminado em 31 de dezembro de 2025, foi transferido um total de 1.452,0 milhões de dólares americanos do Fundo Petrolífero para cobrir as necessidades operacionais do Governo. Este montante representa 93% da transferência prevista para 2025 (1.561,1 milhões de dólares americanos) e é 900,0 milhões de dólares americanos superior ao RSE.
- 4.78. O detalhe dos saldos de caixa detidos pela Administração Central e pela RAEOA a 31 de dezembro de 2025 é apresentado abaixo.

Tabela 56. Saldos de caixa do Governo Central e da RAEOA no final de 2025, em US\$ milhões

Conta	Valor (US\$ milhões)
Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL)	150,28
FI	12,65
FDCH	0,54
Fundo COVID-19	0,43
LMs	18,52
Agências autónomas	18,86
Municípios	6,01
FEDA	0,15
Total da Administração Central	207,43
Saldo de caixa em bancos comerciais (alimentação escolar, PNDS, Crédito Suave e outras contas operacionais)	12,51
Saldo de caixa de projetos financiados por doadores no BCTL	7,71
Saldo de caixa da conta de royalties minerais no BCTL	5,77
RAEOA	37,71
Total geral*	271,12

**Nota: O montante total exclui o saldo de desembolso de empréstimos no valor de 16 milhões de dólares*

Fonte: Conta Geral do Estado de 2025

- 4.79. No final de 2025, a receita interna total arrecadada e depositada no FCTL e noutras contas do BCTL ascendeu a 272,9 milhões de dólares, face à estimativa total para o ano de 2025 de 258,6 milhões de dólares.
- 4.80. No final de agosto de 2026, um total de 1.100,0 milhões de dólares americanos (64%) do total de transferências autorizadas de 1.719,2 milhões de dólares americanos em 2026 foi transferido do Fundo Petrolífero para a conta do Tesouro, a fim de cobrir as necessidades de execução orçamental do Estado.

Tabela 57. Saldo de caixa do Governo Central e da RAEOA no final de agosto de 2026, em US\$ milhões

Conta	Valor
FCTL	187,54
FI	15,41
FDCH	0,51
Fundo COVID-19	0,00
Agências Autónomas	24,27
LMs	48,34
Fundo Especial de Desenvolvimento de Atauro (FEDA)	0,49
Municípios	6,60
Conta de Receitas do Governo - BCTL	75,41
Conta de empréstimos desembolsados no BCTL	10,94
Total da Administração Central	369,51
RAEOA	3,19
FEDR	3,25
Total RAEOA	6,43
Saldo de caixa dos projetos financiados por doadores na BCTL	2,54
Saldo de caixa das royalties minerais na BCTL	6,37
Total geral	384,85

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2026

- 4.81. No final do exercício financeiro de 2025, o saldo de caixa da Administração Central e da RAEOA disponível para o financiamento do orçamento do Governo no ano seguinte ascendia a 207,4 milhões de dólares americanos. No final de agosto de 2026, o saldo de caixa correspondente ascendia a 375,9 milhões de dólares americanos, excluindo os saldos de caixa relativos a projetos financiados por doadores, royalties minerais e contas operacionais nos bancos comerciais.

- 4.82. Até ao final de 2026, o Tesouro prevê que um saldo de caixa total reconciliado de aproximadamente 230 milhões de dólares americanos da Administração Central e da RAEOA transite como saldo de caixa inicial para 2027. Este saldo estará disponível para financiar despesas em 2027, juntamente com outras fontes de financiamento permitidas ao abrigo da Lei Orçamental de 2027. Além disso, prevê-se também que possa ser necessário retirar aproximadamente 619,2 milhões de dólares americanos do Fundo Petrolífero entre setembro e dezembro de 2026, caso a execução orçamental global atinja 96% até ao final do ano fiscal de 2026.
- 4.83. Nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, relativa ao Quadro Geral do Orçamento do Estado e à Gestão das Finanças Públicas, o Tesouro do Setor da Administração Pública é composto pelo Tesouro do Estado Central, pelo Tesouro da Segurança Social e pelo Tesouro da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
- 4.84. Apresentam-se abaixo os saldos de caixa do Setor da Administração Pública, referentes a 31 de dezembro de 2025 e 31 de agosto de 2026.

a) Saldo do Setor da Administração Pública no final de 2025

- 4.85. No final do ano de 2025, os saldos de caixa reconciliados do Setor da Administração Pública, incluindo a Segurança Social e as contas de garantia nos bancos comerciais, ascendiam a 331,4 milhões de dólares americanos.

Tabela 58. Saldo do setor da administração pública no final de 2025, em US\$ milhões

N.º	Conta	2024	2025
1.	Saldo na Tesouraria da Administração Central (no BCTL)	158,21	207,43
2.	Saldo no Fundo da Segurança Social (em bancos comerciais)	235,72	36,80
3.	Saldo na caixa da RAEOA (em bancos comerciais)	64,97	37,71
4.	Saldo de caixa em vários bancos comerciais (incluindo o Programa de Alimentação Escolar, o PNDS e o Crédito Favorecido)	21,97	12,51
5.	Saldo de caixa em contas de garantia (no BNCTL e no Mandiri)	34,72	23,48
6.	Royalties minerais e renda de superfície (no BCTL)	3,83	5,77
7.	Saldo de caixa dos projetos dos doadores (em BCTL)	1,92	7,71
Total do setor da administração pública		521,33	331,39

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2026

Nota: O saldo do Fundo de Segurança Social (em bancos comerciais) para 2024 inclui o FRSS, enquanto o de 2025 exclui o saldo do FRSS.

b) Saldo de caixa do setor da administração pública a 31 de agosto de 2026

- 4.86. No final de agosto de 2026, o saldo de caixa total do Setor da Administração Pública ascendia a 418,8 milhões de dólares americanos, sendo 369,5 milhões detidos pela Administração Central, 6,4 milhões pela RAEOA, 34,0 milhões pela Segurança Social (excluindo o FRSS) e 8,9 milhões em outros saldos. A Tabela 59 abaixo apresenta uma repartição detalhada dos

saldos de caixa do Setor da Administração Pública a 31 de agosto de 2026. Estes saldos encontram-se depositados no Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e em bancos comerciais.

Tabela 59. Saldos de caixa do Setor da Administração Pública a 31 de agosto de 2026, em US\$ milhões

N.º	Categoria de Saldo de Caixa	
1	Saldo de caixa das LMs (no BCTL)	48,34
2	Saldo de caixa da CFET (na BCTL)	187,54
3	Saldo de caixa do FI (no BCTL)	15,41
4	Saldo de caixa do FDCH (no BCTL)	0,51
5	Saldo de caixa dos municípios (no BCTL)	6,60
6	Saldo de caixa de organismos, serviços e fundos autónomos no BCTL	24,27
7	Saldo de caixa do Fundo COVID (no BCTL)	0,00
8	Saldo de caixa da FEDA (na BCTL)	0,49
9	Conta de Receitas do Estado – no BCTL	75,41
10	Conta de empréstimos desembolsados no BCTL	10,94
Saldo total da Administração Central na Tesouraria do Governo Central (no BCTL)		369,51
11	Saldo de caixa da RAEOA (no BCTL)	3,19
12	Saldo do EDRF (no BCTL)	3,25
Total da RAEOA (em BCTL)		6,43
13	Saldo de caixa da Segurança Social (a 30 de junho de 2026)	33,96
14	Saldo de caixa dos projetos financiados por doadores (na BCTL)	2,54
15	Saldo de caixa do programa de Ensino Superior Qualidade+ (na BCTL)	0,00
16	Saldo de caixa das royalties minerais no BCTL	6,37
Total do setor da administração pública		418,81

Fonte: Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro de 2026

Financiamento

- 4.87. As tabelas abaixo apresentam as fontes de financiamento para o Orçamento de 2027. A primeira tabela apresenta o financiamento para a Administração Central e a RAEOA (Região Autónoma de Oe-Cusse Ambeno). Isto inclui transferências para o Fundo de Segurança Social e abrange a despesa total que o Governo deve financiar através de uma combinação de receitas fiscais e não fiscais, levantamentos do Fundo Petrolífero e mobilização de recursos externos, tais como empréstimos e subvenções.
- 4.88. A segunda tabela apresenta o financiamento do Fundo de Segurança Social. O Fundo é financiado por uma combinação de transferências públicas do Orçamento da Administração Central, contribuições dos empregadores e dos trabalhadores e rendimentos de juros ou investimentos.

- 4.89. Os limites máximos de despesas para a Administração Central e a RAEOA foram explicados na secção “Perspetivas a Médio Prazo” do presente documento. Prevê-se que as necessidades totais de financiamento atinjam o pico de 2.505,7 milhões de dólares americanos em 2027 e, posteriormente, diminuam anualmente até atingirem 1.882,9 milhões de dólares americanos em 2031. As reduções a partir de 2028 refletem o compromisso do Governo de racionalizar as despesas correntes, particularmente na massa salarial e nas transferências públicas. Os levantamentos do Fundo Petrolífero também atingem o pico em 2027, com 1.890,9 milhões de dólares americanos, mais do triplo do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) de 540,5 milhões de dólares americanos. Isto reflete as melhorias esperadas na execução das despesas com bens e serviços e das despesas de capital, em resultado das reformas nos processos de contratação pública e orçamentação. Os levantamentos descem depois para 1.167,1 milhões de dólares americanos até 2031.
- 4.90. Prevê-se que as receitas domésticas aumentem para 298,6 milhões de dólares americanos em 2027, face aos 271,4 milhões de dólares americanos em 2026. As receitas domésticas previstas para 2026 são ligeiramente inferiores às de 2025 (271,4 milhões de dólares americanos, em comparação com 273,2 milhões de dólares americanos). Isto deve-se, em parte, ao facto de os reembolsos e as ordens de compra do Tesouro devolvidas terem sido contabilizados como receitas domésticas em 2025. Estes valores representam fluxos de caixa para o Tesouro resultantes de despesas não executadas em anos anteriores. Trata-se de operações extraorçamentais e não de receitas. As melhorias na gestão das finanças públicas e na capacidade de execução deverão reduzir estes fluxos de caixa nos próximos anos.
- 4.91. A acumulação de saldos de caixa elevados no início de cada ano será também reduzida com melhorias na execução das despesas públicas a médio prazo. A utilização dos saldos de caixa está projetada em 230,0 milhões de dólares americanos em 2027 e, posteriormente, em 200,0 milhões de dólares americanos por ano, de 2028 a 2031.

Tabela 60. Financiamento da Administração Central e da RAEOA 2026–2031, em US\$ milhões

Fontes de financiamento	2026 Ret.	2027 (Previsão)	2028 (Previsão)	2029 (Previsão)	2030 (Previsão)	2031 (Previsão)
Total de levantamentos do Fundo Petrolífero	1.719,2	1.890,9	1.703,1	1.402,9	1.198,6	1.167,1
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	543,3	540,5	535,7	527,6	519,7	511,9
Levantamentos em excesso	1.175,9	1.350,4	1.167,4	875,3	678,8	655,1
Receitas domésticas	271,4	298,6	315,0	331,3	348,4	365,8
Administração Central	265,6	297,3	313,6	329,9	346,9	364,2
Receitas não fiscais da RAEOA	5,9	1,3	1,3	1,4	1,5	1,6
Empréstimos	52,6	75,0	80,0	100,0	150,0	150,0
Apoio Orçamental Direto	7,9	11,2	5,9	5,0	-	-

Financiamento do saldo de caixa	294,7	230,0	200,0	200,0	200,0	200,0
Administração Central	266,7	213,0	200,0	200,0	200,0	200,0
RAEOA	28,0	17,0	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Total	2.345,8	2.505,7	2.304,0	2.039,2	1.896,9	1.882,9

*Nota: * As projeções do Apoio Orçamental Direto (AOD) para 2027–2029 são indicativas e não se baseiam em qualquer acordo; não se prevê qualquer AOD para 2030–2031. Fonte: Direção Nacional de Política Económica, DNPE, Ministério das Finanças, setembro de 2026. Os números podem não corresponder aos totais devido ao arredondamento. Os montantes de receitas reportados podem variar ligeiramente consoante a data e a hora da extração dos dados.*

- 4.92. A tabela abaixo apresenta as fontes de financiamento do Fundo de Segurança Social para 2026 e as projeções para 2027 a 2031. Prevê-se que o financiamento total da Segurança Social aumente de 170,4 milhões de dólares em 2026 para 186,6 milhões de dólares em 2027 e para 213,5 milhões de dólares até 2031. As transferências da Administração Central continuam a ser a maior fonte, com 123,8 milhões de dólares em 2027, ou cerca de dois terços do total. As contribuições dos empregadores e dos trabalhadores constituem a maior parte do restante, com 62,4 milhões de dólares.

Tabela 61. Financiamento da Segurança Social 2026–2031, em US\$ milhões

	2026 Ret.	2027 (Previsão)	2028 (Previsão)	2029 (Previsão)	2030 (Previsão)	2031 (Previsão)
Total do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	170,4	186,6	187,3	195,2	204,4	213,5
Contribuições para a Segurança Social	46,3	62,4	62,7	62,7	63,0	63,2
Multas e sanções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendimento	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Transferências da Administração Central	124,1	123,8	123,8	132,0	140,8	149,7
Transferências recorrentes do Fundo de Reserva da Segurança Social	-	0,3	0,8	0,5	0,5	0,5
Transferências provenientes de países terceiros	-	-	-	-	-	-
Utilização do saldo de caixa	-	-	-	-	-	-

Fonte: Direção Nacional de Política Económica (DNPE), Ministério das Finanças, setembro de 2026. Nota: Os números podem não corresponder aos totais devido ao arredondamento. Os montantes de receitas indicados podem variar ligeiramente consoante a data e a hora da extração dos dados.

Anexo I: Metodologia e pressupostos

Metodologia do Modelo de Sustentabilidade Orçamental

- A1.1. O Ministério das Finanças realiza análises de sustentabilidade orçamental para o limite máximo orçamental em cada ciclo orçamental. Através da modelação, é possível estimar o impacto do limite máximo orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste, nomeadamente no saldo global do Fundo Petrolífero.
- A1.2. Para elaborar a análise, é necessário projetar as despesas, as receitas domésticas e o desempenho do Fundo Petrolífero. Apresentam-se, de seguida, os principais dados e pressupostos do modelo utilizados para o efeito.

Dados Reais

- A1.3. Levantamentos do Fundo Petrolífero em 2026 — O valor do levantamento do FP em 2026 é o estabelecido no Orçamento para 2026. O valor do levantamento para 2027 também é o estabelecido neste documento. A análise de tendências sugere que a execução orçamental atingirá 86% em 2026. Presume-se que qualquer financiamento disponível que exceda as necessidades de execução orçamental seja reintegrado no Fundo Petrolífero.
- A1.4. Dados do Fundo Petrolífero – O modelo utiliza dados do FP relativos a agosto de 2026. Estes incluem o saldo do Fundo Petrolífero, informações sobre a composição dos ativos do Fundo Petrolífero e as informações mais recentes sobre levantamentos e o Rendimento Sustentável Estimado (RSE).
- A1.5. Dados relativos a empréstimos e apoio orçamental direto – O modelo incorpora previsões de desembolso para os empréstimos e o apoio orçamental direto mencionados neste documento.

Pressupostos/Projeções

- A1.6. Despesas públicas – Presume-se que as despesas públicas entre 2028 e 2031 evoluam em consonância com os níveis descritos nas secções relativas às projeções orçamentais e aos limites máximos de despesas acima referidos. O nível e a repartição das despesas são apresentados na parte dedicada às projeções orçamentais da Parte III do presente documento. Para além de 2031, presume-se que os níveis de despesas aumentem em função da inflação a longo prazo e do crescimento demográfico (cerca de 4% ao ano).
- A1.7. Taxa de Rendibilidade do Fundo Petrolífero — O modelo utiliza também pressupostos atualizados sobre a taxa de rendibilidade estimada do Fundo Petrolífero, fornecidos pela Unidade do Fundo Petrolífero do Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está segmentado numa componente de crescimento e numa componente de liquidez. De acordo com os pressupostos da Unidade do Fundo Petrolífero em setembro de 2026, pressupõe-se que a componente de crescimento tenha uma taxa de rendibilidade de 5,6%, enquanto se pressupõe que a componente de liquidez tenha uma taxa de rendibilidade de 3,1%. Presume-se que a componente de liquidez do Fundo seja suficiente para financiar três anos de levantamentos. Para efeitos do modelo, pressupõe-se que a componente de liquidez em cada ano seja três vezes o montante do levantamento.
- A1.8. Apoio Orçamental Direto — As estimativas do Apoio Orçamental Direto para 2027 são fornecidas pela Direção-Geral para a Mobilização de Recursos Externos. Embora ainda não

estejam disponíveis estimativas para além de 2029, partimos do princípio de que o AOD permanecerá constante até 2031 e aumentará em função da inflação a partir dessa data.

- A1.9. Desembolso de empréstimos — As previsões de desembolso de empréstimos a médio prazo são fornecidas pela Direção-Geral para a Mobilização de Recursos Externos. Para além do médio prazo, presume-se que cresçam em linha com a inflação e o crescimento demográfico.

Método de previsão das receitas domésticas

- A1.10. As receitas domésticas para 2026 baseiam-se na análise de tendências (ou seja, tomando os dados dos primeiros cinco meses e assumindo que o crescimento das receitas está em linha com os anos anteriores). As previsões de receitas para 2027 e anos seguintes são elaboradas da seguinte forma:
- A1.11. Presume-se que os impostos sobre vendas, os direitos aduaneiros e os impostos especiais de consumo cresçam em linha com o crescimento das importações. Isto deve-se ao facto de estes impostos serem cobrados na fronteira e de não haver alterações na política fiscal. Presume-se que os impostos sobre o rendimento, os salários e os serviços mantenham uma relação constante com o PIB nominal, na ausência de alterações na base tributária ou na política fiscal. Por conseguinte, à medida que o PIB e as importações aumentam, o mesmo acontece com a cobrança de impostos. Presume-se que as receitas não fiscais cresçam em linha com o crescimento da população e da inflação.
- A1.12. Conforme referido na Parte I do presente documento, as previsões de receitas domésticas ainda não tiveram em conta os impactos da adesão à ASEAN nas receitas. Esta análise será realizada a tempo da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2028.
- A1.13. Os pressupostos políticos descritos na Parte II preveem a introdução de um IVA de 5% a partir de 2028, em substituição dos direitos aduaneiros, do imposto sobre vendas e do imposto sobre serviços, sob reserva da aprovação da legislação necessária e das disposições de implementação. Trata-se de um pressuposto de planeamento, não de um imposto aprovado pela proposta de Lei do Orçamento para 2027. O tratamento dos atuais impostos sobre vendas e serviços, dos direitos aduaneiros, das isenções e da taxa zero deve seguir a legislação final. As medidas relativas aos bens essenciais podem ajudar a proteger os agregados familiares de baixos rendimentos, mas os seus efeitos em termos de preços e distribuição exigem uma avaliação.

Previsão do PIB

- A1.14. As previsões do PIB neste documento foram elaboradas utilizando um quadro de modelação macroeconómica desenvolvido com a assistência técnica do Instituto de Formação de Singapura (STI) do FMI e do Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC).
- A1.15. A contribuição do Governo para o PIB é estimada através da análise da execução da despesa pública em 2026 e da aplicação de tendências históricas de execução. Para o período de 2027 a 2031, partimos do princípio de que a despesa pública aumentará em consonância com as previsões de despesa delineadas na secção de projeções macrofiscais do presente documento. Partimos também do princípio de que as taxas de execução da despesa de capital do Governo registarão melhorias constantes em resultado de melhorias na gestão das finanças públicas (GFP) e nos processos de contratação pública mencionados no presente documento.

- A1.16. As previsões relativas ao consumo e à atividade de investimento do setor privado baseiam-se na análise das tendências históricas do consumo, do investimento, das informações sobre remessas provenientes da Balança de Pagamentos e do crédito ao setor privado. Presume-se que o setor privado registe um crescimento forte e consistente de 2027 a 2031.
- A1.17. Todos os pressupostos relacionados com o crescimento dos preços do petróleo e das matérias-primas, as taxas de câmbio globais e as previsões de inflação a longo prazo são retirados do «World Economic Outlook» do FMI e dos «Commodity Prices» do Banco Mundial.
- A1.18. As previsões económicas contidas neste documento têm como objetivo prever as taxas de crescimento anual do PIB nos próximos cinco anos. Embora isto seja importante para apoiar as decisões de planeamento do Governo, é de salientar que estas previsões dependem de pressupostos e, por conseguinte, incluem um elemento de incerteza. Dependem também da boa implementação das políticas mencionadas na Parte II. Para além disso, existem outras fontes de incerteza.
- A1.19. As principais fontes de incerteza nas previsões orçamentais acima apresentadas são as seguintes:
- Execução orçamental
 - Alocação e qualidade da despesa pública
 - Volume das importações
- A1.20. As taxas de execução podem variar de ano para ano e estão sujeitas a riscos políticos e económicos. Por exemplo, a despesa executada foi afetada em 2017, 2019 e 2020 pela crise política e pela COVID-19.
- A1.21. As taxas de execução dependerão também da capacidade de absorção dos diferentes ministérios setoriais. Esta capacidade corresponde ao montante que os ministérios conseguem executar face ao orçamento disponível. Por exemplo, os ministérios setoriais que registem um grande aumento nos seus orçamentos podem não ter capacidade para executar as despesas mais elevadas devido a restrições de recursos. Se as taxas de execução ficarem abaixo do esperado (partindo do princípio de que as taxas de execução históricas se mantêm), é provável que as previsões do PIB apresentadas neste documento sejam sobrestimadas.
- A1.22. Da mesma forma, as previsões apresentadas acima partem de pressupostos sobre a afetação e a qualidade das despesas. As previsões acima pressupõem que haverá uma grande reorientação para as despesas de capital, à medida que o Governo procura atingir taxas de crescimento mais elevadas. Pressupõem também que estas despesas serão direcionadas para investimentos de alta qualidade que conduzam a melhorias no stock de capital do país.
- A1.23. Se, em vez disso, forem atribuídos orçamentos mais elevados a despesas de transferência improdutivas ou a projetos ineficientes, as previsões do PIB não serão atingidas.
- A1.24. Outra grande incerteza decorre das importações. Se a despesa pública for particularmente dependente das importações — o que significa que grande parte da nova despesa se destina a bens e serviços provenientes de fora de Timor-Leste —, as previsões do PIB para os próximos anos poderão ser revistas em baixa, uma vez que as importações têm um efeito negativo no PIB. A combinação entre a qualidade da despesa pública e o nível das importações significa que o aumento da despesa pública em Timor-Leste não tem estado correlacionado com um maior crescimento do PIB.
- A1.25. No entanto, picos acentuados no crescimento da despesa pública não se têm correlacionado com picos acentuados no crescimento económico. Isto poderá dever-se ao facto de os aumentos na despesa pública não corresponderem necessariamente a

melhorias na qualidade da despesa. Ao mesmo tempo, orçamentos mais reduzidos com uma despesa mais eficiente e de maior qualidade podem potencialmente conduzir a um maior crescimento económico e ajudar a preservar o Fundo Petrolífero.

Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões feitas por organismos de referência internacionais

- A1.26. Apresenta-se abaixo uma comparação entre as previsões do Ministério das Finanças e as previsões de outras instituições. Todas as instituições utilizam pressupostos ou fontes de dados diferentes ao elaborar as suas previsões e, por conseguinte, existem frequentemente diferenças nas projeções entre instituições. Muitas vezes, o Ministério das Finanças dispõe de informação mais atualizada sobre os planos de despesa pública do que outras instituições.

Tabela 62. Previsão da taxa de crescimento do PIB (em percentagem)

Instituição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
DNPE, Ministério das Finanças	4,3	4,3	4,6	4,4	4,7	4,9	5,0
FMI (Artigo IV de 2025)	3,9	3,3	3,2	3,2	3,2	3,2	
Banco Mundial	4,5	4,1	4,0	4,0			
INETL, IP	4,3	4,2					

Fonte: Previsões do FMI: FMI, Artigo IV 2025; previsões do Banco Mundial: Relatório Económico de Timor-Leste do Banco Mundial, abril de 2026, <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>; Contas Nacionais 2025 do INETL, IP; e Direção Nacional de Política Económica (DNPE), Ministério das Finanças, 2026

- A1.27. A tabela abaixo apresenta uma comparação entre as previsões macroeconómicas utilizadas na Declaração de Estratégia Orçamental de 2027, no Orçamento Retificativo de 2026 e na Proposta de Orçamento de 2027.
- A1.28. O crescimento estimado para 2025 é de 4,3%, com base numa estimativa de que a execução das despesas públicas atingiria 90%. A execução final em dezembro de 2025 ficou abaixo do previsto, com uma taxa de execução final de 86%. Apesar disso, o montante efetivo foi superior ao do ano anterior.
- A1.29. A previsão de crescimento para 2026 foi estimada em 4,5% na Proposta Original do Orçamento Geral do Estado para 2026. O choque global nos preços dos combustíveis, causado pelo conflito no Médio Oriente desde fevereiro de 2026, levou a uma ligeira revisão em baixa para 4,3%, uma descida de 0,2 pontos percentuais.
- A1.30. A previsão de crescimento para 2027 foi igualmente revista em baixa neste documento. A previsão inicial para 2027 partia do pressuposto de um forte crescimento da despesa pública. No entanto, tal como explicado nas projeções macroeconómicas e orçamentais acima apresentadas, embora uma menor despesa pública possa conduzir a um crescimento mais baixo, uma despesa mais eficiente pode, na verdade, melhorar os níveis de vida.

Tabela 63. Previsões macroeconómicas no relatório original do Orçamento de 2026, na Declaração de Estratégia Orçamental de 2027 e na Proposta de Orçamento de 2027 (por cento)

Rubrica	Relatório Original do Orçamento de 2026			Declaração de Estratégia Orçamental de 2027			Proposta de Orçamento de 2027		
	2026	2027	2028	2026	2027	2028	2026	2027	2028
Crescimento do PIB (%)	4,5	4,7	4,8	4,3	4,6	4,8	4,3	4,6	4,4
Inflação média anual	1,2	2,0	2,0	2,2	2,0	2,0	0,7	1,8	1,9

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2026

Anexo II: Informação financeira das empresas públicas

A2.1. Esta secção apresenta informações sobre receitas e despesas, quando disponíveis, relativas às empresas públicas. O nível de detalhe fornecido varia consoante cada empresa pública. Cada uma das tabelas seguintes apresenta informações operacionais essenciais extraídas das demonstrações financeiras das empresas públicas.

Tabela 64. Bee TL, em US\$

Informações operacionais	2021	2022	2023
Receitas	451.805	748.689	1.155.210
Subsídios governamentais e outros		5.400.454	6.995.483
Custos com pessoal	(1.199.764)	(3.303.301)	(3.802.311)
Fornecimentos e serviços externos	(969.348)	(2.791.104)	(3.349.520)
Resultado antes de juros, impostos e amortizações	(1.717.307)	54.739	998.862
Despesas/reversões de depreciação e amortização	(16.333)	(99.157)	(643.871)
Resultado operacional	(1.733.640)	(44.419)	354.991
Juros e rendimentos semelhantes	78.306	172.149	335.038
Juros e despesas similares	-	-	-
Custos líquidos de financiamento	78.306	172.149	335.038
Ganhos obtidos em empresas associadas, líquidos de impostos	-	-	-
Resultados antes de impostos	(1.655.334)	127.730	690.029
Imposto sobre o rendimento	-	-	-
Resultado do exercício de exploração contínua	(1.655.334)	127.730	690.029
Resultado líquido do período	(1.655.334)	127.730	690.029
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	(1.655.334)	127.730	690.029
Caixa e depósitos bancários	31.096.227	37.822.429	40.765.375

Informação operacional	2024	2025
Receitas provenientes de contratos com clientes	7.031.515	11.246.767

Receitas totais	7.031.515	11.246.767
Outros rendimentos operacionais	17.410	17.826
Despesas com benefícios dos colaboradores	(3.777.885)	(3.925.897)
Despesas com consumíveis e serviços	(3.145.926)	(6.047.033)
Depreciação e amortização	(643.827)	(1.046.790)
Resultado operacional (EBIT)	(518.713)	244.873
Resultados financeiros	656.801	993.894
Lucro antes de impostos	138.088	1.238.767
Imposto sobre o rendimento (benefício)	-	875.031
Lucro do exercício	138.088	2.113.798
Outros rendimentos abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	138.088	2.113.798
Caixa e equivalentes de caixa (no final do exercício)	33.980.727	32.275.754

Tabela 65. EDTL, em US\$

	Exercício	Exercício
	30/12/2021	31/12/2022
Operações em Continuidade		
Receitas	41.407.054	47.564.184
Subsídios do Estado	157.933.907	148.653.498
Custo das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos	-79.765.421	-86.280.104
Custos com pessoal	-4.918.695	-6.395.651
Fornecimentos e serviços externos	-23.500.741	-29.233.596
Resultado antes de juros, impostos e amortizações	91.156.105	74.308.331
Despesas e reversões de depreciação e amortização	-1.144.277	-2.581.100
Resultado operacional	90.011.828	71.727.231
Juros e rendimentos semelhantes	110.599	469.710
Custos líquidos de financiamento	110.599	469.710
Resultado antes de impostos	90.122.427	72.196.941

Imposto sobre o rendimento	-9.012.243	-7.219.694
Resultado do exercício das operações em continuidade	81.110.184	64.977.247
Resultado global total, líquido de impostos	81.110.184	64.977.247
Caixa e depósitos bancários	85.012.256	131.702.851

	Exercício	Exercício	Exercício
	30/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Subsídio do Estado	79.784.434	132.439.671	142.809.967
Contrato de receitas com o cliente	53.116.846	61.770.244	69.819.333
Receitas totais	132.901.280	194.209.915	212.629.300
Combustíveis e lubrificantes	-106.915.812	-112.217.472	-105.750.954
Manutenção	-36.644.077	-14.437.777	-19.647.224
Amortização de ativos fixos	-25.233.104	-41.407.791	-43.473.392
Pessoal	-8.278.791	-8.169.920	-9.384.774
Comissão de agentes	-1.671.313	-1.718.699	-4.071.164
Outros	-17.342.599	-22.643.567	-3.359.094
Total de despesas operacionais	-196.085.696	-200.595.227	-185.686.602
Lucro operacional	-63.184.416	-6.385.312	26.942.698
Receitas financeiras	801.742	560.825	1.355.297
Custos financeiros	-13.777	-8.765	-4.558
Lucro antes de impostos	-62.396.451	-5.833.252	28.293.437
Despesas com imposto sobre o rendimento	3.709.351	-	-3.135.893
Lucro do exercício	-58.687.100	-5.833.252	25.157.544
Caixa e depósitos bancários	73.585.509	89.880.920	153.563.419

Tabela 66. ANPM, ANP e ANM, em US\$

ANPM	2021	2022	2023
Receitas Outras receitas			
Taxas de serviços contratados	320.000	320.000	325.000

ANPM	2021	2022	2023
Subsídio	8.735.000	8.500.001	8.500.000
Taxas a jusante	1.197.683	1.010.899	946.208
Licenças a jusante – taxas de negociação	117.913	123.417	122.039
Juros	70	1.118	3.935
Outros rendimentos			180.000
Total de receitas	10.370.666	9.955.435	10.077.182
Despesas			
Custos com pessoal	3.024.473	4.357.393	4.406.929
Geral e administrativo	3.957.287	6.570.227	4.820.286
Depreciação e amortização	4.074.821	287.092	239.955
Despesas com juros	273	689	36
Perdas líquidas cambiais	1.551	4.316	-17
Total de despesas	7.391.065	11.219.717	9.467.189
Déficit/Excedente do exercício	2.979.601	-1.264.282	609.993
Saldo de caixa	88.570.820	383.503.265	55.909.871

ANP *	2024
Receitas Outras receitas	
Taxas de serviços contratados	320.000
Subsídio	8.002.553
Taxas a jusante	714.685
Licenças a jusante – taxas de negociação	153.519
Juros	4.483
Outras receitas	-
Total de receitas	9.195.240
Despesas	
Custos com pessoal	3.684.461
Geral e administrativo	5.855.101
Depreciação e amortização	411.144
Despesas com juros	27.696
Perdas líquidas cambiais	2.019

Total de despesas	9.980.421
Déficit/Excedente do exercício	(785.182)
Saldo de caixa	23.596.162

**A ANP foi criada após a separação da ANPM, na sequência do Decreto-Lei n.º 62/2023, de 6 de setembro de 2023*

ANM*	2024 (US\$)	2025 (US\$)
Subsídio do Governo de Timor-Leste	4.000.000	4.500.000
Ganho com a alteração do contrato de arrendamento	713	4.802
rendimento total	4.000.713	4.504.802
Custos com pessoal	1.438.200	1.931.490
Despesas gerais e administrativas	1.121.748	1.910.665
Depreciação e amortização	183.820	483.500
Despesas com juros	12.941	23.090
Total de despesas	2.756.709	4.348.745
Excedente do exercício	1.244.004	156.057
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado global total do exercício	1.244.004	156.057
Saldo de caixa	1.215.719	1.038.922

O saldo de caixa corresponde ao saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do ano.

**A ANM foi criada após a separação da ANPM, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2023, de 6 de setembro de 2023*

Tabela 67. Murak Rai Timor, em US\$

Categoria	Trimestre findo em 31 de dezembro de 2023	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receitas			
Receitas de exploração	-	-	-
Subsídios do Estado	-	5.893.661	3.580.764
Outras receitas	529	24.615	37.888
Receitas totais	529	5.918.276	3.618.652
Despesas			
Custos com pessoal	82.944	1.103.290	1.586.722
Honorários jurídicos e de consultoria	24.772	163.647	237.194

Despesas de viagem	18.606	203.367	293.142
Despesas com formação e desenvolvimento	-	181.275	351.493
Custos de exploração	-	150.434	97.081
Despesas com arrendamentos de curto prazo	5.555	20.140	19.772
Telefone e comunicações	2.966	33.634	122.910
Despesas de escritório	918	54.481	150.312
Equipamento menor	567	28.300	31.725
Publicidade e Promoção	334	27.167	191.868
Transportes locais	74	9.842	22.803
Despesas com juros sobre passivos de locação	2.062	29.453	67.008
(Ganhos)/Perdas cambiais	-	1.092	986
Encargos bancários	37	4.064	4.469
Amortização do direito de utilização	6.609	113.539	267.433
Despesas com depreciação e amortização	228	94.170	349.949
Outras despesas	705	47.108	220.249
Total de despesas	146.377	2.265.003	4.015.116
Lucro			
Lucro / (Prejuízo) antes de impostos	(145.848)	3.653.273	(396.464)
(Despesa)/Reversão de impostos diferidos	788	(73.731)	9.711
Imposto sobre o rendimento (despesa)/reversão	13.796	(291.596)	29.935
Lucro/(Prejuízo) após impostos	(131.264)	3.287.946	(356.818)
Saldo de caixa	1.928.064	4.933.013	4.414.241

2025: «Subscrições e quotas» (211.004 dólares dos EUA) está incluído em «Outras despesas», em consonância com a apresentação do ano anterior.

Tabela 68. Timor Gap, em US\$

Detalhes	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Receitas			
Receitas decorrentes de contratos com clientes	20.665.059	29.055.843	21.565.926
Outras receitas	17.411.308	16.921.616	26.458.650
Receitas (A)	38.076.367	45.977.459	48.024.576
Compra de reservas de combustível	20.034.982	30.258.764	22.071.283
(Aumento)/diminuição das existências	57.099	-35.628	3.036
Custos com pessoal	4.249.097	4.498.389	4.744.772
Custos financeiros	31.705.202	33.041.188	34.500.787
Despesa por imparidade	1.690.632	956.374	1.189.160
Despesas com depreciação e amortização	904.967	893.131	1.064.952
Custos de exploração e avaliação		1.074.800	2.499.549
Outras despesas	5.586.665	9.744.696	19.199.421
Total de despesas (B)	64.228.644	80.431.714	85.272.960
Lucro antes da quota-parte no lucro/(prejuízo) das associadas e dos impostos (C) = (A-B)	-26.152.277	-34.454.255	-37.248.384
Participação nos lucros/(prejuízos) das empresas associadas (D)		-	(2.250)
Lucro/(prejuízo) antes de impostos (E) = (C - D)		-34.454.255	-37.250.634
Despesa fiscal			
Despesa com imposto sobre o rendimento	674.992	19	
Despesa com imposto sobre o rendimento (anos anteriores)	-452.859	-	
Encargos/(Créditos) fiscais diferidos	35.553	-27.147	63.339

Detalhes	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Despesa fiscal total (F)	257.686	-27.128	63.339
Lucro/(Prejuízo) após impostos (G) = (E - F)	-26.409.963	-34.427.127	-37.313.975
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para resultados:			
Ganho/(perda) de reavaliação em planos de benefícios definidos (líquido)	115.715	270.231	(114.367)
Efeito do imposto sobre o rendimento no valor acima referido	-11.572	-27.023	11.437
Total de Outros Resultados Abrangentes (H)	104.143	243.208	-102.930
Total do resultado abrangente (I) = (G + H)	-26.305.820	-34.183.919	-37.416.905
Resultado total atribuível a:			
Timor GAP, E.P.	-26.417.049	-34.427.147	(37.313.887)
Participações não controladas	7.086	20	(88)
Resultado global total atribuível a:			
Timor GAP, E.P.	-26.312.906	-34.183.939	(37.416.817)
Participações não controladas	7.086	20	(88)
Saldo de caixa	34.503.510	79.377.491	106.053.463

Detalhes	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 25
Receitas decorrentes de contratos com clientes	1.075.428	6.358.109
Outras receitas	27.089.853	30.576.200
Receitas (A)	28.165.281	36.934.309
Compra de reservas de combustível	237.070	324.352
(Aumento)/diminuição das existências	(15.558)	(1.325)
Despesas com benefícios dos colaboradores	5.804.976	6.832.551

Custos de exploração e avaliação	40.715	8.420.707
Custos financeiros	36.058.773	37.755.823
Depreciação e amortização	1.013.317	1.014.114
Perdas por imparidade	5.016.653	1.052.086
Outras despesas	13.483.637	18.396.177
Total de despesas (B)	61.639.583	73.794.485
Lucro/(Prejuízo) antes da participação nas empresas associadas e impostos (C=A-B)	(33.474.302)	(36.860.176)
Participação nos lucros de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (D)	-	213.158
Lucro/(Prejuízo) antes de impostos (E=C+D)	(33.474.302)	(36.647.018)
Despesa com imposto sobre o rendimento	-	83.125
Encargos/(Créditos) fiscais diferidos	2.642	(24.262)
Custo fiscal total (F)	2.642	58.863
Lucro/(Prejuízo) do exercício (G=E-F)	(33.476.944)	(36.705.881)
Ganho/(perda) de reavaliação em planos de benefícios definidos (líquido)	111.774	(29.756)
Efeito do imposto sobre o rendimento no valor acima referido	(11.177)	2.976
Total de Outros Resultados Não Operacionais (H)	100.597	(26.780)
Total do resultado abrangente (I = G + H)	(33.376.347)	(36.732.661)
Caixa e equivalentes de caixa (no final do exercício)	90.123.581	78.657.310

Tabela 69. BNCTL, em US\$

Detalhes	2024	2025
Receitas de juros sobre saldos no Banco Central e outros depósitos	18.717.644	13.335.465
Receitas de juros sobre ativos financeiros ao custo amortizado	28.598.439	37.367.320
Custos com juros (passivos financeiros ao custo amortizado)	(6.892.305)	(8.908.768)
Receitas de comissões e honorários	5.498.304	5.708.513
Despesas com taxas e comissões	(1.063.319)	(1.780.759)

Diferenças cambiais [ganho ou (-) perda], líquidas	219.343	(42.383)
Ganhos/(perdas) decorrentes do desconhecimento de ativos não financeiros, líquidos	10.166	125.460
Outros rendimentos operacionais	1.837.940	1.698.198
Total de receitas operacionais	46.926.212	47.503.046
Despesas com pessoal	(14.474.241)	(13.743.330)
Outras despesas administrativas	(7.525.423)	(8.166.753)
Amortizações - Ativos fixos tangíveis	(2.221.273)	(3.057.297)
Amortização - Outros ativos intangíveis	(595.490)	(1.160.470)
Imparidade/(reversão) em ativos financeiros ao custo amortizado	2.907.303	(1.887.264)
Lucro antes de impostos das operações em continuação	25.017.088	19.487.932
Despesa/(rendimento) fiscal das operações em continuação	(2.329.524)	(1.961.304)
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–
Resultado global total do exercício	22.687.564	17.526.629
Caixa e equivalentes de caixa (no final do exercício)	436.756.522	510.595.501

Tabela 70. RTTL, em US\$

Categoria	Montante em 2023	Montante em 2024	Montante em 2025
Receitas	3.666.481	2.522.934	2.730.335
Transferência do Orçamento	1.986.479	2.000.000	2.300.000
Outras receitas	1.680.002	522.934	430.335
Despesas	3.666.481	2.150.587	1.959.452
Saldo de caixa	497.895	2.209.471	2.601.853

Os valores de 2025 são apresentados segundo o regime de competência (demonstração de resultados) (lucro líquido de 770.883 dólares americanos); os anos anteriores são apresentados segundo o regime de caixa e não são diretamente comparáveis. O saldo de caixa corresponde ao saldo de caixa no final do ano.

Tabela 71. ANATL, em US\$

2024	
RECEITAS	
Subsídio do Governo/OGE 2024	1.634.000

2024	
Receitas próprias do setor aeronáutico	1.884.827
Receitas próprias não aeronáuticas	979.588
Juros bancários	5.367
Receitas totais	4.503.782
DESPESAS	
Salários e subsídios regulares e permanentes	1.551.198
Subsídios variáveis ou ocasionais	90.721
Contribuições para a Segurança Social	127.965
Vestuário e artigos pessoais	25.055
Bens públicos	38.233
Alimentação	15.424
Material de escritório	15.895
Combustível	59.994
Limpeza e segurança	367.476
Manutenção	630.984
Serviços públicos	40.417
Comunicações	79.801
Transportes	46.142
Restauração	23.214
Serviços profissionais	5.574
Edição, composição e impressão	5.008
Serviços financeiros	3.478
Transferências correntes para as famílias	2.000
Equipamento informático	12.690
Equipamento de segurança	74.441
Equipamento de segurança	15.772
Equipamento de ar condicionado	10.170
Outros equipamentos	15.816
Aeroportos	69.882
Compensação para o CFET (saldo de subsídio)	4.800
Total de despesas	3.332.148
Saldo de caixa	5.067.645

